

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Departamento de Antropologia

Limpo e faço copy 7 paste



«Do outro lado da rua»

Etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

Adília Rivotti

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau
de Mestre em Antropologia Urbana

Orientadora:

Prof. Dra. Graça Índias Cordeiro
Maio de 2008

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

Índice Geral

Índice Geral.....	iii
Índice de Gráficos	v
Índice de Mapas	vi
Agradecimentos	vii
Resumo	x
Abstract.....	xi
Lista de Abreviaturas	viii
Introdução	1
Capítulo 1. As condições de pesquisa.....	5
1.1. De mendigo e vadio a sem abrigo.....	5
1.2. Os interesses analíticos	11
1.3. Perspectivas metodológicas	16
Capítulo 2 – Investigação e conhecimento	19
2.1. No Contexto Europeu	19
2.2. No contexto nacional, a cidade de Lisboa	22
Capítulo 3 – Como a cidade vê o sem abrigo	32
3.1. Práticas e representações sociais.....	32
3.2. Projecção das “sinalizações” na cidade	34
3.3. Percepção do problema	43
3.3.1. Como nomear.....	44
3.3.2. Um problema social	45
3.3.3. Causa de insalubridade	51
3.3.4. Causa de insegurança.....	53
3.3.5. Conflito entre paradigmas, o privado e o público.....	56
3.3.6. Imagem negativa da cidade.....	62
Capítulo 4 – Pelas ruas da cidade	64
4.1. O contexto da etnografia.....	64
4.2. As pessoas sem tecto.....	74
4.3. A rua e a solidariedade entre pares	87
4.4. Desde que se aproxime... ..	99
4.5. Negociar os espaços: “As rusgas”	104
Capítulo 5 – Entre a rua e o acolhimento.....	110
5.1. Sair da rua	110
5.2. O Abrigo	128
5.3. Três retratos	132
Conclusões	135
Bibliografia Geral	145

Anexos	154
Anexo I – Quadro de equipas de rua, formalmente constituídas	155
Anexo II – Quadro de equipas de rua no Jardim Constantino, segundo informação de pessoas sem abrigo, no local	158
Anexo III – Quadro de equipas de rua no Terreiro do Paço – segundo informação de pessoas sem abrigo, no local.....	159
Anexo IV – Poemas de Helena Maria Anacleto	160
Anexo V – Sistematização de tendências demográficas.....	161
Anexo VI – Mapas apresentados ao longo da pesquisa, em suporte digital	166

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Sinalizações efectuadas por ano	35
Gráfico 2 - Valor absoluto de sinalizações por mês	36
Gráfico 3 - Via de chegada das sinalizações.....	37
Gráfico 4 - Freguesias com maior número de sinalizações	39
Gráfico 5 - Freguesias com 14 e 15 sinalizações	39
Gráfico 6 - Entidades Sinalizadoras.....	40
Gráfico 7 - Entidades privadas sinalizantes	41
Gráfico 8 - Entidades públicas sinalizantes	41
Gráfico 9 - Destinatários da sinalização	42
Gráfico 10 - Expressões Utilizadas	45
Gráfico 11 - Percepção global.....	46
Gráfico 12 - Motivo de preocupação expressos nas sinalizações	46
Gráfico 13 - Motivo de incómodo expresso nas sinalizações.....	51
Gráfico 14 - Incómodo por razões de Insalubridade.....	52
Gráfico 15 - Incómodo por razões de Insegurança	54
Gráfico 16 - Uso do espaço público e privado.....	57
Gráfico 17 - Grupo etário - Homens e Mulheres	76
Gráfico 18 - Grupo etário de pessoas a viver em união de facto	76
Gráfico 19 - Pessoas por nacionalidade e sexo	77
Gráfico 20 - Posse de Documentos	78
Gráfico 21 - Hábitos de trabalho anterior à situação de sem abrigo	79
Gráfico 22 - Área de actividade anterior à situação de sem abrigo	79
Gráfico 23 - Motivos de Perda de Emprego	81
Gráfico 24 - Situação actual perante o trabalho	82
Gráfico 25 - Estado Civil Actual	85
Gráfico 26 - Situação relativa a filhos	86
Gráfico 27 - Tempo de rua -Períodos conhecidos	117
Gráfico 28 - Tempo de rua - Períodos indefinidos	117
Gráfico 29 - Motivação para ingresso em Centro de Abrigo.....	118
Gráfico 30 - Reacção à proposta de ingresso em Centro de Abrigo.....	118
Gráfico 31 - Motivo de recusa à proposta de ingresso no centro, invocado por mulheres.....	120
Gráfico 32 - Motivos de recusa à proposta de ingresso no Centro, invocado por homens	121
Gráfico 33 - Motivo de recusa invocado - representação negativa do centro.....	122
Gráfico 34 - Motivo de recusa invocado - percepção de perda	124
Gráfico 35 - Sem dados de percurso institucional – Situação actual na “rua”	125
Gráfico 36 - Percurso institucional – Experiências anteriores	126
Gráfico 37 - Experiência de Centro de Abrigo/Acolhimento anterior - Situação actual na “rua”.....	127
Gráfico 38 - Situação actual em Centro de Abrigo/ Acolhimento.....	127

Índice de Mapas

Mapa 1 - Número de sinalizações por Freguesia na cidade de Lisboa	38
Mapa 2 - Locais da cidade onde se acompanhou a Equipe de Rua – ERASA-CML	67
Mapa 3 - Locais da cidade onde se acompanhou a equipa da SCML.....	68
Mapa 4 - Locais da cidade onde se acompanhou a equipa da AFA	69
Mapa 5 - Locais da cidade onde se acompanharam as equipas e locais sem equipa	70
Mapa 6 - Locais da cidade segundo o número de contactos realizados.....	71
Mapa 7 - Locais da cidade onde ocorreram contactos sem a presença de equipas.	72
Mapa 8 - Mapa da cidade com recorte das freguesias e justaposição de locais de pernoita segundo o número de pessoas	91
Mapa 9 - Locais onde pernoita habitualmente uma pessoa	92
Mapa 10 - Locais onde pernoitam, habitualmente, duas pessoas	93
Mapa 11 - Locais onde pernoitam habitualmente três ou mais pessoas	94
Mapa 12 - Mapa da cidade com recorte de sinalizações por freguesias e justaposição de locais de pernoita segundo o número de pessoas	98
Mapa 13 - Alguns locais onde se realizaram limpezas pela DHURS - CML.....	104

Agradecimentos

*... encontrei não só a confiança, apoio e estímulo
mas também a amizade sem a qual qualquer
empreendimento me é vão, desolador, invivível.
Edgar Morin*

Muitas são as pessoas a quem estou grata pela bondade dos seus apoios, pela atenção e pelo cuidado demonstrado, seguindo-me de perto.

Este é um trabalho a muitas “mãos,” com conselhos, portas que se abriram em sinal de partilha e aceitação, ensinamentos, e acima de tudo com histórias de vida, de percursos profissionais e institucionais que me foram sendo progressivamente confiados. A abertura encontrada e a gentileza de todos aqueles com quem privei, técnicos, responsáveis, pessoal no directo ou de suporte, não poderei deixar de agradecer.

Em primeiro lugar, à Prof. Doutora Graça Índias Cordeiro, minha orientadora, que desde o início me motivou com o entusiasmo e confiança inabalável no projecto. À sua amizade, saber e disponibilidade, que permitiram em longos momentos de conversa, pedagogicamente, desbravar e encontrar o caminho adequado.

Imprescindível o apoio da Dr.^a Isabel Baptista, investigadora do Centro de Estudos para a Intervenção Social – CESIS, e correspondente nacional do Observatório Europeu sobre os Sem Abrigo, que aceitou generosamente abrir as portas do CESIS, do seu centro de documentação, ciente que uma atitude de partilha é inerente também ao crescimento, saber, e envolvimento numa problemática.

O meu reconhecimento à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que me recebeu generosamente, bem como, um agradecimento especial à Dr.^a Julieta Martins, responsável pela Direcção de Emergência e Apoio à Inserção, interlocutora privilegiada, pela disponibilidade e interesse demonstrado.

À Dr.^a Filomena Gonçalves, directora do Centro de Apoio Social de S. Bento – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que me fez sentir a hospitalidade da instituição. Ao Bruno Lourenço e Bruno Caldeira, os elementos da equipa de rua, que muito admiro pelo trabalho que desenvolvem e de quem recebi um apoio incondicional que me permitiu, ao seu lado e com eles, fazer as incursões na cidade.

À “Associação Futuro Autónomo” na pessoa da sua presidente, Dr.^a Ana Costa e do seu Vice-Presidente, Amílcar Soudo, que me conduziu por trajectos vários e esclarecedores de quem conhece o terreno.

À equipa de rua, voluntários de coração, Neuza, Carla e Vítor, que acompanhei durante vários meses e me permitiram conhecer de perto, um dos contextos que mais suscitou e motivou o meu interesse de pesquisa.

Um agradecimento especial ao Movimento ao Serviço da Vida - MSV, à Dr.^a Mafalda Brandão e ao Dr. Miguel Coelho que, de uma forma pouco habitual, encetaram e continuam a mobilizar o debate em torno das condições de pessoas sem abrigo, e que generosamente me convidaram a participar nas reuniões deste Grupo de Reflexão.

À Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional - VITAE, à Dr.^a Maria João Rocha, responsável do Centro de Abrigo do Beato e a todos os técnicos e funcionários que me receberam e prestaram apoio durante a minha estadia.

Ao Instituto de Segurança Social, I.P. pela possibilidade de acesso a um espaço de informação e documentação, e em especial, à Dr.^a Teresa Caeiro que me recebeu com a sua experiência e conhecimento nas questões mais prementes.

À Comissária Carla Costa, representante da Polícia de Segurança Pública - PSP no “Grupo Interinstitucional para a Definição da Estratégia Nacional de Apoio aos Sem-Abrigo,” a disponibilidade demonstrada para o esclarecimento das muitas dúvidas, e na percepção da relação da PSP com as pessoas sem abrigo.

A presente caminhada não teria sido possível sem as condições que a Câmara Municipal de Lisboa me concedeu, ou seja, o tempo e disponibilidade para realizar esta pesquisa atribuindo-me o estatuto de bolsista. Uma referência especial, às minhas chefias quando iniciei esta aventura, à Dr.^a Alexandra Ferreira, pessoa que muito estimo pela sua tenacidade e seriedade, e claro ao Arquitecto Luís Ruiivo que me deixou “voar”...

Ao Dr. José Ferreira que me indicou caminhos e partilhou a sua experiência.

Ao Departamento de Acção Social, DAS – CML, ao Dr. Miguel Reis que me ouviu pela primeira vez e abriu as portas ao meu ingresso na equipa; à Dr.^a Filomena Marques, que me recebeu neste projecto, e à equipa de rua, extraordinária no acolhimento, com a qual passei a quase totalidade do tempo de pesquisa, pelo seu carinho e entrega.

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

Ao Jorge Silva, à Carla Nunes, Madalena Dias e Luísa Correia, meus companheiros de “rota” e que acompanho, agora, lado a lado.

Ao Arquitecto Francisco Magalhães que um dia me disse para “voar” e genuinamente acreditou que eu o faria. Não sei se consegui mas pelo menos tentei.

Aos meus amigos pacientes e atentos, olhando sempre pelo resultado do trabalho, à minha querida amiga, de longuíssimos anos, Ângela Martinho, arguta e extraordinária no rigor do trabalho, que reviu e me ensinou tantas coisas; à Ana, paciente amiga, que também reviu e formatou o meu trabalho “artesanal”; ao Vítor Fonseca, desenhador inspirado e minha mão direita para o resultado dos mapeamentos, capaz de interpretar e tornar fácil o que me parecia uma tarefa tão árdua.

E por último, ao meu “núcleo duro” aqueles que, em casa, suportaram as ausências e o tempo passado frente ao computador, apoiando, motivando e incentivando sempre, os silêncios e os momentos necessários a esta entrega. Sem eles não teria conseguido.

Resta a minha homenagem e amizade para com as pessoas que conheci na rua, que me confiaram as suas vidas, os seus sonhos, desgostos, esperanças e desencantos que aqui homenageio através dos seus testemunhos, no intuito de, com eles e através deles, revelar o que nem sempre se tem a possibilidade de perceber. O meu sentido agradecimento.

Resumo

A presente pesquisa define, como unidade de estudo, a categoria conceptual de *sem-abrigo/sem-tecto* como alguém que se encontra a viver em espaço público ou, mesmo estando alojado em abrigo de emergência, é obrigado a passar várias horas por dia na rua.

Partindo desta realidade, procura as experiências de cidade das pessoas em situação de *sem-abrigo/sem-tecto*, como um processo negociado no espaço físico precário, social e culturalmente heterogéneo da cidade de Lisboa e, também, a natureza dos laços sociais, as competências que desenvolvem vivendo a rua, os lugares possíveis, e as reinvenções adaptativas. Neste sentido, pretende-se conhecer como as pessoas, socialmente desenraizadas e economicamente diminuídas, podem fazer a cidade no sentido relacional, isto é, a cidade como espaço de mudanças, como experiência de alteridade, como rede de interesses e representações.

O trabalho agora apresentado percorre vários planos de aproximação. Num primeiro momento, situa-se nos discursos produzidos pelos técnicos e académicos sobre a realidade das pessoas sem abrigo, num segundo momento, no discurso de outros cidadãos sobre a presença de pessoas sem abrigo pelas ruas da cidade. E por último, num contexto etnográfico, centra-se na experiência dos próprios sem abrigo e *escuta o seu olhar em voz directa*.

O carácter da pesquisa etnográfica urbana, parte de um nível micro social e pessoal, para o nível de descoberta das identidades ligadas ao espaço urbano e para a construção dos quadros de pesquisa interaccionais e intersubjectivos.

Os interesses analíticos, presentes, são de uma antropologia da marginalização e da exclusão social com o objectivo de analisar os atributos do marginal, da racionalização-justificação do seu descrédito, o exílio do tecido social e as reinvenções adaptativas.

Palavras - Chave: sem abrigo; sem tecto; marginalização social; experiências de rua; reinvenções adaptativas e competências.

Abstract

This research's unit of study is the conceptual category of homeless/roofless. Homeless or roofless is someone who lives in a public space, may be lodged in an emergency shelter, and is obliged to spend several hours of the day, on the streets.

The research departs from this reality. It collects people's city experiences in homeless/roofless situation, as a negotiated process in the precarious physical space, socially and culturally heterogeneous of Lisbon. It assesses the nature of the social bonds, the competences people develop when living in the street, or some other places, and their adaptive reinventions. The goal is to know how people, socially with no roots and economically diminished, can make the city in a relational sense. The city is seen as a space of change, of alternate experiences, as a network of interests and representations.

The work presented goes through multiple domains of analysis. At first, it goes through the speech of the technicians and academics about homeless people's reality. Then, it focuses on the speech of other city habitants, concerning the presence of homeless people on city's streets.

At last, from an ethnographic perspective, it focuses on the experience of the homeless and *listens them, through their eyes, in a direct speech.*

The character of the urban ethnographic research, takes it from a micro social and personal level, to a level of discovery of the identities bonded to the urban space and to build subjective and interactive frames of research.

Current anthropological analytical interests are related with social segregation and exclusion. The goal is to analyse the attributes of the marginal, of the rationalization-justification of its discredit, the exile of the social tissue and the adaptive reinventions.

Key words: homeless; roofless; social segregation; street experience and competences.

Lista de Abreviaturas

AFA	Associação Futuro Autónomo
CAM- CML	Centro de Atendimento ao Múncipe da Câmara Municipal de Lisboa
CESIS	Centro de Estudos para a Intervenção Social
DAS-CML	Departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa
DHURS	Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos
ERASA-CML	Equipe de Rua de Apoio aos Sem Abrigo da CML
ETHOS	European Typology of Homelessness - Tipologia Europeia sobre Sem Abrigo
FEANTSA	Federação Europeia das Associações Nacionais que Trabalham com os Sem Abrigo
GV- DAS	Gabinete do Vereador da Acção Social- Departamento de Acção Social
GV-HU	Gabinete do Vereador de Higiene Urbana
IARN	Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais
IDT	Instituto da Droga e Toxicodepência
IPDT	Instituto Português da Droga e Toxicodepência
ISS, I.P.	Instituto de Segurança Social, Instituto Público
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
JF	Junta de Freguesia
LNES -ISS	Linha Nacional de Emergência Social do Instituto de Segurança Social
MSV	Movimento ao Serviço da Vida
NID-CML	Núcleo de Intervenção em Dependências-CML
NIPSA	Núcleo de Intervenção para os Sem Abrigo
PM e PSP	Polícia Municipal e Polícia de Segurança Pública
RSI	Rendimento Social de Inserção
SCML - SES	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Serviço de Emergência Social
SPTT	Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodepência
UNIVA	Unidade de Inserção na Vida Activa

Introdução

*Há sempre um elemento apriorístico em todo o trabalho científico.
Teremos sempre que formular as perguntas antes de podermos encontrar as respostas.
As perguntas são formas de expressão do nosso interesse no mundo,
são, na sua própria base, valorações.
Gunnar Myrdal*

O presente trabalho resulta de uma pesquisa etnográfica sobre pessoas sem abrigo e sem tecto¹ na cidade de Lisboa, consideradas como alguém que vive e dorme na rua ou mesmo estando num centro de abrigo/acolhimento nocturno é obrigado a permanecer várias horas por dia no espaço público. Ao longo do trabalho e sempre que se fizer referência a pessoas sem abrigo, no contexto da pesquisa etnográfica, estará subjacente esta categoria operacional de sem tecto.

O contexto geográfico, para contactar pessoas sem abrigo que estão no espaço de rua, e também em centro de abrigo/acolhimento nocturno, foi a cidade de Lisboa. O período de trabalho de campo decorreu entre os meses de Fevereiro a Julho de 2007, com períodos desiguais de inserção, nos diferentes locais de pesquisa.

Foram consideradas três perspectivas ou *planos de aproximação*. Um primeiro plano procurou analisar os trabalhos de investigação, com uma breve introdução sobre o contexto europeu e a produção do discurso técnico ou académico Português, realizando uma leitura crítica, ainda que breve, de alguns trabalhos produzidos nos últimos quinze anos, identificando as suas complementaridades e contradições.

O ponto de partida é o ano de 1992, início da década em que a condição das pessoas sem abrigo revela maior visibilidade no país, e em particular em Lisboa.

¹ A Federação Europeia das Associações Nacionais que Trabalham com os Sem Abrigo – FEANTSA, criada em 1988, é uma plataforma europeia para todas as ONG’s. Desde 1991, ao nível da investigação, tem a cargo o Observatório Europeu dos Sem Abrigo. Propôs uma tipologia de sem-abrigo que denominou de *ETHOS* – European Typology of Homelessness (Tipologia Europeia sobre Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional) e que tem vindo a ser reformulada, actualizada. A tipologia *ETHOS*, estabelece categorias operacionais identificando como pessoas: *sem tecto*, alguém que se encontra a viver no espaço público, ou fica num abrigo nocturno, mas é forçado a passar várias horas por dia num local público; *sem casa*, alguém que tendo uma acomodação temporária, não tem espaço privado nem estatuto legal para ocupação; *com uma habitação insegura*, ou seja, a viver temporariamente com família /amigos ou sobre ameaça de despejo, e, por último, *com habitação inadequada*, situações de ocupação ilegal de terrenos ou prédios, alojamentos não adequados para habitação .

Num segundo plano procurou-se interpretar o discurso de outros actores, o cidadão comum, agentes públicos, comerciantes e/ou empresários, sobre a presença de pessoas sem abrigo na cidade, partindo de um conjunto de documentos arquivados, no Departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa, DAS-CML, designados como “sinalizações”.

Um último plano, o trabalho de terreno etnográfico de observação directa,² em interacção face a face, traz uma outra leitura através das histórias pessoais recolhidas na rua ou no centro de abrigo, da observação do relacionamento entre pares, organização do quotidiano, reconhecendo as suas competências e reinvenções adaptativas. Procurou-se conhecer como as pessoas sem abrigo vivem no espaço da rua e como negociam os espaços, físico e precário, social e culturalmente heterogéneos e a natureza dos laços sociais que constróem vivendo a rua e os lugares.

Este é, inevitavelmente, um trabalho de carácter exploratório, reconhecendo a pertinência de prosseguir com novos trabalhos de investigação, ficando algumas questões, apenas, enunciadas.

Em termos metodológicos optou-se por apresentar em cada capítulo os instrumentos e percursos, procurando contextualizar em cada etapa as opções feitas. Trabalharam-se diferentes fontes de informação, bibliográfica, documental, estatística, documentos pessoais, dados etnográficos. Recorreu-se ao tratamento estatístico, contruíram-se mapas da cidade, partindo de uma base cartográfica da CML, georeferenciando elementos de reacção à presença de pessoas sem abrigo na cidade mas, também, a “experiência de rua” das pessoas sem abrigo.

Estruturou-se este trabalho em seis capítulos, apresentando um primeiro onde se abordam questões, breves, teóricas e metodológicas consideradas pertinentes para esta investigação, os capítulos seguintes, quatro, que constituem o núcleo do trabalho de

² Olivier Schwartz refere, no Pós-fácio a «Le Hobo, Sociologie du Sans-Abri», que a noção de «*observação directa*» considerada frequentemente como traço distintivo da «etnografia», é inadequada e redutora. Ela tem o defeito de ocultar uma especificidade maior deste tipo de pesquisa, que é o de desencadear toda uma dinâmica de palavras e de as escutar, de dar acesso ao «ponto de vista» dos actores. (...) Todos os etnógrafos circulam entre a voz e o olhar, mas percebemos que numa pesquisa a outra, de uma passagem a outra da pesquisa, a ênfase desloca-se e reparte-se desigualmente sobre a observação ou sobre a escuta. Neste sentido, é claro que a «observação etnográfica» é sempre, segundo a expressão consagrada, também, «participante» (tradução livre, Schwartz, 1992: 268).

pesquisa, são resultado das fontes bibliográfica, documental, estatística e de terreno, já o dissemos. Por fim, as conclusões, procuram sistematizar as questões relevantes e, espera-se, possam responder a algumas das questões iniciais.

O primeiro capítulo, aborda, pois de forma breve as questões metodológicas e teóricas e abre a discussão sobre o conceito de pessoa sem abrigo, convocando-se, também, a figura do mendigo vadio no contexto político português do Estado Novo, analisado no trabalho de Susana Pereira Bastos, *Estado Novo e os Seus Vadios*.

O segundo capítulo incide sobre a pesquisa bibliográfica e faz um breve enquadramento da pesquisa a nível europeu, destacando algumas das conclusões que têm sido conhecidas. Reúne um conjunto de trabalhos, decerto incompleto, que têm sido realizados nos últimos quinze anos em Portugal e especificamente sobre a cidade de Lisboa.

Pretendeu-se sistematizar os contributos e resultados desses trabalhos, tornando a sua leitura complementar e integrada. O objectivo era reconhecer linhas de pesquisa, leituras da realidade assentes em modelos conceptuais, próximos ou não, e a sua relevância no modo como a pessoa sem abrigo tem sido percebida. Completou-se esta abordagem com uma sistematização do que se designou chamar de *Tendências Demográficas*, relativas a pessoas sem abrigo, referidas nos vários trabalhos mencionados.

O capítulo seguinte, que aborda o modo como a *cidade* vê o sem abrigo, resulta da análise de um conjunto documental, em arquivo no DAS-CML, constituído por cartas, ofícios, correio electrónico, faxes...que chegam à equipa de rua, revelando a reacção de vários cidadãos à presença de pessoas sem abrigo no espaço público, eventualmente no privado.

Recorreu-se a uma análise dos dados estatísticos, relativos aos documentos disponíveis, sendo esta análise enquadrada por uma abordagem qualitativa, comentando diversos excertos de “sinalizações e propondo um enquadramento teórico para a sua compreensão.

No quarto capítulo, o contexto é a “rua” e cruzam-se diversas fontes de informação. Inicia-se o capítulo explicando como se percorreram as ruas da cidade. Acompanharam-se equipas de rua de apoio aos sem abrigo mas também se fizeram percursos sem a presença destas. São identificadas as equipas e desenhou-se no mapa da cidade um

“pontilhado” que corresponde aos locais de contacto com pessoas sem abrigo. Destacaram-se os locais onde se recolheram mais dados etnográficos, resultado de contactos mais prolongados.

Conheceram-se noventa e oito pessoas e sobre elas comentaram-se dados estatísticos, investiu-se este capítulo de conteúdo etnográfico, testemunha-se a vivência das pessoas sem abrigo na rua, volta-se a inscrever, no mapa da cidade, elementos que suscitaram o interesse para a análise da sua relação com a cidade, com os outros cidadãos e com os seus *pares*.

O capítulo seguinte, e último deste núcleo de pesquisa, inscreve-se entre o contexto da rua e do centro de abrigo. Aqui é analisada a reacção das pessoas sem abrigo à entrada no centro, as suas representações deste espaço. Esboça-se uma análise desta instituição e recorre-se a breves documentos pessoais de três pessoas que aí pernoitam.

Importa referir que se procurou proteger a identidade das pessoas sem abrigo que são mencionadas ao longo do texto. Assim, atribuíram-se nomes fictícios e omitiram-se alguns factos que pudessem, indirectamente, relacioná-los com a sua identificação. A excepção refere-se a Helena Maria que autorizou a divulgação e identificação de poemas seus.

Para além dos anexos, que vão sendo referenciados ao longo do texto, estará em anexo um suporte digital dos mapas elaborados durante a pesquisa, receando as condições de leitura neste suporte.

Capítulo 1. As condições de pesquisa

*Talvez a inocência se tenha perdido nas ruas da cidade,
Pode ser que um ser viva em mim pedindo fraternidade
Pode ser que um homem se abaixe pedindo esmola
Ou se erga pronunciando idade....
Helena Maria ³*

1.1. De mendigo e vadio a sem abrigo

Susana Pereira Bastos estuda as identidades marginais em Portugal, no contexto sócio político do Estado Novo, investigando as formas de produção, repressão e regeneração de uma identidade marginal – o mendigo vadio e seus equiparados (Bastos, 1997). No princípio do séc. XX, apesar de serem implantados vários sistemas de repressão da mendicidade, reconhecia-se ao mendigo um lugar público nas malhas do sistema social. Na cidade, a mendicidade era uma realidade socialmente tolerada e legitimada pelas autoridades desde que de acordo com os regulamentos administrativos⁴. A esmola constituía um sistema de prestações e contraprestações, sendo contudo propostas medidas com o objectivo de controlar a mendicidade: dar ocupação aos que têm força para trabalhar e recolhendo os inválidos em hospícios.

“O discurso legislativo dava conta da modificação da imagem tradicional do pobre de pedir, quando acentuava a distinção entre a «falsa mendicidade» e a «mendicidade exercida por necessidade»” (Bastos, 1997:47-49).

A figura do “vadio,” passa a constituir um:

(...) «reservatório» excessivo de primitividades negativas (desordem, confusão, promiscuidade, ausência de regras, recusa de hierarquias «naturais»,...) ênfase da «decadência» e sobre ele “recaiu também uma espécie de «intocabilidade» e um mito sobre os seus «poderes» contaminadores ou poluentes (Bastos, 1997: 277).

À luz desta nova concepção “a pobreza deixa de ser concebida como um estado de origem divina para ser visto como um problema social de uma sociedade que quer

³ Do Poema “Cidade” de Helena Maria. Anexo IV.

⁴ (...) nas cidades a mendicidade era uma realidade socialmente tolerada e legitimada pelas autoridades desde que de acordo com os regulamentos administrativos. Na capital, o seu exercício regia-se por múltiplas regras e tácticas, indicadas na escolha de certos locais e horários (...) (Bastos apud Alfredo Gallis, 1997: 38).

modernizar-se”. Inerente a esta perspectiva (...) “estava a intensificação da moralização da sociedade portuguesa em torno do valor - trabalho dos finais do séc. XIX”. Está-se perante a “falência do modelo de reciprocidade entre o mendigo e doador de esmola, sobre o qual repousava a sociedade tradicional “(Bastos, 1997:47-49).

Na figura do “vadio” foi cristalizado o mito da individualidade, da ausência ou recusa do laço e do contrato social mas também, o primado do prazer. O mendigo vadio servia ainda de ecrã para a projecção do mito da errância, preguiça e ociosidade, numa espécie de anarquismo e promiscuidade permanente, sem lei. O modo de produção simbólica, segundo Susana Pereira Bastos, insiste numa dinâmica ternária: enchendo miticamente, (o anti-herói, mendigo-vadio) esvaziando-o socialmente (anulação dos vadios sociais e das suas circunstâncias) e reinscrevendo-o patologicamente (através da classificação patológica ou criminogénea). Compreender como o mendigo vadio, personagem da vida pública no princípio do século em Portugal, reconhecido pelas próprias autoridades administrativas, foi segregado nos albergues de mendicidade, expulso da cidade, exilado em qualquer lugar público passa pelas representações da mendicidade, através da acentuação da distância, entre indigentes verdadeiros, falsos pedintes, equação à perversidade, à impureza à perigosidade social, ao crime e à patologia social (Bastos, 1997).

Não se pense, porém, que esta distinção entre «bom» e «mau pobre», entre «verdadeiro e «falso mendigo», constituía uma especificidade do salazarismo; tal clivagem (e seus aproveitamentos) tem sido um dos aspectos mais persistentes das concepções e das atitudes sobre a pobreza ao longo dos últimos séculos, podendo ser ventilado quer na lei das Sesmarias, quer em comportamentos e atitudes actuais contemporâneas face à pobreza (as quais, semelhante, enfatizam a ligação de uma certa pobreza à proliferação de comportamentos desviantes) (Bastos, 1997: 369).

Em 1976, com a publicação do Decreto – Lei nº 365 de 15 de Maio, finalmente “é abolida a repressão à mendicidade, sendo actualmente este o quadro legal vigente”. Deixou de ser punível dormir na rua, pelo que as autoridades estão “obrigadas a intervir com base no consentimento voluntário” (Bento, 2002:44).

No texto deste diploma, Decreto-Lei nº 365, é considerado que

(...) o problema da mendicidade é consequência do nível de desenvolvimento sócio-económico e cultural de uma comunidade e que na sua origem estão essencialmente

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa”

causas de impossibilidade de angariar meios de sustento, (...) considerando que a resposta a dar ao problema da mendicidade assenta por um lado no desenvolvimento de medidas preventivas, estando estas logicamente ligadas às causas que o originam, e por outro na educação e consciencialização da população acerca do problema (Decreto Lei 365/ 76 de 15 de Maio) .

“Actualmente, a vadiagem e a mendicidade não são punidas pela lei salvo, no caso de mendicidade, se se provar que há exploração de menor de 16 anos ou de pessoa psiquicamente incapaz, utilizando-o para mendigar (...)” (Bento, 2002, p.89).

Se, em todas as sociedades encontrarmos, num determinado momento, uma série de valores hegemónicos e em correlação com eles, um conjunto de normas, implícitas ou explícitas, produto dos diferentes conflitos e dos mecanismos socioculturais de superação, (...) para regular tanto a sua relação com o meio, como as relações entre os humanos (tradução livre de Romaní, 1996:306),

reconhecer-se-à, em reflexões posteriores, ao longo deste trabalho, que as concepções sobre a pobreza e a sua ligação a comportamentos desviantes estão também presentes na situação da pessoa sem abrigo.

O uso do conceito sem abrigo, traduzido do *homeless man* ou do *sansabri, sans domicile fixe*, encerra um número considerável de usos em contextos sociais diversos ao longo da história e tem oscilado entre a norma do trabalho e do alojamento.⁵

A investigadora, e correspondente nacional do Observatório Europeu sobre os Sem Abrigo,⁶ considera que o enfoque tem sido feito num conceito restrito que limita a perspectiva mais compreensiva do fenómeno, e que o facto de conceptualmente a realidade de sem abrigo ser, em Portugal, tradicionalmente associada a categoria de sem tecto, “*rooflessness*”, tem tido reflexos importantes quer ao nível da investigação, quer no delinear de estratégias e políticas.

⁵ O fenómeno da vagabundagem, do vadio, do mendigo, foi sendo alvo de concepções que o consideraram, como resultante de uma pobreza estrutural, incapacidade para trabalhar, e/ou ligado à ociosidade, à mendicidade e até mesmo a práticas delinquentes (Bento, 2002).

Alice Solenberger, em 1911, num estudo sobre 1000 indivíduos de Chicago, usa o termo «sem domicílio» (*homeless man*) para abranger todos os tipos de homens sem “suporte”, «vagabundos», «hobos», «indigentes» assim como, todas as outras variedades de «nómadas».” (Anderson, Nels, 1961:111). Tradução livre. Em nota de tradutor é afirmado, “traduziremos geralmente *homeless* por «sem domicílio» mais do que «sem abrigo» para evitar a conotação miserabilista deste termo em francês.”

⁶ Isabel Baptista é antropóloga e investigadora no CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social, também correspondente nacional do Observatório Europeu sobre os Sem Abrigo.

É seu entendimento, que se procure compreender “a diversidade e complexidade das situações e dos mecanismos que conduziram a esta etapa de marginalização extrema” o que poderá “influenciar o delinear de respostas e estratégias de reinserção social destas pessoas” (Baptista 2005: 25).

É recorrente, na literatura sobre pessoas sem abrigo, ser discutida a sua relação com a pobreza, exclusão e marginalização social. Convocam-se aqui algumas reflexões.

Gilbert Clavel afirma no seu trabalho de 1998, «A Sociedade de Exclusão», que o termo “«exclusão social» tende a substituir o termo «pobreza» desde há vinte anos”. Do seu ponto de vista esta alteração tem um significado, “traduz uma maneira nova de apreender o problema da pobreza num contexto económico e social em plena mutação” (Clavel, 2004:21). Fazendo apelo a uma renovação da questão social, a palavra «exclusão», como também consideramos, não têm o mesmo sentido para todos.

Como o autor refere, surgirão diferentes discursos, sendo “diversas as funções do discurso: função ideológica de ocultação ou uma função crítica da realidade social” (ibidem). A exclusão situa-se então no termo de um processo global de precarização e de empobrecimento, no qual a história pessoal se inscreve e reage para constituir percursos específicos.

Para Clavel “*os excluídos não estão fora da sociedade mas estão antes integrados numa relação social histórica* onde ocupam uma posição específica e que coloca a questão da coesão social do conjunto” (idem, p. 158, sublinhado do autor). Voltar-se-à decerto ainda a esta questão.

Para Robert Castel, a «exclusão social» é

(...) a fase extrema do processo de «marginalização», entendido este como um percurso «descendente», ao longo do qual se verificam sucessivas *rupturas* na relação do indivíduo com a sociedade. Um ponto relevante desse percurso corresponde à ruptura em relação ao mercado de trabalho, a qual se traduz em desemprego, (sobretudo desemprego prolongado) ou mesmo num «desligamento» irreversível face a esse mercado. A fase extrema – a da «exclusão social» - é caracterizada não só pela ruptura com o mercado de trabalho, mas por rupturas familiares, afectivas e de amizade” (Costa, apud Castel, 2005:10).

Bruto da Costa refere que esta noção de «exclusão social» pertence à tradição francesa na análise de pessoas e grupos desfavorecidos (Costa, 2005). Deste modo e na perspectiva de Robert Castel, pobreza e exclusão social serão realidades distintas e nem

sempre coexistentes. Isto é, a escola francesa interessando-se mais pelos aspectos relacionais (exclusão social), distingue as duas realidades, pobreza e exclusão.

Graham Room traz um contributo positivo ao debate, quando afirma que o que distingue a «tradição» britânica da «escola» francesa, no estudo da situação dos indivíduos e grupos desfavorecidos é que a primeira se ocupa sobretudo dos aspectos distributivos (pobreza), ao passo que a francesa se interessa mais pelos aspectos relacionais (exclusão social) (Costa, 2005:12).

No discurso comunitário europeu verifica-se, no início dos anos noventa, a introdução pela Comissão Europeia da expressão «exclusão social», atribuindo-lhe dois sentidos: em primeiro lugar pretendeu que “substituísse o termo e a noção de «pobreza»” (Costa, 2005:10) e em segundo considera-a como o próprio processo de «marginalização» e não de uma fase «terminal» deste (ibidem).

Também o uso do conceito de «sem abrigo» não tem sido consensual. Utilizado actualmente por várias instituições e organizações nacionais e europeias, o termo «sem abrigo» parece acentuar a questão da habitação, num sentido restrito, mas também a da pobreza e da exclusão social num sentido mais amplo.

Bruto da Costa considera a situação dos sem – abrigo, como

(...) uma das formas mais extremas de exclusão social, por vezes, uma das mais visíveis, aquela em que o carácter de privação múltipla é patente e, por vezes, contrasta fortemente com o meio ambiente em que se apresenta.” (...) Trata-se, de facto, de uma situação de pobreza e exclusão em muitos aspectos paradigmática (Costa, 2005:80).

Pesquisas contextuais confirmam que a dificuldade em manter habitação pode ser considerada como condutora à exclusão social nas suas dimensões material e relacional. “Garantir o acesso seguro a um alojamento adequado constitui, na maioria dos casos, um pré-requisito relativamente ao exercício da maioria dos direitos fundamentais que deveriam ser gozados por todos”.⁷

Para António Bento⁸ os problemas dos sem abrigo, não são apenas a habitação, todavia, a par de outros factores estruturais e individuais, esta permanece como factor importante e distinto.

⁷ <http://www.fundacao-ami.org/ami/artigo>

⁸ António Bento é psiquiatra de formação, iniciou o trabalho de rua na década de 80, altura em que não existiam ainda equipas de rua formais. Participa, em 1994, na criação da equipa de rua da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. O seu trabalho, mais reconhecido, sobre pessoas sem abrigo foi editado em colaboração com Elias Barreto em 2002, «Sem – Amor Sem – Abrigo».

(...) a casa é um elemento fundamental para o estabelecimento de um sentimento ontológico de segurança (...). Fundamentalmente, o lar (*home*) é o local privado onde as pessoas restauram os seus sentimentos de segurança, (...) e a que estão associados significados que têm a ver com a permanência, estabilidade, previsibilidade, refúgio, controlo, privacidade e base de segurança a partir da qual se constrói a identidade e se expressa a personalidade (Bento, 2002:90).

Procura-se, actualmente, no contexto europeu encontrar formas de entendimento mais abrangente que permitam abordar a questão em diferentes países. A FEANTSA apresentou pela primeira vez em 1998, a tipologia “ETHOS”⁹ – *European Typology of Homelessness* (Tipologia Europeia sobre Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional).

Em Portugal, a utilização do termo sem abrigo tem vindo a ser debatida, procurando ter maior impacto na percepção de que está cada vez menos assente numa linearidade causal explicativa centrada nas características individuais dos sem abrigo, sendo urgente promover uma reflexão que permita dar visibilidade às causas estruturais destes fenómenos de marginalização extrema e que se encontram, aliás, inscritas nas trajectórias individuais e familiares mais ou menos explícitas (Baptista, 2005).

Em Portugal não existe, ainda, uma definição legal de sem abrigo, encontrando-se uma proposta do «Grupo Interinstitucional para a Definição da Estratégia Nacional de Apoio aos Sem abrigo»,¹⁰ a qual contempla algumas das categorias operacionais do conceito da FEANTSA, equiparando o conceito a pessoas *sem tecto e sem casa*. Retomar-se-à de novo esta questão.

⁹ É entendimento da FEANTSA que a definição desta tipologia é um meio de promover a compreensão e avaliação da situação de sem abrigo na Europa bem como promover uma linguagem comum. Esta definição é construída em torno do *conceito de uma casa*. “A FEANTSA considera que existem três elementos que constituem uma *casa*, e na falta dos quais se esboça a situação sem-abrigo. Ter uma casa pode ser entendido como: ter uma habitação adequada sobre a qual a pessoa e família podem exercer uma posse exclusiva (elemento físico); poder manter a privacidade, conseguir relacionar-se (elemento social) e ter um estatuto legal para ocupação (elemento legal). Isto conduz a quatro principais categorias conceptuais sobre sem-abrigo: *sem tecto, sem casa, em habitação insegura e habitação inadequada*” (Spinnewijn, 2005: 22-23).

¹⁰ O Grupo Interinstitucional para a Definição da Estratégia Nacional de Apoio aos Sem Abrigo” é coordenado pela Segurança Social a nível nacional, integra, nomeadamente, representantes de Associações de Instituições Particulares de Solidariedade Social - IPSS, Misericórdias, Autarquias, Segurança Social, Polícia de Segurança Pública, Saúde.

1.2. Os interesses analíticos

*...falando seriamente o indivíduo não existe,
o todo ou tudo lhe preexistem porque é sobre o fundo
do que o precede e antecede que a individualidade
emerge sem jamais se alcançar plenamente.
Eduardo Lourenço*

Como quadro teórico considerou-se pertinente o interesse analítico de uma antropologia da marginalização e da exclusão social para analisar os atributos do marginal, da racionalização – justificação do seu descrédito, das identidades estigmatizadas e papéis em interacção.

Entre as orientações que consideram a marginalidade como uma conduta social são conhecidas as elaborações «da cultura da pobreza» de Oscar Lewis, (1963) caracterizada por uma série de formas de vida, atitudes e valores, produto da reacção à situação de pobreza, e que se manifestariam não só a nível individual, mas também familiar, de bairro ou da sociedade em geral. Esta conceptualização do tipo de «cultura da pobreza», de Oscar Lewis, tenderá a simplificar ou a reificar um fenómeno tão complexo e polissémico como este.

Outras orientações consideraram a marginalidade fruto da anomia e da desintegração que formam parte dos processos de modernização, nos quais, entre a perda de valores tradicionais e a aceitação de novos, ocorreriam «assíncronias» que se manifestam nas populações marginais. Para alguns teóricos a marginalidade seria o conflito derivado da não correspondência entre o reconhecimento de uns direitos sociais e o gozo efectivo dos mesmos. Ainda que os direitos estejam reconhecidos institucionalmente, estão mediados pelo Estado, pelo que a impossibilidade da sua realização efectiva não é só uma questão de pobreza mas também política.

Um aspecto da marginalização, e suas culturas, que parece crucial é a sua polissemia, a força mobilizadora do termo marginalização social e as suas distintas conotações.

O interaccionismo simbólico

Os teóricos do interaccionismo simbólico, uma das principais correntes teóricas que nas ciências sociais analisaram os temas do desvio e a marginalização social, consideram que indivíduo e sociedade constituem unidades inseparáveis.

Em relação aos modos diferentes mediante os quais tem sido interpretado o interaccionismo simbólico, muitos autores, que se identificam com a orientação, vinculam a sua origem principalmente ao trabalho de George H. Mead, levado a cabo em 1934.

As ideias de Mead foram expandidas por muitos sociólogos através dos anos, mas o real conhecimento das suas obras surge através do ensino e dos textos escritos do seu aluno, Herbert Blumer. Segundo a interpretação deste científico, *o interaccionismo* consta de três premissas básicas: os seres humanos procuram certas coisas com base no significado que essas coisas têm para eles; estes significados constituem o produto da interacção social nas sociedades humanas; e tais significados resultam de um processo interpretativo que é utilizado por cada indivíduo para associar os signos que encontra (Blumer, 1998:2).

Pode dizer-se que a interacção simbólica é a interacção que tem lugar entre as opiniões e significados que caracterizam as sociedades humanas (Blumer, 1998).

A ideia, que a imagem interaccionista dos seres humanos pode ser construída, encontra-se nos primeiros interaccionistas como em muitos trabalhos posteriores realizados com essa orientação. Porventura, o elemento básico da imagem interaccionista é, pois, a ideia de que o indivíduo e a sociedade constituem unidades inseparáveis. Apesar de ser possível analisá-las analiticamente, a ideia da inseparabilidade traduz-se em que a compreensão total de uma dessas unidades implica um conhecimento similar da outra. Acoplado a este conceito encontra-se a aceitação de que a inseparabilidade do indivíduo e da sociedade se encontra definida no sentido de uma relação mutuamente interdependente e não numa relação unilateralmente determinista.

Na imagem interaccionista os humanos aparecem definidos como «seres com reflexão sobre si mesmos», *self-reflective beings* e o comportamento em sociedade está habitualmente dirigido pelo «self»¹¹.

A conduta dos homens e das mulheres é «causada» não tanto por forças que estão neles mesmos, instintos, impulsos, necessidades, mas pelo que está no meio, uma interpretação reflexiva e socialmente derivada dos estímulos internos e externos que estão presentes. Esta ideia está vinculada com outro aspecto da imagem interaccionista do homem e da mulher, a das origens sociais do «self» e da natureza humana. Segundo a perspectiva interaccionista, o indivíduo é examinado como vivendo num sistema dual, ou seja, o que Mead refere como «sociality». Os seres humanos são tão determinantes como determinados.

Considera-se que a influência ambiental se experimenta na forma de significados sociais e estes são aprendidos pelos indivíduos na interacção social, pelo que o comportamento humano resulta construído e circular, não predeterminado e liberto.

As teorias da reacção societal

Um conjunto de teóricos tenta romper com as teses de anomia e das subculturas enquanto quadros predominantes na explicação da marginalidade, tomando como centro da sua reflexão os processos pelos quais pessoas ou grupos se tornam marginais. A perspectiva da “reacção societal” conceptualiza marginalidade “não como uma qualidade do acto que a pessoa comete, mas como uma consequência da aplicação por outras pessoas, de regras e sanções a um «transgressor»” (Bastos, 1997:24).

Partindo dos conceitos centrais do interaccionismo simbólico, as teorias da reacção social interessam-se pelos efeitos negativos que tal tipo de reacção produz sobre os comportamentos individuais e as concepções que as pessoas desenvolvem dos seus «selves». A tese destas teorias sugere que o desvio real é essencialmente o resultado da aceitação e da conformidade nas esperanças negativas implícitas nas «rótulos», *labels*, que se atribuem a quem reage como desviado.

¹¹ Possuir um «self» significa que o ser humano pode ser objecto da sua própria acção, (...) o «self» emerge do processo social de interacção em que cada um define uma pessoa para si própria (Blumer, 1988).

A teoria da reacção societal surge por vezes subdividida em duas grandes tendências, sendo uma de carácter mais sociológico e que se centra no “rotulamento” social, nomeada como *labelling theory* e outra interaccionista de orientação predominantemente sócio-psicológica e que herda o interaccionismo simbólico. Importante, na perspectiva da reacção societal, é o retorno à investigação empírica da Escola de Chicago, insistindo na observação directa, na interacção face a face, no trabalho de terreno de tipo etnográfico e consequentemente na crítica a uma quantificação excessiva da vida social. Para estes teóricos a compreensão dos grupos estudados e dos seus quadros de «visão do mundo» só se poderá alcançar a partir do seu interior. São considerados relevantes os processos de interacção através dos quais a identidade marginal é criada e se cristaliza, destacando-se essencialmente três fases: confronto entre o suspeito de marginalidade e os representantes da comunidade, julgamento acerca do seu comportamento, e redefinição da sua posição acompanhada de «cerimónias de degradação».

Na perspectiva destes teóricos é posta em evidência a importância dada ao “nível sócio-psicológico” dos processos de construção e de consolidação da identidade marginal. Os instrumentos conceptuais – mortificação do eu, reconstituição do eu, estereótipo, segundo Erving Goffman - são indicativos da ênfase dada por estes autores aos processos de construção da identidade marginal (Goffman, 1968).

Os trabalhos elaborados e a linha de pesquisa destes teóricos sobre a marginalidade foram alvo de críticas, considerando, a comunidade científica que; os indivíduos e/ou grupos são conceptualizados, não como pessoas concretas com capacidade para responder a estes processos de “rotulamento” mas, como meros receptores passivos; que se observa uma indiferença à análise sistemática das estruturas institucionais e organizacionais de controlo social focalizando de forma síncrona as microestruturas, as interacções e os sentidos subjectivos dos actores sociais. Os críticos consideram existir um posicionamento analítico que exclui as macroestruturas, os enquadramentos históricos e a “articulação dos fenómenos estudados com o sistema social mais amplo de que faziam parte” (Bastos, 1997:28) para além de considerarem o seu carácter pouco sistemático.

A influência do pós estruturalismo, e as críticas que vimos atrás, tem um impacto na comunidade científica, surgindo trabalhos que fazem uma abordagem,

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

(...) do papel do estado, da economia e da ideologia na criação, redefinição e reorganização da nossa compreensão dos sujeitos desviantes e dos mecanismos de controlo social; dos efeitos da criação de profissionais de controlo social, bem como das interpenetrações entre o poder e conhecimento e da análise dos processos de conservação e de mudança de *locus*, da função e da justificação dos sistemas de controlo social (Bastos, 1997:29).

Estes trabalhos insistem, então, numa perspectiva histórica e macroestrutural das inter-relações entre as concepções de marginalidade, as estruturas de controlo social e o sistema social mais amplo.

1.3. Perspectivas metodológicas

Joan Pujadas considera que:

(...) perante a tendência generalizada de etiquetar como antropologia urbana qualquer tipo de estudo que tenha um cenário urbano ou urbanistas como objecto de estudo, existe desde há alguns anos um consenso crescente em demarcar o domínio deste campo de especialização antropológica a partir de um duplo critério epistemológico e metodológico que coincide com o que Ulf Hannerz (1986:20) denominou de perspectiva relacional. Um enfoque que põe relevo nos processos de interacção e interdependência das instituições(...) (tradução livre de Pujadas, 1996:241).

Neste sentido, Ulf Hannerz considera que uma antropologia “da” cidade, e não apenas “na” cidade, deve olhá-la como estrutura social de domínios múltiplos, devendo ser dada especial atenção às formas e graus de inter-relações entre papéis quer no interior dos domínios quer entre eles. Propõe que a cidade seja olhada como o contexto de observação etnográfica, uma espécie de pano de fundo sobre o qual se analisam casos particulares, de modo a deixar transparecer as conexões e cruzamentos, ou redes de redes que a compõem.

Várias são as tentativas de conceptualizar a cidade como totalidade fragmentável. Estas propostas tem a vantagem de fazer uma sistematização de um universo que se apresenta fluído, complexo e múltiplo, sendo esta um ponto de partida sólido para a reflexão da cidade.

A proposta de Eames e Goode, classifica três grandes conjuntos de etnografias; as que estudam as unidades primárias, compostas por redes egocentradas (unidades de parentesco e unidades domésticas), as que estudam unidades maiores e que estão formalmente limitadas (entendendo-se aqui os grupos baseados em residência comum, na cultura comum de origem e na divisão do trabalho), e por último as que estudam unidades de integração ou de junção (compostas por instituições formais ou informais, e situações temporais ou espaciais que juntam segmentos da população urbana) (Cordeiro, 2003).

Gulick identifica dois níveis de conexões sociais existentes nas grandes cidades. Designa um sistema de suporte de micro-escala baseado em conexões pessoais de base territorial, como bairros e vizinhanças dispersas em rede, e um sistema de macro-escala baseando-se em sub-culturas de tipo universal de base étnica, classe social, ciclo de vida ou em estilos de vida colectiva (idem).

Michel Agier identifica três conceitos intermédios que, segundo o autor, ajudam a descrever e pensar a cidade numa perspectiva antropológica. São eles região, situação social e rede social. A noção de; *região* remete para a divisão territorial na perspectiva da Escola de Chicago, de área natural, com certa homogeneidade; *a situação social* inscreve-se nos limites da interacção social, é despacializada, liberta o investigador do constrangimento do território, tem coerência interna e um contexto estrutural; por último, na *rede social* o etnólogo pode ver e seguir os indivíduos a “*operarem in situ.*” Segundo o autor estas noções permitem à antropologia construir uma reflexão e uma metodologia centrada no indivíduo, inserido em espaços sociais e culturalmente heterogéneos, sem abandonar as suas próprias questões fundadoras.

Sugere um percurso transversal de investigação que parta do indivíduo, unidade irreductível com ligações fortes a certos lugares de vida, mínimos e próximos, como as casas, as ruas, as redes de casas, que vá depois descrevendo um certo tipo de estigmatizações identitárias (pobres, negros, subúrbios) e que finalmente desemboque nas sociabilidades alargadas, na participação social, e na expressão cultural dos indivíduos (Agier, 1996).

Para José Magnani a *rua*, na sua relação metonímica com a cidade, é lugar e suporte de sociabilidade, é para o autor uma

(...) rua identificada pelo olhar antropológico e recortada desde outros e variados pontos de vista, oferecidos pela multiplicidade dos seus usuários, suas tarefas, suas referências culturais, seus horários de uso e formas de ocupação (Magnani, 2005:2).

Não se está a falar da rua na sua materialidade mas sim em “experiência de rua”. A riqueza que caracteriza a experiência urbana está então nesta diferença que os grupos encontram na cidade em determinados espaços (Magnani, 2005).

Propõe-se, através de uma leitura antropológica, perceber, numa aparente desordem e caos urbano, as regularidades no espaço, nos comportamentos, nos estilos de vida.

Segundo José Magnani a prática da etnografia, que caracteriza o trabalho do antropólogo, supõe a delimitação dos contextos empíricos onde seja possível trabalhar com determinados instrumentos, tais como, a observação participante, recolha de depoimentos, histórias de vida, narrativas orais e termos de parentesco. Segundo o autor,

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

(...) o desafio é manter as características da pesquisa etnográfica; tradição de descrição minuciosa, contacto prolongado, procura de relação directa com os informantes e simultaneamente não perder de vista o quadro mais amplo no qual os fenómenos culturais se desenvolvem nas sociedades modernas (idem, p. 4).

O autor pretende mostrar, com o resultado das pesquisas realizadas e a elaboração destas categorias, que a cidade, apesar da sua escala, diversidade e problemas, comporta inúmeras formas através das quais os seus habitantes estabelecem vínculos entre si e com a cidade. Algumas dessas formas podem ser observadas em relação com o próprio espaço onde ocorrem, são as “experiências de rua”.

A proposta de olhar a cidade, variando o ângulo de observação e percebendo o ponto de vista de outros, que pela diversidade das suas formas de vida se apropriam da cidade de modo diferente, permite concluir que esta não se impõe de forma homogénea e absoluta sobre os seus moradores.

As propostas dos diferentes autores, referidas atrás, ajudam a sistematizar a reflexão sobre a cidade, sabendo contudo que

(...) a relação entre a parte e o todo ou entre a produção de etnografia e o seu contexto continua a constituir “um dos principais eixos de problematização, não apenas na antropologia urbana, é certo, mas com implicações relevantes neste caso (...) (Cordeiro, 2003: 11).

Na perspectiva da presente pesquisa, e porque o contexto se insere num recorte de cidade que não corresponde aos paradigmas correntes das redes de interacção e do uso do espaço privado e público, mas antes subverte e questiona este modelo, foi a rua, “experiência e suporte de sociabilidade”, o contexto empírico da pesquisa.

Capítulo 2 – Investigação e conhecimento

2.1. No Contexto Europeu

*A única identidade que podemos ter por verdadeira,
é a que Lévi-Strauss mencionava
em primeiro lugar, a identidade do humano.
Michel Agier*

A pesquisa sobre pobreza na Europa evoluiu, nas últimas duas décadas, em direcção a um debate mais alargado sobre as questões de exclusão social, dimensão e análise da perda em termos, distributivos e relacionais. Na perspectiva da investigadora, Dragana Avramov¹², o alargamento do domínio de pesquisa coloca novos desafios, sendo a situação de sem abrigo uma forma específica de exclusão social extrema que não pode ser entendida e olhada na perspectiva dos debates genéricos sobre necessidades habitacionais, desemprego e privação material as quais, inevitavelmente, e em último caso, conduzem à situação de sem abrigo.

Uma visão mais alargada sobre a sociedade e grupos vulneráveis mostra inequivocamente que apenas uma pequena proporção de pessoas muito pobres se tornam sem abrigo. Mas quando limitamos a perspectiva a pessoas sem abrigo, só a pobreza parece ser o denominador comum. Todas as pessoas sem abrigo são pobres (tradução livre de Avramov 1999:4).

A pesquisa de Avramov,¹³ levou-a a identificar componentes de três níveis e que são específicos da exclusão habitacional e social. Os factores estruturais podem ser identificados pela falta de habitação de baixos custos, suportável, pela falta de assistência e protecção social adequadas, nomeadamente cuidados para indivíduos com problemas mentais ou desordens de personalidade, e por fim pela segregação jurídica ou social de indivíduos particulares ou classes de indivíduos.

Os indivíduos que têm incapacidade física, mental ou social são competidores fracos e estão no risco de serem excluídos do regular mercado de habitação (...) A falta de protecção social adequada de pessoas que não têm rendimento suficiente para viver uma

¹² Dragana Avramov é investigadora do Observatório Europeu sobre os Sem Abrigo.

¹³ Referência ao trabalho de 1999, “The State of the research of homelessness and provisions of services in Europe” in *Coping with Homelessness: issues to be tackled and best practices in Europe*.

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa”

vida com dignidade “guetiza” as pessoas em habitações inferiores e afasta as vizinhanças, bem como a falta de comunidades de cuidados de saúde mental para indivíduos que sofrem de desordens mentais e individuais é uma das chaves determinantes da situação de sem abrigo para os que pertencem ao grupo de risco (tradução livre de Avramov, 1999:4).

“Mesmo quando a legislação não sanciona a segregação, a prática social pode operar como um factor forte da exclusão social” (tradução livre de Avramov, 1999:2).

Ainda, de acordo com esta investigadora, o campo conceptual da investigação europeia, anos 90, desenvolveu-se através de duas abordagens principais, a situação de sem abrigo como um problema habitacional e sem abrigo como um problema social de “fragilização.” Apenas nos anos mais recentes a agenda da investigação no plano europeu considera a organização e o funcionamento da sociedade e em particular as suas políticas sociais e serviços.

No início dos anos 90 existe, a nível europeu, uma clara necessidade política e cognitiva para recolocar o domínio de conhecimento da situação de sem abrigo no novo contexto político da investigação sobre exclusão social. Avramov sintetiza questões pertinentes sobre o debate do conceito de sem abrigo no contexto europeu e como a investigação se deslocou de um campo conceptual da individualização e fragilização para um entendimento dos processos sociais,

(...) a percepção social da situação de sem-abrigo como situação marginal que afecta um número pequeno de pessoas, determina largamente o alcance da acção política, percepção da responsabilidade social e distribuição de recursos públicos para enfrentar a privação de habitação”. (...) Nos poucos países europeus onde a legislação e a prática administrativa endereçam a situação de sem abrigo como uma questão de responsabilidade pública, existem diferenças significativas na percepção das condições de habitação que caem na categoria de sem abrigo (idem, p.1).

Estas diferenças levam a que a política europeia sobre exclusão habitacional, em 1990, reflecta, por um lado uma consciência de que a situação de sem-abrigo pode persistir como um problema social sério, mas desacordos quanto à natureza do processo social que gera ou conduz à exclusão habitacional.

Nos países que focaram as suas medidas anti pobreza nos meios de subsistência mínimos e assistência de emergência para sem abrigo e perseguiram nos anos 80 a política de desresponsabilização dos fundos públicos da habitação permanente para grupos sociais vulneráveis, o risco de situação sem abrigo persiste (idem, p.20)

Em muitos países a falta de uma assistência adequada de alojamento para grupos de baixos rendimentos tem sido uma séria deficiência no sistema de protecção social.

No Sul da Europa, na ausência de políticas e medidas efectivas, o suporte da família tem sido o mais efectivo e, frequentemente, o único amortecedor contra a situação de sem abrigo.

A carência de habitação em termos de alojamento adequado e sobreocupação continuam subestimados. Em muitos países a família solidária tem desempenhado o papel de prevenir a situação de sem abrigo de adultos sem rendimento.

Contudo, as mudanças da cultura e estrutura familiar estão a afectar o funcionamento base do suporte directo familiar. Estas medidas não têm sido até agora acompanhadas por novos modelos de segurança social (idem, p.21).

As medidas políticas têm sido tradicionalmente influenciadas pela forma como as pessoas sem abrigo são percebidas e o seu afastamento social tem sido interpretado como um estilo de vida, uma escolha, sendo ainda, vistos como consumidores e abusadores dos serviços e recursos públicos. Nesta percepção, a situação de sem abrigo leva a asserção de que, quanto maior for o número de serviços maior será o número de consumidores. Porém, a pesquisa levada a cabo por Avramov, já referida, mostra inequivocamente que quanto mais alto o número de pessoas assistidas e cuidadas, mais baixo o número dos que se tornam sem abrigo.

Os países nórdicos, que podem ser considerados como um exemplo de boas práticas numa política integrada da abordagem à situação de sem abrigo, mostram que dificuldades associadas à situação requerem complementaridade entre medidas preventivas e uma bem pensada aproximação dos serviços. No final dos anos 90, os modelos de boas práticas foram aqueles que estenderam os serviços para além da assistência de emergência temporária reconhecendo que a situação de sem abrigo não é só uma condição de alojamento.

Eles trabalham na assunção de que dar alojamento a pessoas sem abrigo é indispensável mas que não é suficiente para a integração destas pessoas. Eles fornecem, em situação de carência, o alojamento e suporte social e o seu objectivo é realojar as pessoas sem abrigo em habitações independentes e providenciar suporte e cuidados suficientes para que possam manter-se em alojamento individual (idem, p.22).

2.2. No contexto nacional, a cidade de Lisboa

No contexto nacional a percepção é de que a investigação tem sido escassa e que o

(...) enfoque tem sido feito num conceito mais restrito o que limita a perspectiva mais compreensiva do fenómeno. (...) É necessário que se procure compreender a diversidade e complexidade, quer das situações, quer dos mecanismos que conduziram a esta etapa de marginalização extrema o que poderá influenciar o delinear de respostas e estratégias de reinserção social destas pessoas (Baptista, 2005: 25).

É razoavelmente consensual que na década de 90 a situação de pessoas sem abrigo se torna mais visível, despertando atenção, embora ainda escassa, na comunidade de investigadores.

Os estudos que se vão sucedendo têm características e objectivos diversos, trazendo informação que deve ser compreendida no seu contexto. Procura-se sistematizar a reflexão identificando nos trabalhos em análise,¹⁴ o conceito de sem abrigo, objectivos, repercussão e contexto do estudo, projecção do número de pessoas, causas subjacentes à situação, conclusões e propostas apresentadas por estes.

Os conceitos

No início da década de 90, o investigador do Centro de Estudos para a Intervenção Social, Manuel Pimenta, no seu trabalho «Os Sem abrigo da Cidade de Lisboa», formula três constatações que fundamentarão o interesse da sua pesquisa: “o agravamento do fenómeno de sem abrigo em particular em Lisboa, conhecimento deficiente do fenómeno, inexistência de estudos que permitam fundamentar uma intervenção e por último “um compromisso moral de dar voz aos cidadãos mais abandonados e silenciados (Pimenta, 1992).

O conceito de sem abrigo, considerado pelo autor é o de

(...) indivíduos que não possuem meios de subsistência, nem domicílio certo e que pernoitam ao relento ou recorrem a “alternativas” provisórias (escadas, casas velhas, camaratas, albergues...) e que estão a viver um processo de *ruptura ou romperam* já com

¹⁴ Identificados na bibliografia como *Estudos sobre pessoas sem abrigo, da cidade de Lisboa, comentados na pesquisa.*

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa”

os principais “espaços” de referência social, família, trabalho e comunidade (Pimenta apud Rodriguez Diaz, 1992).

Este conceito será mencionado em trabalhos posteriores, (Gentil, 1993; Gomes,2002) apesar de se considerar que o conceito representa ainda alguma indefinição, “o conceito de Sem Abrigo, depende dos diferentes contextos de análise, nomeadamente os contextos históricos, socio-político e legislativos ou sócio culturais, e que conduzem a leituras diversificadas do fenómeno” (Gomes, 2002:89).

Em 1995 é apresentado pela autarquia de Lisboa, o estudo realizado no âmbito de um Projecto de Apoio aos Sem abrigo da Cidade de Lisboa, co-financiado pela iniciativa Horizon, e que estabelece uma parceria entre a SCML e CML. Neste trabalho são considerados como sem abrigo,

(...) todos aqueles sujeitos que não têm um tecto onde pernoitar, mesmo que ocasionalmente, através da mendicidade, apoios institucionais ou outros recursos esporádicos, consigam resolver a sua situação nocturna. Ficam excluídos os indivíduos que vivem em barracas e alojamentos precários, bem como as pessoas institucionalizadas com carácter de permanência duradouro (Figueira, A. e al. 1995:26).

No estudo de *Caracterização Sócio Económica dos Utilizadores do Refeitório dos Anjos* a autora adopta um conceito que se aproxima do proposto pela FEANTSA,

(...) todos aqueles que, tendo ou não um local de dormida dentro de portas, não conseguem assegurar a sua habitação pelo que, esta quando existe está a cargo de instituições, ou que tenha alojamento instável, situações em que se encontram temporariamente a viver com amigos ou família mas cuja coabitação não foi planeada nem é encarada como algo a manter-se, inclui-se o quarto pago pela SCML (Borges, 1995).

Em 1998 a autarquia volta a querer monitorizar a situação na cidade e é o Grupo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil que irá realizar o estudo. Este considera a condição de sem abrigo como consequência de um conjunto de processos pelo que

(...) deixa, deste modo, de estar única e exclusivamente associada à pernoita ao relento, devendo incluir também uma panóplia de situações cuja existência de um abrigo ou de um tecto não deixa, por si só, de configurar uma situação de sem abrigo (GES/LNEC, 1998:16).

A tese de “doentes sociais”, como “uma realidade heterogénea, que não se deixa apreender em termos redutores... Isolados, sem família, sem uma rede social fiável, são

indivíduos que por vezes só contam com o apoio das instituições”, é expressa no trabalho de Bento e Barreto de 2002 (Bento e Barreto, 2002:248).

A heterogeneidade da população é também referenciada no estudo sobre feminilização da população sem abrigo, “(...) coexistindo segmentos diferenciados, cuja dinâmica de relações internas contrasta intensamente com as fracas relações entre segmentos” (Gomes, 2002:156).

Os dados analisados pelo estudo “Os sem-tecto realidades (in)visíveis” integrado no *Estudo dos Sem abrigo* (Gil, Ana e al. 2005), considera *os sem tecto* como a tipologia de sem abrigo que é sinalizada com mais frequência pelos serviços da Segurança Social. Este grupo alvo inclui

(...) todos os indivíduos que se encontrassem a dormir: na rua, num espaço onde é possível isolar-se (vão de escada, viatura abandonada), num espaço partilhado por outras pessoas, (jardim, a céu aberto), num espaço público partilhado (aeroporto, estação de comboios), num espaço público não partilhado, (aeroporto, estação de comboio, mas com alguma privacidade) (Gil, Ana e al. 2005:77).

Em Setembro de 2007, no âmbito do “Grupo Interinstitucional para a Definição da Estratégia Nacional de Apoio aos Sem-Abrigo”, coordenado pela Segurança Social a nível nacional, surge a proposta de definição legal de sem abrigo. Esta proposta retoma parte da tipologia da FEANTSA, considerando sem abrigo pessoas que estão sem tecto e sem casa.¹⁵

Os objectivos

Alguns estudos procuram caracterizar e conhecer a dimensão do “fenómeno” na cidade de Lisboa, outros ficam circunscritos a contextos específicos, centro de acolhimento nocturno ou serviços de cuidados de saúde.

¹⁵ O conceito proposto considera “sem-abrigo a pessoa que, independentemente da sua nacionalidade, idade, género, condição socio-económica e estado de saúde física e mental, se encontre reiteradamente sem tecto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário não público, ou reiteradamente sem casa, em alojamento, por definição temporário destinado para o efeito. A reiteração implica que a condição de sem-abrigo prevalece, num período de tempo superior a 3 meses, sobre outras eventuais condições de vida e de alojamento. A condição de sem-abrigo deverá ainda implicar, desejavelmente, o reconhecimento do próprio ou, em face de manifesta impossibilidade cognitiva, um consenso de pelo menos 3 técnicas provenientes da área da acção social ou saúde mental e comunitária” (conforme consulta na página da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade www.cnis.pt/UserFiles/nsexta_14_09_2007.pdf).

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

Os objectivos são necessariamente diferentes, considerando que alguns estudos pretendem perceber o “agravamento do fenómeno” em Lisboa e alterar a situação de um deficiente conhecimento. Outros autores têm contextos de estudo mais restritos e são exemplo disso; o estudo realizado com o objectivo “avaliar o estado de saúde da população de sem abrigo na cidade, mais precisamente conhecer o estado de saúde física e mental, o tipo de utilização dos serviços de saúde que esta população reproduz,” (Gentil, 1993); o estudo realizado para “*Caracterização dos Sem Abrigo no Refeitório dos Anjos*” (Borges, 1995); o “*Estudo sobre mulheres sem abrigo*” (Gomes, 2002) ou o estudo realizado com o objectivo de avaliar a qualidade de um abrigo”(Sousa, F. e Almeida, S. 2001).

A autarquia, em três estudos da sua iniciativa, no período de 1992 a 2000 define como objectivos; primeiro em 1995 deseja

(...) realizar uma caracterização da população nos seus locais habituais de permanência” (...) analisar, estudar o fenómeno abordando-o como um problema multidimensional que requer estratégias de actuação diferenciadas; (Figueira e al. 1995: 22).

em 1998

(...) pretende complementar estudos existentes de carácter mais qualitativo, com outros que consigam estimar com objectividade o volume do fenómeno; bem como o desejo de planear acções que respondam a este problema”(GES/LNEC, 1998:1)

e por último, em 2000

(...) procurar conhecer o universo de indivíduos sem-abrigo da cidade e compreender a evolução do fenómeno, bem como (re)identificar os locais e tipos de lugar de pernoita”(GES/LNEC, 2000:11).

Em colaboração com inúmeras instituições, no terreno, o estudo realizado a nível nacional, “Os sem tecto realidades (in) visíveis,”¹⁶ define como objectivo “estimar o número real de pessoas sem tecto ao longo do território nacional e compreender a situação desta população ao nível da identificação das causas e das expectativas face ao emprego e ao habitat” (Gil e al. 2005:33).

¹⁶ Este estudo sendo realizado a nível nacional inclui dados relativos a Lisboa, pelo que se considera oportuno mencioná-lo neste contexto.

A maior parte dos objectivos revelam uma necessidade de conhecer a “dimensão,” o “volume do fenómeno,” “caracterizar a população,”¹⁷ seja como um grupo definido, as mulheres sem abrigo por exemplo, ou na cidade no seu todo. Caracterizar, conhecer a dimensão, o volume do fenómeno. Os objectivos têm inerente, à priori, uma preocupação “de melhor conhecer para actuar”, e revelam frequentemente a necessidade de monitorizar o número de pessoas, também a distribuição geográfica dos locais de pernoita.

Ainda assim, os dois últimos estudos da autarquia encaram-no como “um problema multidimensional que requer estratégias de actuação diferentes” e “o desejo de planear acções que respondam a este problema” (GES/LNEC, 1998 e LNEC 2000).

Por seu lado em 2005, o estudo da Segurança Social, aponta para uma necessidade de compreensão “ao nível da identificação das causas e das expectativas face ao emprego e ao habitat” (Gil e al. 2005:33).

Mais recentemente na apresentação da investigação, ainda em curso, sobre “Dinâmicas de Risco e Sem Abrigo”,¹⁸ é considerada como “essencial uma linha futura de pesquisa desenvolvendo comparações com o geral da população em vez de seguir uma análise simplista *ad hoc* tirada da sociodemografia do perfil do sem abrigo (Menezes, 2007), crítica implícita a uma prática de investigação comum e que surge como muito pertinente.

A dimensão do “fenómeno “

Conhecer a “dimensão do fenómeno” tem sido o objectivo mais presente, sobretudo nas preocupações oficiais, contudo, a percepção após algumas leituras é de que este objectivo tem sido difícil de alcançar.

¹⁷ Conforme Anexo V, procedeu-se a uma sistematização de dados de tendência demográfica, que constam nos estudos já referidos.

¹⁸ Este trabalho foi apresentado na Conferência da FENTSA em Setembro de 2007, Lisboa. A investigação, ainda em curso, é realizada em três cidades europeias, Lisboa, Paris e Londres, *Dinâmicas de Risco e Sem Abrigo*, tem como objectivo principal analisar sociologicamente o processo que conduz à situação de sem abrigo, e como conceito principal, o risco. A investigação considera sem abrigo as pessoas que estão a dormir na rua e nos abrigos nocturnos, de curta ou longa duração, dependendo da cidade. O ponto actual da investigação permite trazer algumas reflexões que se consideraram relevantes para a discussão actual. Para a autora a identificação de grupos de risco poderá acentuar as “desigualdades sociais” através da ideia de gestão do risco individual. O risco pode perpetuar o discurso entre o individual e estrutural com o uso de termos como “responsabilidade” e afectar as políticas sociais delimitando a ligação entre os sem abrigo e sociedade sem considerar uma estratégia integrativa

Ou seja, as informações vão sendo, em alguns casos, contraditórias ao que não será indiferente o facto dos conceitos subjacentes induzirem em diferenças reais. Por exemplo, Gentil “considera ser possível, com dados estimados por instituições que dispõem de abrigos temporários, afirmar que em 1987 as pessoas sem abrigo na cidade seriam cerca de 2000 e em 1993 cerca de 4500”(Gentil, 1993). No estudo realizado em 1998, pelo GES/LNEC (1998:49), o total de pessoas sem abrigo observadas é de 856 e 859 com variação mínima entre o Verão e o Inverno.

Em 2000, a mesma equipe, do GES/LNEC, faz outra projecção do número de pessoas sem abrigo na cidade, no período de Janeiro a Maio de 2000, entre 1275 a 1366 indivíduos (GES/LNEC, 2000: 33). Consideram como razões plausíveis para explicar este aumento, em relação a 1998, a nova visibilidade do fenómeno, muito marcada pelo “acantonamento” provocado pelo aparecimento dos novos centros de acolhimento e melhor conhecimento da equipa do contexto de estudo.

Mais tarde, em 2002, Bento e Barreto referem que “as estimativas avançadas pelos “média” rondaram entre os 2500-5000 pessoas ao longo da década de 90” (2002:31).

O estudo coordenado pela Segurança Social revelou alguns constrangimentos na aplicação dos questionários, “situações em que os indivíduos não responderam pela incapacidade mental para o fazer”, (...) “em que os inquiridos interromperam alegando a extensão do questionário” (...) ou “ situações de recusa de resposta a algumas perguntas” (Gil e al. 2005:83), pelo que se optou por fazer uma análise percentual com base nas respostas e não nos indivíduos. Perante estes constrangimentos o estudo sinaliza para o distrito de Lisboa, 249 pessoas sem tecto, cerca de 53,3% do total nacional e para o Concelho de Lisboa 201 pessoas, apenas.

Identificação de causas

Em 1992, o trabalho de Manuel Pimenta traça um diagnóstico que aponta para factores de ordem estrutural, como a permanente crise na habitação, impedindo as pessoas com baixos rendimentos de pagarem o acesso a um alojamento, considerando este facto como o início do processo de marginalização. O baixo grau de instrução é identificado como indicador da vulnerabilidade de integração no mercado de trabalho, bem como, a ausência ou insuficientes medidas de protecção social. Estes factores constituirão os

principais mecanismos geradores e reprodutores da pobreza e da “exclusão social”, sublinhando que quase todos os pensionistas entrevistados recebem a pensão de invalidez e referem que é impossível viver com esse rendimento (Pimenta, 1992).

São ainda realçados os problemas de saúde, que se identificam num conjunto de *handicaps* e são um círculo vicioso: deficiente alimentação (nutrição); vestuário desadequado; o excessivo consumo de álcool (alcoolismo); o consumo de outras substâncias comumente apelidada de drogas (toxicodependência); a existência de problemas relacionados com a sua saúde mental (patologia psiquiátrica prévia entre outras), que obviamente são condicionadoras do seu estado de saúde.

O autor conclui que, o facto das solidariedades informais estarem também diminuídas conduzem a uma ruptura com os principais espaços de referência social.

Poder-se-á considerar a identificação das causas estruturais e pessoais suficientemente explícitas para por si só, alertar, nessa data, para a responsabilidade pública.

Em 1993, Gentil recorre a um estudo de Bruto da Costa, sobre a pobreza urbana, o qual faz referência a factores de risco como o desemprego, degradação do poder de compra, salários e pensões muito baixos, pensões e salários em atraso, baixo nível de instrução, e condições de vida da família de origem. Apresenta ainda a falta de habitação como sendo uma das causas de ser sem abrigo (Gentil, 1993).

O estudo da CML, de 1992 a 1995, quantifica o factor de risco desemprego/emprego, referindo que 74,6% das pessoas estão desempregadas¹⁹, e apenas 3,7% têm emprego estável, e identificou ainda quatro problemas sociais da actualidade portuguesa, que influenciam o aparecimento e agudização dos fenómenos de exclusão social; “desestruturação progressiva das redes de solidariedade tradicional, cabocadas pela família e comunidade em geral; a insipiência do Estado Providência; crise de emprego, e uma anomia urbana” (Figueira e al. 1995: 35).

Porém, no estudo de Borges, em 1995, os casos de perturbação mental surgem como factor de risco principal, concluindo a autora que são na sua maioria pessoas sem o apoio da família, por morte ou abandono, e oriundas de famílias com dificuldades económicas (Borges, 1995). O desemprego, segundo factor de risco conducente à situação de sem

¹⁹ Conforme dados do quadro síntese das tendências demográficas em Anexo V.

abrigo, não significa apenas ausência de trabalho, mas subjacente a degradação das condições materiais de existência, deterioração do círculo de relações e aparecimento frequente de doenças. Como última causa refere o baixo montante das prestações de reforma, que aliado ao isolamento social contribui para a constituição de um grupo de idosos excluídos.

O estudo do GES/LNEC, de 2000, adopta uma tipificação que descreve as causas associadas ao fenómeno sem-abrigo como *acidentais*, em resultado de causas naturais ou eventos externos; *estruturais*, como consequência da pobreza, questões de saúde; *económicas*, como resultado de processos de desindustrialização que conduzem ao desemprego; *políticas*, se envolve refugiados e *sociais*, se os atingidos pertencem a categorias marginalizadas ou estigmatizadas (GES/LNEC, apud, Daly, 2000:54).

No trabalho de Sousa e al. de 2001, os factores considerados como conducentes a situações de sem abrigo referem-se a influências sócio-económicas, desinstitucionalização em problemáticas mentais, e o papel desempenhado pelos serviços sociais. Na influência sócio-económica inclui os elevados preços do mercado habitacional, a existência de dificuldades económicas, e o abuso de substâncias sendo que,

(...) contrariamente ao mito de que muitos sem abrigo estariam nessa situação por escolha própria, por apreciarem a «liberdade» que advem da ausência de quaisquer responsabilidades, nenhum participante referiu preferir as ruas a uma habitação condigna. Quando colocados perante a possibilidade de uma eventual mudança para uma habitação permanente, todos os participantes referiram preferir mudar (Sousa, F. e Almeida, S. 2001:300).

A investigação, ainda em curso, “Dinâmicas de Risco e Sem Abrigo” (Menezes, 2007), apresenta alguns dados disponíveis referindo constrangimentos ao nível de políticas sociais; respostas temporárias e sazonais *versus* estabilidade, inadequação de respostas dadas à população e falta de respostas após a reforma das instituições psiquiátricas bem como de relação entre investigação e terreno.

Ao nível dos constrangimentos sócio-económicos, refere o desemprego e exploração, custos de habitação e dificuldade em obter habitação social, bem como medidas políticas que afectam indocumentados.

Este estudo centrando-se também na percepção que os próprios sem abrigo tem da sua situação, refere que, para estes os obstáculos existentes prendem-se com a falta de

serviços de domiciliação, o que afecta, por exemplo, a posse de documentos que podem permitir, entre outros aspectos, o acesso aos serviços de saúde. São, assim, as condições sócio-económicas e a ineficácia dos serviços que estes associam à incapacidade para deixarem a rua.

O entendimento da autora é de que, as rupturas com os suportes sociais não são específicas *per si* da população sem abrigo mas particularmente a incapacidade para encontrar alternativas de rendimentos, sendo em grande parte dos casos esta vulnerabilidade relacionada com os factores de risco da infância, que só cai na inevitável visibilidade por não existirem medidas preventivas suficientes (Menezes, 2007).

Propostas de intervenção

Manuel Pimenta, no seu estudo, há década e meia atrás conclui que “ Se em vez de medidas assistenciais fossem accionadas medidas de carácter preventivo talvez não se conhecessem tantos indivíduos nestas condições.” (Pimenta, 1992).

As propostas de intervenção são sempre identificadas nos estudos efectuados. Assim, nas conclusões do estudo realizado entre 1992-1995 as autoras consideram fundamentada, “como estratégia geral de intervenção para os sem abrigo, a existência de uma rede de serviços coordenada que estabeleça programas diferenciados para a população sem abrigo no domínio da prevenção, reintegração social na área das competências sociais, formação profissional, e terapia ocupacional” (Figueira e al. 1995:42).

A proposta do GES/LNEC, passa por adoptar medidas mais precoces e estruturais, muito em particular nas áreas da saúde mental e das toxicodependências, bem como avaliar as respostas, permitindo que as suas acções sejam orientadas para a contenção do fenómeno (GES/LNEC; 2000). A equipa propõe uma metodologia justificando que a formulação de uma política passa pelo conhecimento, avaliação e discussão do fenómeno a três níveis: a génese e diversidade das situações sem abrigo, a natureza das respostas existentes e o perfil das respostas a construir, o papel das múltiplas entidades envolvidas no processo (idem).

Sousa e al. propõe a implementação de

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa”

(...) um sistema que permita que os vários serviços e instituições sociais, que trabalham com esta população ajam de forma concertada (...) distinta da tradicional forma de encaminhamento de umas instituições para outras, o que dá origem à criação «circuitos institucionais» (...) e uma intervenção de qualidade e eficaz a partir do momento que esteja alojado, não num abrigo mas numa habitação de carácter permanente (Sousa, F. e Almeida, S. 2001:310-311).

Referem que, na opinião de alguns autores, é possível colocar indivíduos sem abrigo com problemáticas mentais e problemas concomitantes de abuso de substâncias, directamente das ruas para as suas próprias casas, e a partir daí fornecer-lhes os serviços de escolha (Sousa, F. e al. 2001), sendo que uma das formas de convencer a classe política, será desenvolver os estudos que incidam sobre o nível de satisfação dos utentes com os serviços criados. Defendem medidas como; estratégias *outreach*, de forma a poder acompanhar os indivíduos que saem dos abrigos para outro tipo de habitação e aí apoiá-los no sentido de evitar a reincidência; medidas que permitam aumentar a privacidade dentro dos abrigos; bem como o acompanhamento dos utentes na obtenção e manutenção de um emprego, recorrendo a estratégias de emprego apoiado.

De considerar, ainda, o fomento de estratégias que permitam a participação activa dos utentes, designadamente na definição do ambiente e funcionamento do centro e o desenvolvimento de estratégias de *advocacy*, na protecção e defesa dos direitos dos utentes e articulação dos abrigos com serviços de tratamento de abuso de substâncias e outros de saúde mental (Sousa, F. e al. 2001).

Bento e al., em 2002, consideram que no campo da saúde mental,

(...) é imprescindível que se crie uma *task force*, para o problema dos sem abrigo doentes mentais, que proponha soluções, à semelhança do que já ocorreu noutros países” os sem abrigo “necessitam, afinal, de uma estrutura de cuidados abrangentes e coordenados, que não se limite a prestar apoio temporário às necessidades básicas, mas que possa oferecer um enquadramento estável, seguro e personalizado (...) (Bento e Barreto, 2002:248).

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa”

Capítulo 3 – Como a cidade vê o sem abrigo

Ao contrário da crença popular, as pessoas sem-abrigo não têm maneiras secretas, engenhosas ou fáceis de lidar com a sua situação. De facto os sem abrigo de rua têm precisamente aqueles problemas terríveis que se esperaria que eles tivessem.
Liebow

3.1. Práticas e representações sociais

O trabalho de análise de um conjunto documental, heterogéneo que tem origem no cidadão comum, empresas, responsáveis autárquicos, técnicos, procura identificar as reacções à presença de pessoas sem abrigo, na rua, no quotidiano de interação da cidade e perceber as representações sociais, estas entendidas como

(...) um conjunto sistemático de valores, noções e crenças que permitem aos sujeitos comunicar-se e actuar e assim orientar-se no contexto social onde vivem, racionalizar as suas acções, explicar acontecimentos relevantes e defender a sua identidade. Uma característica importante dessas representações sociais é que significam um conhecimento partilhado por todo o grupo acerca de algo, com a forma de uma “teoria de senso comum” e neste sentido estariam na base da opinião pública (tradução livre de Romaní, 2000:14).

Oriol Romaní sustenta que as representações de um grupo são fruto das condições materiais de existência, que supõem uma determinada experiência vital e a defesa dos seus interesses. Estas representações expressam-se através da herança cultural do grupo na qual está presente, também, a elaboração das experiências e interesses que vão surgindo na vida quotidiana dos adultos, em paralelo com elementos de representações sociais provenientes de grupos dominantes em etapas históricas anteriores. Dever-se-á, ainda, acrescentar outras representações sociais produtos da adaptação ou transformação dos discursos dos grupos dominantes actuais, sendo uma parte significativa conhecida através dos meios de comunicação (tradução livre de Romaní, 2000).

Podemos dizer que existe uma relação dialéctica entre prática e representações sociais. Se por um lado se pode sustentar que na realidade as práticas sociais precedem as representações e que as explicam e as justificam, por outro lado estas representações chegam a adquirir uma entidade própria, sobretudo nas nossas sociedades de informação pelo que influem notavelmente nas práticas sociais quotidianas (idem:16).

Durante o trabalho de campo, junto das equipas de rua do DAS-CML, foi possível consultar diversos documentos em arquivo, designados como “sinalizações”, utilizando a

terminologia específica das equipas. Estes documentos, constituem formas concretas através das quais, cidadãos comuns, empresas privadas, entidades públicas, outros serviços da própria autarquia, Juntas de Freguesia, apresentam ao DAS, e especificamente à equipa de rua de apoio aos sem abrigo, situações de pessoas que vivem nas ruas da cidade, solicitando a sua intervenção na resolução dos mesmos.

Estas solicitações/sinalizações são remetidas por cartas, ofícios, faxes, correio electrónico ou ainda, contactos telefónicos, sendo devidamente registadas e arquivadas pelos serviços. São estas “sinalizações” que despoletam em grande parte a acção na rua e que, de alguma forma, determinaram parte do percurso com as equipas.

Considerando a diversidade de conteúdos, dos documentos em análise, trabalhou-se primeiro a construção de uma grelha de sistematização de informação. Inseriram-se dados relativos à data em que são enviados, quem os sinaliza e a quem se dirigem, bem como morada e freguesia na cidade.

O conteúdo descrito nos documentos, foi entendido e organizado como a “percepção do problema”. Este grupo de informação procura identificar as reacções à presença de pessoas sem abrigo na rua ou noutros espaços públicos. Incide sobre a motivação de quem “sinaliza”, podendo estar subjacente à participação a “preocupação com a ou as pessoas sem abrigo,” “sentimentos de insegurança,” “incómodo por uso privado do espaço público,” ou “por insalubridade”. A preocupação com os “reflexos na imagem da cidade” é transversal às restantes motivações atrás referidas.

Considerando o tipo de informação disponível, foram-se fechando as categorias, de acordo com recorrências encontradas nos textos, que permitiram, posteriormente, tratamento estatístico e uma análise qualitativa.

No conjunto destes documentos existe uma tensão, quase permanente, entre a responsabilidade individual da pessoa sem abrigo e um claro distanciamento do que Norbert Elias designa como identidade do “Nós”.

Para este autor existe nas sociedades actuais uma tendência para valorizar “muito mais a identidade do “Eu” em detrimento da identidade do “Nós” (Elias, 2004), revelando no conceito de indivíduo uma primazia de uma identidade do “Eu”. É seu entendimento que “o significado actual dos dois conceitos encerra não só a ideia de antagonismo nítido e

evidente entre indivíduo e sociedade, mas também a de um antagonismo comum, embora menos evidente, em relação ao estado” (idem, p. 179).

A ideia de indivíduo, tal como hoje em dia o utilizamos, atribui um valor muito elevado à pessoa singular, sendo as referências ao “Nós” de muito menor importância. A relação entre indivíduo e sociedade transformou-se ao longo da história dos homens, e o conceito de «indivíduo»

(...) tem hoje, antes do mais, a função de exprimir que cada pessoa no mundo é, ou deve ser, um ser autónomo, que se rege a si próprio, e, ao mesmo tempo, que cada pessoa se distingue ou, talvez também neste caso, deve distinguir-se, de determinada forma, de qualquer outra pessoa (idem p. 178).

Para o autor é “evidente que a existência de um homem enquanto ser individual é inseparável da sua existência enquanto ser social” (idem, p.206), mas é também pertinente perceber que o conceito de identidade humana se refere a um processo. A identidade de um homem não é estática, não somos sempre o mesmo homem/mulher, e ao longo da nossa vida é inevitável um processo de continuidade.

Norbert Elias utiliza o conceito do equilíbrio “Nós-Eu”, constatando que a sociedade actual tende cada vez mais para uma identidade do “Eu”. A transformação das cargas afectivas relativas à família coincide com a possibilidade crescente de “já não ser impossível escapar à família enquanto grupo do Nós. O indivíduo, a partir de uma certa idade, pode retirar-se da família, normalmente sem perda de oportunidades de sobrevivência, físicas ou sociais” (idem, p. 227).

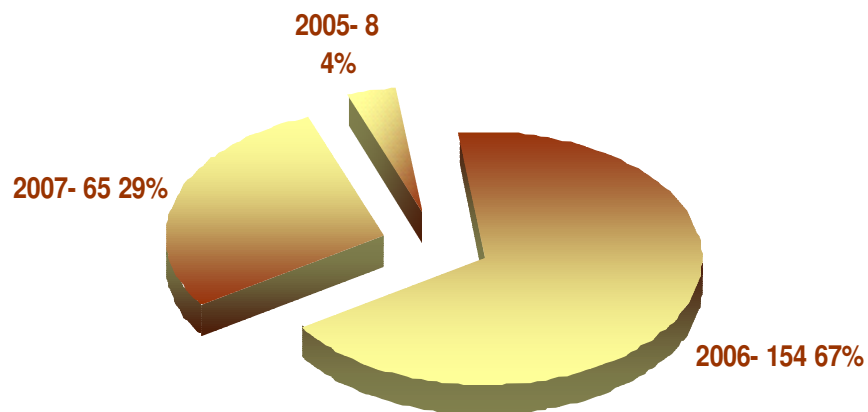
As relações familiares passam a ter um carácter mais facultativo, revogável, o que exige uma maior regulamentação e participação das pessoas envolvidas. Estes factos conduziram a uma deslocação do equilíbrio do “Nós – Eu” no sentido do “Eu”, “O homem singular depende agora muito mais de si próprio nas decisões sobre a realização das relações, a sua continuação ou o seu término” (idem, p. 228).

3.2. Projecção das “sinalizações” na cidade

Foram analisados 227 documentos que correspondem a “sinalizações” arquivadas desde o final do ano de 2005 até Julho de 2007, altura em que terminou o trabalho de campo (Gráfico1). Deve todavia ser considerada a possibilidade de não se encontrarem arquivadas todas as situações sinalizadas, o que poderia ter acontecido por razões de

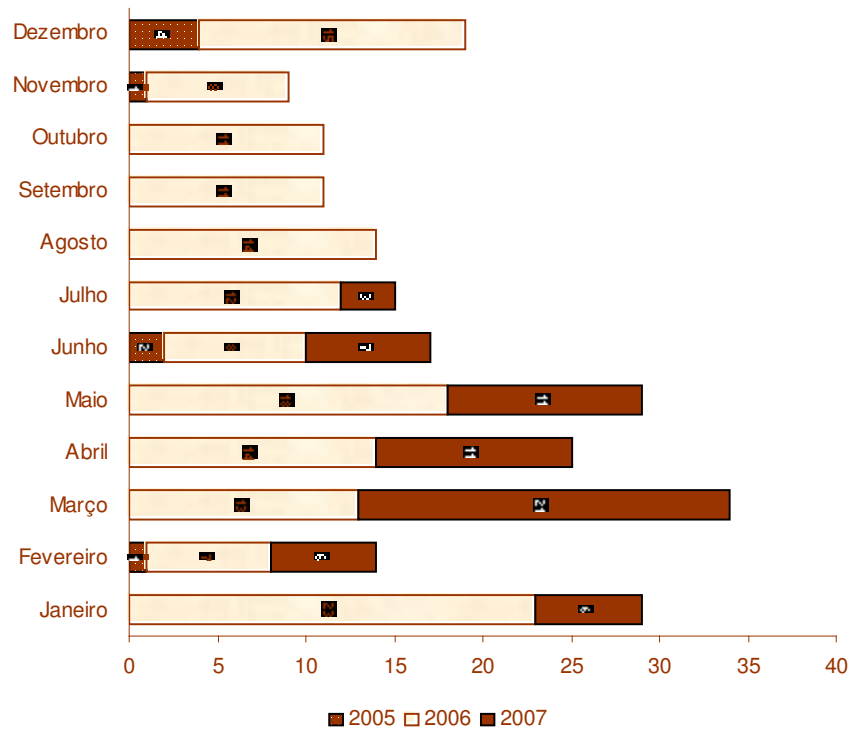
procedimento administrativo. É, contudo, bastante fidedigno o conjunto de documentos analisados, dado que à priori, se procede ao arquivo de toda a documentação que chega à mesa de trabalho e é respondida pela equipa de rua.

Gráfico 1 - Sinalizações efectuadas por ano



A distribuição ao longo dos meses aparenta ser um pouco atípica à excepção, do mês de Janeiro de 2006, mês particularmente frio para o clima temperado de Lisboa e em que se regista um número elevado/o maior número de sinalizações recebidas em todos os meses analisados (Gráfico 2). A restante distribuição parece indicar uma diminuição progressiva nos meses de Primavera e Verão, mas a leitura do quadro não permite fazer outras deduções.

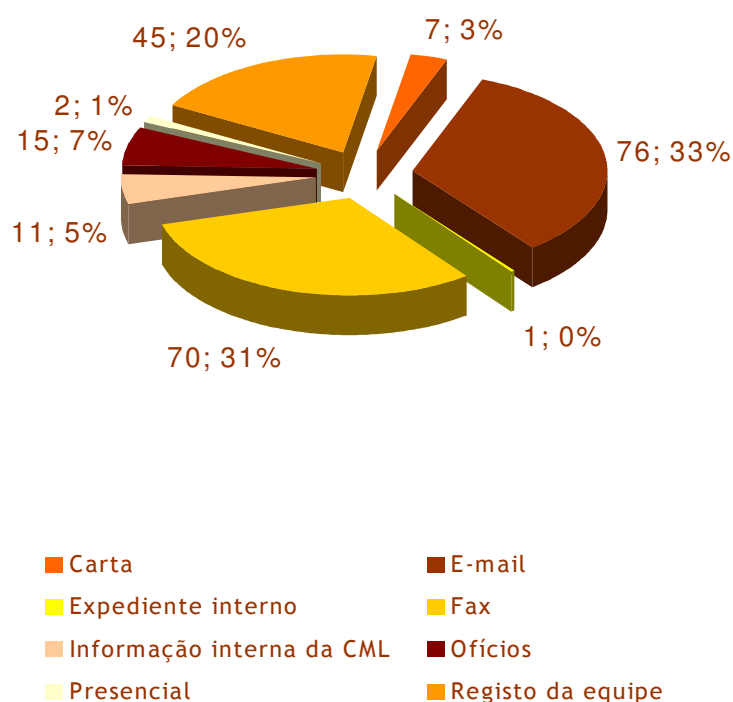
Gráfico 2 - Valor absoluto de sinalizações por mês



A via de chegada mais utilizada para efectuar uma sinalização é o correio electrónico (33%) eventualmente mais rápido e eficaz, e o fax (31%), sendo as outras formas de sinalização menos utilizadas (Gráfico 3).

Existe, em simultâneo, um conjunto de documentos que são uma “leitura” dos técnicos, inevitavelmente uma interpretação da expressão original do “sinalizante”, os chamados “registos” da equipa, feitos após atendimento telefónico, bem como situações que chegam triadas por técnicos e outros agentes públicos, que correspondem a 20% das referidas sinalizações.

Gráfico 3 - Via de chegada das sinalizações



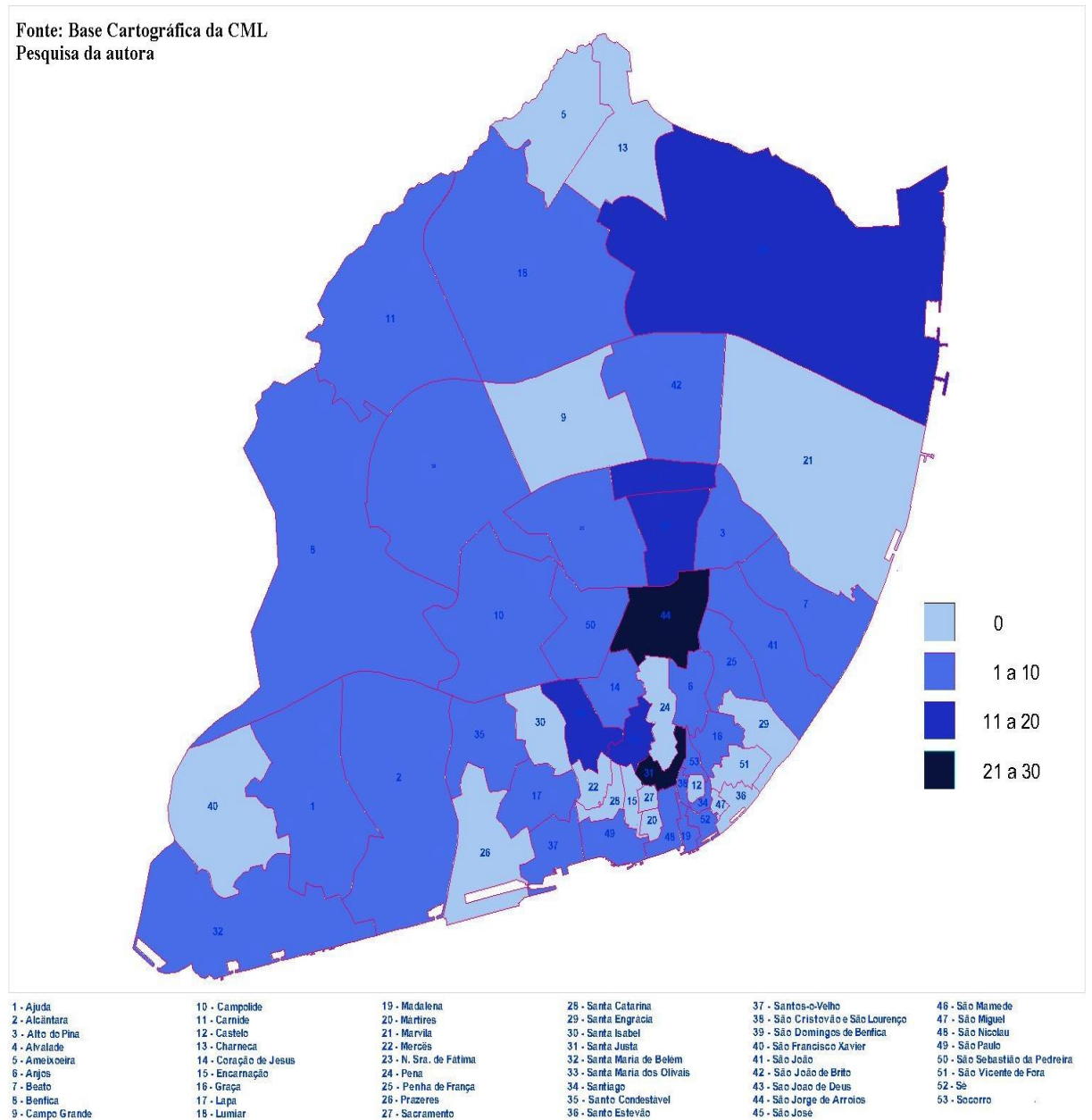
Foi também possível perceber como estão “mapeados” e, identificar as zonas da cidade a que as mesmas se referem. O mapa da cidade, onde se inscreveu a variação de sinalizações por freguesia (Mapa 1), revela como estas sinalizações se distribuem na cidade de forma heterogénea. Das cinquenta e três freguesias da cidade de Lisboa, em dezoito porém, não encontramos qualquer registo de sinalização.

Freguesias sem sinalizações					
Ameixoeira	Prazeres	Charneca	S. Vicente	Marvila	Sacramento
Campo Grande	S. Francisco	Encarnação	St. ^a Isabel	Mercês	St. ^a Catarina
Castelo	S. Miguel	Mártires	St. ^o Estevão	Pena	St. ^a Engrácia

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

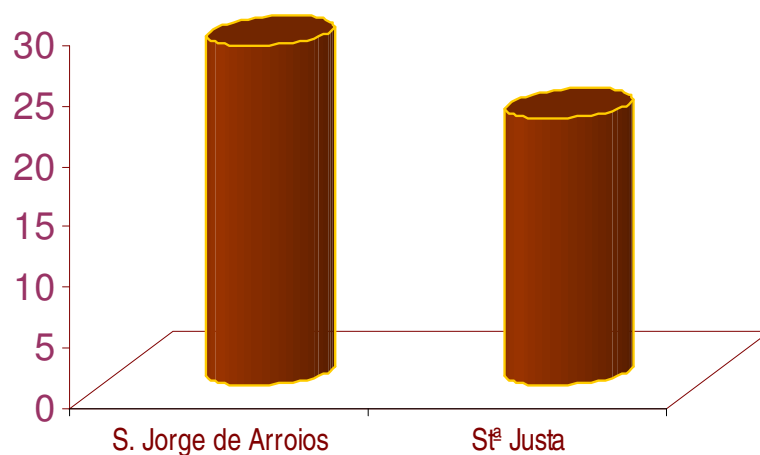
No Mapa 1, onde se definiram os limites das freguesias, identificam-se todas as sinalizações efectuadas inclusive, aquelas onde não se registou nenhuma sinalização, bem como a progressão até ao número máximo registado.

Mapa 1 - Número de sinalizações por Freguesia na cidade de Lisboa



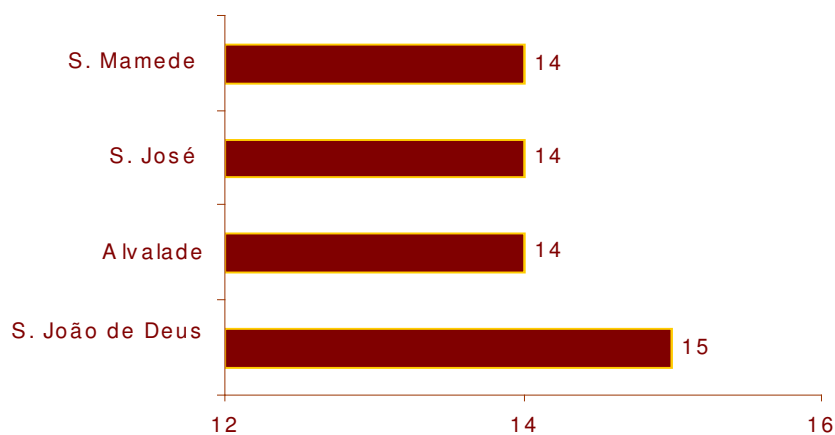
A freguesia da cidade, com maior número de sinalizações, é S. Jorge de Arroios, com locais problemáticos para a gestão da autarquia, (Av. Almirante Reis, Jardim Constantino), pela sua visibilidade e insistente reclamação de moradores, seguida da Freguesia de Santa Justa (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Freguesias com maior número de sinalizações



Como mais referenciadas, a seguir, estão outras duas freguesias da baixa da cidade, S. José, S. Mamede e duas freguesias da cidade, Alvalade e S. João de Deus (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Freguesias com 14 e 15 sinalizações

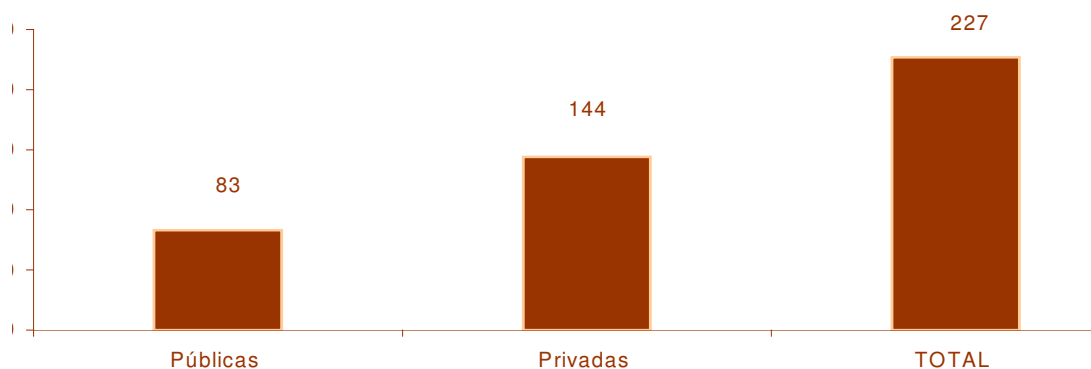


A presença de pessoas em situação de sem abrigo na zona velha, ou baixa da cidade encontra-se, analogamente, em descrições sobre os “vagabundos e vadios” do século passado,

–.. na baixa “as ruas enxameiam de mendigos, de ambos os sexos, esmolando dia e noite.(...) E essas crianças altas horas da noite adormecem acoradas nos portões do Rocio, da rua do Oiro, do Chiado, da rua de S. Roque, nas escadinhas de Stª Justa (...) (Bastos apud Alfredo Gallis, 1997: 38).

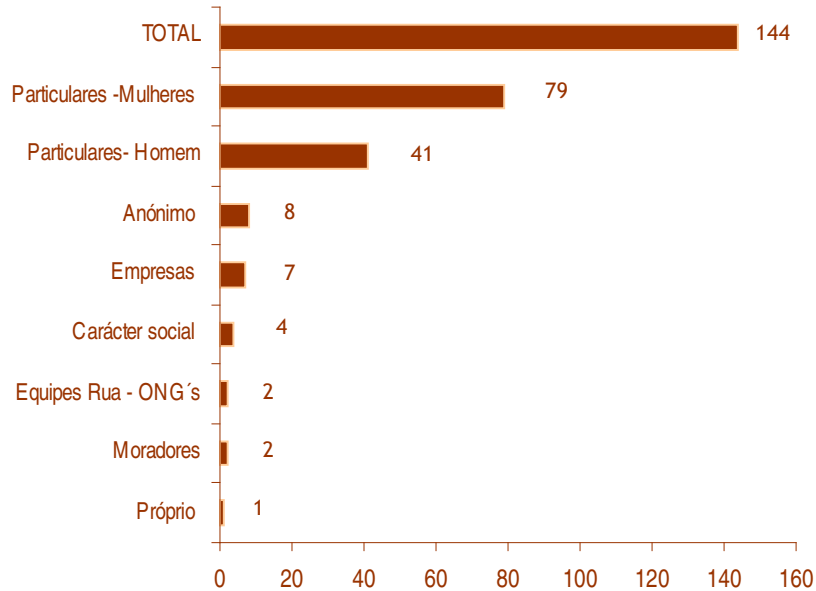
Foi também, possível perceber quem “sinaliza” a situação de sem abrigo, considerado aqui como “entidade sinalizadora”, seja individual ou colectiva, privada ou pública e a quem endereça, em primeiro lugar, essas sinalizações na procura de uma resposta adequada às suas pretensões (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Entidades Sinalizadoras



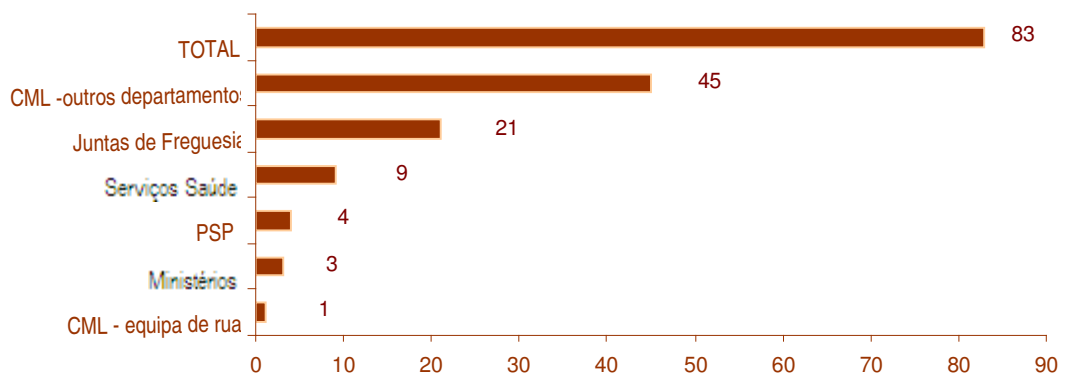
São, sem dúvida, os particulares/individuais mulheres, quem mais sinaliza a situação de pessoas sem abrigo, com um número de setenta e nove sinalizações, conforme indica o Gráfico 7. Não existe, infelizmente, mais informação sobre este grupo, em particular a idade, formação, profissão daqueles que efectuem as sinalizações.

Gráfico 7 - Entidades privadas sinalizantes



Das entidades públicas são os departamentos da Câmara Municipal de Lisboa - CML e as Juntas de Freguesia quem faz chegar, em número significativo, as sinalizações destinadas à equipa de rua ou eventualmente ao Departamento de Higiene Urbana e Resíduos -Sólidos – DHURS (Gráfico 8).

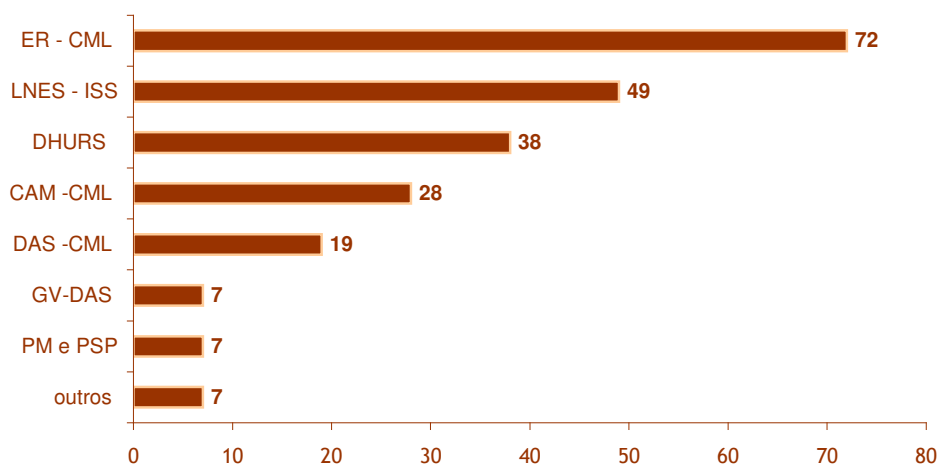
Gráfico 8 - Entidades públicas sinalizantes



Os particulares sinalizam maioritariamente para o Centro de Atendimento ao Múncipe da autarquia, CAM – CML. Os serviços da Linha Nacional de Emergência Social – LNES – ISS, reencaminha, em simultâneo, para as equipas de rua da Câmara Municipal de Lisboa e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Serviços de Emergência Social, SCML – SES (Gráfico 9).

No conjunto das entidades públicas ou privadas, a maioria envia a sinalização para a Equipa de Rua de Apoio aos Sem Abrigo da Câmara Municipal de Lisboa, ERASA-CML, para a Linha Nacional de Emergência Social LNES-ISS, seguido dos Serviços de Higiene Urbana da CML-DHURS, e o Centro de Atendimento ao Múncipe da CML, CAM-CML.

Gráfico 9 - Destinatários da sinalização



Neste primeiro nível de análise, torna-se óbvio que a “percepção do problema” é heterogénea quando se projecta na “geografia” da cidade.

Outro dado relevante refere-se ao facto de existirem 18 freguesias onde não se registaram quaisquer sinalizações.

Sublinha-se o facto de serem os particulares e especificamente as mulheres quem mais “sinaliza” a situação de pessoas sem abrigo.

3. 3. Percepção do problema

*Não existe nenhuma identidade do Eu
sem identidade do Nós.
Apenas os pesos do equilíbrio Nós-Eu,
os padrões da reacção Eu -Nós são alteráveis
Norbert Elias*

Os valores, noções e crenças implicam atitudes e todo isto se relaciona com os comportamentos. Entendemos por valores os critérios que num grupo social estabelecem o desejável e o fundamento das normas e sobretudo, a base para aceitar ou recusar aquelas que não estão previstas na cultura do grupo. Tendem à preservação, à estabilidade, do conjunto das suas categorias culturais ainda que o conflito entre conteúdos valorativos discordantes possa levar à mudança e revisão das ditas categorias. Enquanto que as crenças fazem referência áquelas ideias mais inquestionáveis de como é o mundo, as noções seriam as imagens genéricas que podem existir sobre uma questão concreta. “Tanto crenças como noções formam parte dos processos de categorização através dos quais o grupo organiza e sistematiza num esquema coerente o conjunto de dados, informações, percepções etc. que recebe” (tradução livre de Romaní, 2000:14).

Do conteúdo dos textos analisados foram sendo fragmentadas informações e afirmações, procurando identificar uma provável “teoria de senso comum”, base de uma opinião pública, perante a qual a autarquia de Lisboa e a equipa de rua planeiam as suas acções. A opinião sobre a situação das pessoas sem abrigo, o que se espera da autarquia, o que se espera que seja resolvido, é uma parte relevante para o entendimento do que se passa nas ruas da cidade, e na forma como as acções da autarquia poderão ser influenciadas na procura de soluções.

A CML gere um espaço público, e é sobretudo nesse espaço que é chamada a responder sobre o seu uso, as condições de salubridade, sendo-lhe atribuído o papel de gerir, também, um conflito de paradigmas: o privado e o público. É possível perceber como o acesso e uso dos espaços são contestados, traduzindo aquilo que em linguagem anglo saxónica se apelida de síndromas de NIMBY (Not In My Back Yard) e NOTE (Nor Over There Either).

Michel Agier refere que “quando existem fronteiras rígidas impostas entre os cidadãos e se constata a impossibilidade de estabelecer contactos nos lugares públicos, pode assistir-se a determinadas formas de confronto” (Agier, 1999: 87-88).

A citação que destacámos de uma das sinalizações efectuadas, como exemplo, tem implícito que percebendo-se a extensão do fenómeno de sem abrigo em muitas cidades, assim mesmo não se pretende ser afectado por ele,

(...) a existência de sem abrigo é comum em muitas cidades europeias e Lisboa não foge a esse problema de difícil resolução. Contudo, apesar de geral, há um caso específico que deve ser resolvido. Na Av. Almirante Reis..., a entrada dos prédios está a ser usada por alguns sem-abrigo como cama, havendo vários cobertores e cartões espalhados (sinalização em Setembro de 2006).

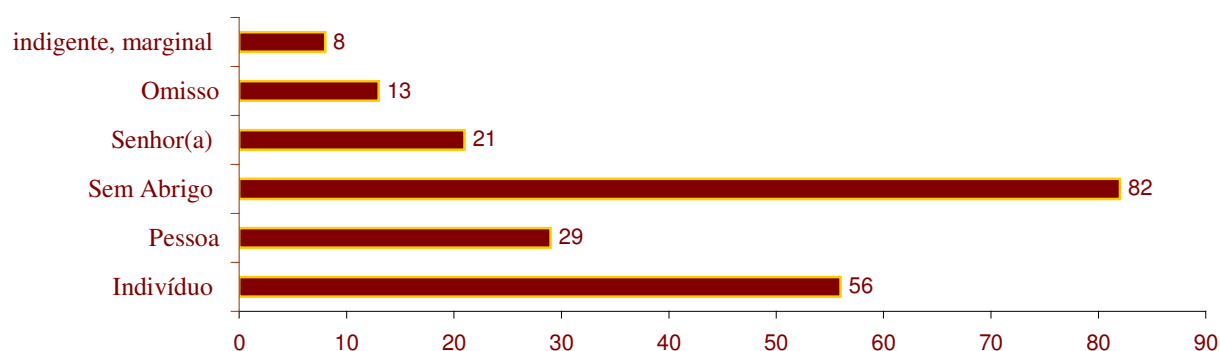
3.3.1. Como nomear

Sobre as expressões utilizadas que identificam ou nomeiam as pessoas em situação de sem abrigo, pode concluir-se que é residual o uso de expressões depreciativas ou conotadas com comportamentos marginais ou delinquentes (Gráfico 10).

A utilização de expressões como “indigentes”, “muitos pobres”, “mendigo” e “pedintes”, ocorreram apenas em quatro sinalizações, sendo em número pouco expressivo na avaliação global efectuada.

Aquelas que denotam ou sugerem uma valoração face a comportamentos considerados de risco, como “marginais”, “pessoa de péssimo calibre”, “vagabundo deficiente” ou “vagabundos e vadios”, são igualmente pouco expressivas se se considerar o número de nomeações, igualmente quatro.

Gráfico 10 - Expressões Utilizadas



Na maior parte das sinalizações são utilizadas as expressões “sem abrigo”, “indivíduo”, “senhor” ou “senhora”, para identificar as pessoas envolvidas. Ressalva-se o facto de algumas das sinalizações que nomeiam “indivíduo” serem registadas por técnicos, não havendo possibilidade de acesso à informação original. Contudo, é relativamente pacífico afirmar que a expressão “sem abrigo”, enquanto a mais utilizada nas sinalizações efectuadas, passou a fazer parte do vocabulário da maioria dos munícipes quando se referem a essas pessoas/ fenómeno social. Nas 82 sinalizações cuja expressão “sem abrigo” foi utilizada, contabilizaram-se 56 que foram confirmadas através de documentos originais da sinalização a que se teve acesso.

3.3.2. Um problema social

Apenas em cerca de 85 sinalizações se encontra, de uma forma expressa, preocupação com o bem-estar físico e social da pessoa sem abrigo (Gráfico 11). No conjunto dos que manifestam preocupação existem diferentes motivações ou prioridades, pelo que se procurou analisar/perceber atentamente as mesmas. Inversamente a maioria de “sinalizações”, 142, é omissa ou quando expressa incómodo pela sua presença, fá-lo por razões de insegurança, de insalubridade ou por uso privado do espaço público.

Gráfico 11 - Percepção global

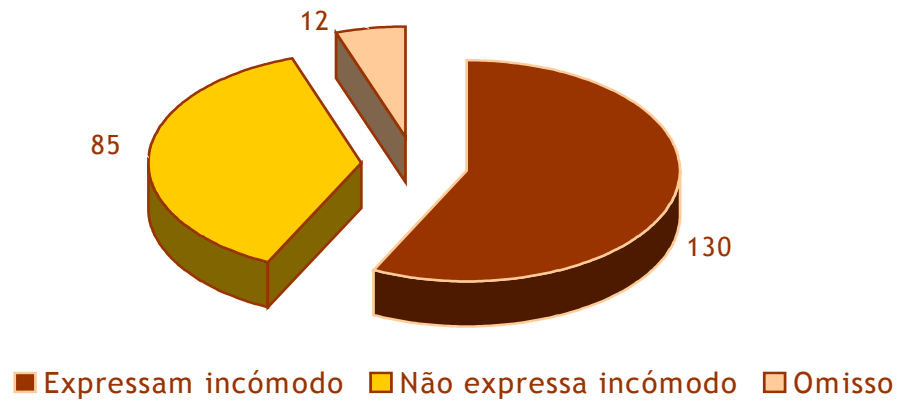
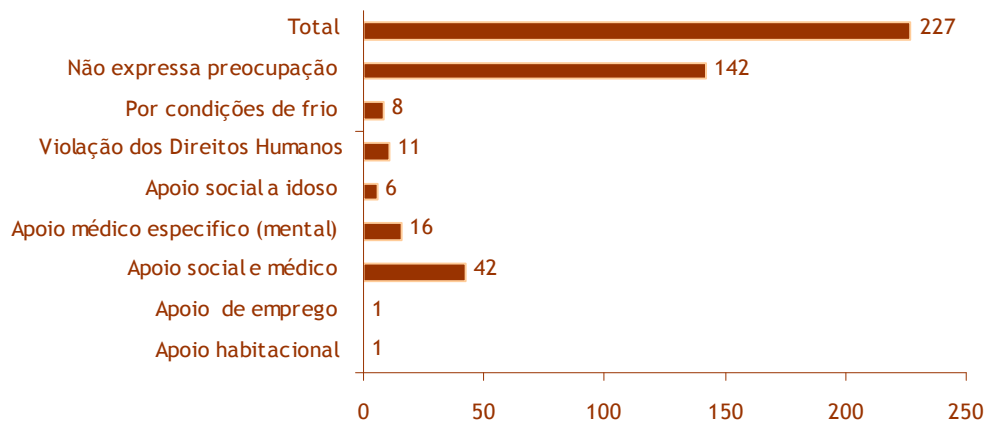


Gráfico 12 - Motivo de preocupação expressos nas sinalizações



É, maioritariamente, expressa a necessidade de um apoio social e médico (Gráfico 12), ainda que impreciso, “...vive na soleira de uma porta, atrás de uns caixotes de lixo...Viverá de uma forma muito isolada” (sinalização para a Rua Duque de Ávila esquina com a Av. Marquês de Tomar em 9 de Fevereiro de 2007) ou “...ele é muito novo..., algo lhe deve ter acontecido de grave para se encontrar nesta situação” (sinalização para a Rua Pinheiro

Chagas em Maio de 2007) e questiona “Será que existe um serviço de assistência social para pessoas neste tipo de situação, na Câmara de Lisboa, que possa vir vê-lo e tentar ajudá-lo a encontrar um outro caminho que este de rua” (idem).

Numa linha de motivação semelhante, mas com a especificidade de se tratar de população idosa, é relatada a necessidade de apoio social e médico,

(...) a sinalizante informa que há 3 dias atrás a PSP accionou o 112 que conduziu o senhor ao hospital S. Francisco Xavier. O idoso foi observado no hospital e teve alta, pois os seus problemas de saúde são crónicos. Após a alta o senhor regressou a Alcântara a pé, tendo demorado, alegadamente cerca de 3 dias a fazer o percurso. O idoso referiu à solicitante o seu desejo em ser acolhido, tem muita dificuldade de locomoção (sinalização para a Rua dos Lusíadas em Março de 2007).

Destacam-se, ainda, as situações de vaga de frio em que se percebe uma sensibilidade maior à situação, “...o senhor encontrava-se caído no cruzamento, diz que ele não se mexe desde as x horas ...Não tem cobertores nem papelão” (sinalização para a Rua Castilho em Janeiro de 2006).

A tolerância em relação à existência de cartões e cobertores aumenta quando se atravessa os meses frios de Inverno, “...está muito transtornada com a situação que ocorreu na rua onde reside,...diz ter-se deslocado junto ao utente e colocado um caixote de cartão a cobrir...porque este se encontra com frio” (sinalização para a Rua do Patrocínio em Novembro de 2006) e ainda ...”temo que com a chegada de tempo chuvoso e frio se torne insustentável as condições de sobrevivência do indivíduo”(sinalização para a Rua Cidade da Beira em Outubro de 2006).

São mais expressivas, 16 sinalizações, quando estas dizem respeito a situações de pessoas que são reconhecidas como doentes ou deficientes mentais (Gráfico 12), “Para além de não perceber o que faz um homem doente (que chega a ter acessos de loucura) na rua preocupa-me o facto desta ser a rua de acesso a um berçário” (sinalização para a Calçada da Tapada em Outubro de 2006), questionando a forma como os serviços competentes agem face às situações, na impossibilidade do próprio, neste caso, presumivelmente doente mental não o poder fazer, “..dado o carácter da sua patologia que afecta totalmente a sua percepção da realidade, colocando-o como um doente do foro mental, nada pode fazer, cabendo à sociedade uma intervenção adequada” (sinalização para a Av. Elias Garcia, em Novembro de 2005).

E face à não resolução da situação vem argumentar,

Tenho contactado frequentemente a Polícia de Segurança Pública, a Polícia Municipal e a Segurança Social, ao longo destes anos, e sempre sem resultados, apenas limitando-se a removê-lo da porta e argumentando que nada podem fazer por ser uma questão de liberdade individual. Recuso-me a aceitar tal argumento, num estado de direito como o nosso, que assenta na dignificação da pessoa humana” (idem).

São diversos os casos em que, apesar dos protestos duros do morador, se invocam questões de direito e cidadania que não estão garantidas, e em que se evoca o direito aos cuidados de saúde mental e a dignificação da situação.

Algumas destas situações colocam a discussão sobre os internamentos compulsivos sendo muitas vezes sentido pelos técnicos que “a intervenção para este tipo de casos tem esbarrado frequentemente na impossibilidade de uma avaliação médica/psiquiátrica, no terreno, que activaria a intervenção do Delegado de Saúde Pública (sinalização para o Campo Pequeno em Junho de 2006).²⁰

Existe um conjunto de “sinalizações” que expressam, especificamente, a sua preocupação pela “falta de dignidade de condições de existência” ou a “ausência de respeito pelos direitos do homem” e até identificam o seu entendimento sobre as circunstâncias de vida das pessoas com quem se cruzam, colocando questões sobre cidadania, responsabilidades sociais e públicas.

No entanto o essencial da questão é: até que ponto têm os sem abrigo o direito de transformar toda aquela zona um local insalubre e degradante, e até que ponto a Câmara tem, ou não, a obrigação de os alojar condignamente. Já não estamos na situação de um bairro de lata, que quase foram irradiadas felizmente, mas num estado ainda mais baixo do que esse, onde as pessoas vivem na rua, sem quaisquer condições (sinalização para Praça D. Luís em Abril de 2007).

Os protestos concretizam-se numa óbvia percepção de que os direitos ao exercício da cidadania, e o respeito pelas condições mínimas de existência, estão por alcançar, “...ali

²⁰ A Lei de Saúde Mental (Lei n.º 36/98, de 24 de Julho), embora não se refira especificamente aos sem-abrigo poderá ter, todavia, algum impacto nestes. Ao regular o internamento compulsivo das pessoas com doença mental com os pressupostos que este “ por força desta (doença mental) crie uma situação de perigo para bens jurídicos, de relevante valor próprios ou alheios (...) e recuse submeter-se ao necessário tratamento médico» (art. 12 -1), ou «não possua o discernimento necessário para avaliar o sentido e alcance do consentimento, quando a ausência de tratamento deteriore de forma acentuada o seu estado» (artº12 -2), cria tentações várias, relativamente ao enquadramento de outras situações de saúde mental, que não tendo qualquer acompanhamento, por ser mais uma exclusão, neste caso a do sistema de saúde, ficaria assim sanada (Bento, 2002).

perdem diariamente a sua dignidade de ser humano, entre colchões, edredons, garrações de água, garrafas de vinho, pacotes de leite, restos de comida, sacos de plástico ali deixados por pessoas que passam” (sinalização para a Av. Almirante Reis em Setembro de 2006), ou ainda confrontando o modelo de intervenção no que se refere à responsabilidade pública perante a situação de pessoas sem abrigo,

Pretende-se que haja respeito da CML em primeiro lugar por estes cidadãos, tão frágeis que necessitam ser ajudados, e intervenção atempada da acção social municipal em articulação com os serviços públicos de segurança social... Despojados da capacidade crítica e de cidadania, não é aos sem abrigo que se deve assacar a culpa” (sinalização para a Av. Almirante Reis em Março de 2007).

Uma mulher que sinaliza uma situação da Travessa das Verduras em Junho de 2007, declara, “...fiquei muito sensibilizada...infelizmente existem muitos casos no nosso país mas eu não posso ficar indiferente, é uma situação muito complicada.” E mais à frente afirma algo que suscita uma reflexão mais profunda sobre a capacidade de agir quando se está perante outra pessoa nestas circunstâncias,...“é contra os meus princípios, trata-se de um ser humano, se fosse um animal eu saberia como ajudar, agora neste caso é completamente impossível”, não deixando de pedir ajuda a terceiros, “...mas venho por este meio pedir a vossa ajuda, pois tenho filhos que já me perguntam se eu seria capaz de lhe dar abrigo”...

Norbert Elias reflecte sobre as relações actuais, afirmando que

No contexto de uma permanência menor e duma maior permutabilidade das relações, constitui-se uma forma curiosa de hábito social²¹. A estrutura das relações exige, das pessoas individuais, uma maior prudência, formas mais conscientes de auto regulamentação, uma diminuição da espontaneidade no agir e no falar ao modelar as relações e lidar com elas”(Elias, Norbert, 2004: 228).

O autor considera que

A elevada diferenciação social que está acompanhada duma variabilidade da pessoa singular, igualmente elevada, por uma individualização igualmente elevada, acarreta uma grande heterogeneidade e variabilidade das relações pessoais. (...) O hábito da prudência e do cuidado na concretização de relações, não sufocou, nestes casos, o desejo de dar e

²¹ Norbert Elias define “hábito social” como o carácter específico que cada homem singular partilha com outros membros da sua sociedade. Segundo o autor este “hábito social” constitui a terra-mãe da qual nascem as características pessoais pelas quais o homem singular se distingue dos outros membros da sociedade (Elias, 2004:204-204).

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

de receber calor afectivo e estabilidade na relação com os outros, mas sufocou a possibilidade tanto de a dar como a de receber (ibidem).

No conjunto, de todos os documentos disponíveis, observou-se uma única referência à necessidade de habitação condigna, sendo o mais comum a expectativa de resolução num centro, num albergue. “...Vimos informar, por este meio, sobre a situação da Sra.... que habitava um fogo situado na Rua....., cuja habitação sofreu derrocada, encontrando-se a Sra. de 52 anos, a viver na rua dentro de uma viatura abandonada. Esta senhora encontra-se numa situação de grande debilidade em termos de saúde, necessitando com urgência de uma habitação para que possa viver de forma digna” (sinalização para Rua dos Quartéis, Ajuda em Dezembro de 2005).

A formulação de propostas encontra-se muitas vezes omissa, apesar disso, percebe-se que no universo de pessoas que expressam a sua opinião, a maioria refere que deve ser encontrado um espaço de acolhimento para as pessoas sem abrigo. Sobre o entendimento do que deve constituir responsabilidade social no alojamento, emprego, existem muito poucas referências nesse sentido (Gráfico 12).

Algumas sinalizações questionam as intervenções realizadas pela autarquia, “Tudo o que a Câmara puder fazer para lhes proporcionar condições de vida dignas, tem o meu apoio. Mantê-los na Rua sob qualquer pretexto não tem o meu apoio” (sinalização em Abril de 2007, para o Largo D. Luís).

Ainda contrariando o mito de que as pessoas sem abrigo “gostam” de viver na rua, um morador afirma, “É para mim difícil de acreditar que os sem abrigo gostem de viver na rua. Ou então padecem de um desequilíbrio que precisa de ser tratado” (idem).

A percepção sobre a responsabilidade pública está frequentemente omissa das sinalizações, contudo são expressivas aquelas em que tal acontece, “não é aos sem abrigo que se deve assacar a culpa, mas sim aos poderes públicos que permitem a estabilização/consolidação destes comportamentos de usurpação do espaço público (idem).

Este homem “sinaliza” a situação e afirma ter dúvidas sobre a eficácia das equipas de rua e do modo como considera ser dado apoio a pessoas sem abrigo, acabando por criar uma situação de perpetuação e não resolução,

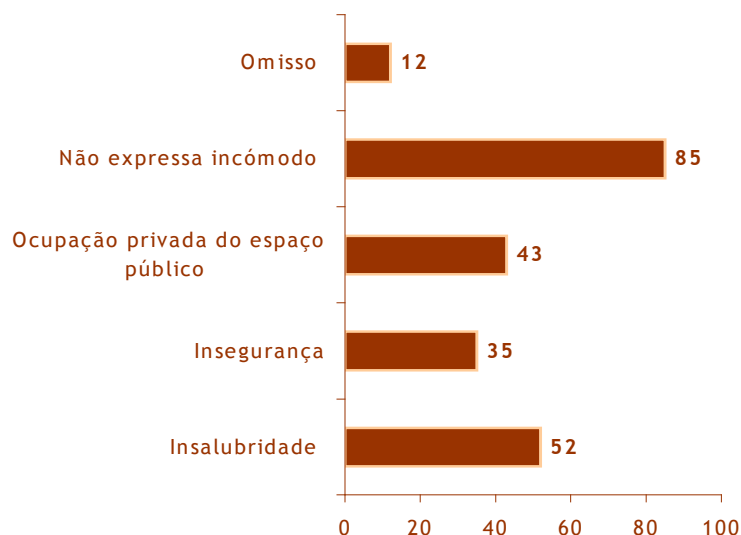
Confesso que os grupos que visitam e apoiam os sem abrigo nos locais onde eles resolvem viver, não me inspiram grande simpatia. Parece-me

mais uma espécie de caridadezinha aliada a uma espécie de romantismo inconsequente que nada resolve, e perpetua uma situação de indignidade social à qual se devia pôr cobro (sinalização para a Praça da Alegria em Janeiro de 2006).

3.3.3. Causa de insalubridade

Um conjunto significativo de sinalizações omite a expressão de preocupação com o bem-estar, físico e/ou social da pessoa sem abrigo, e salienta, apenas, o seu desagrado ou incómodo por razões de insalubridade, insegurança e uso privado do espaço público (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Motivo de incómodo expresso nas sinalizações

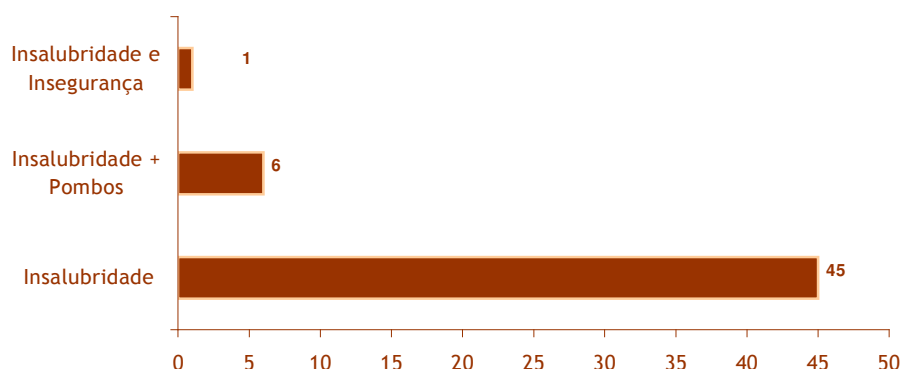


A primeira leitura das “sinalizações,” no que se refere à manifestação de incómodo e aos motivos que o fundamentam, revela que o problema da insalubridade é referido pela generalidade das pessoas.

Esta surge associada, também sobreposta, a problemas de segurança e de uso do espaço público, mas a sua expressão isolada corresponde à dimensão com maior significado.

A sobreposição, ou a relação directa da imagem do sem abrigo com a sujidade, insalubridade, o lixo, é recorrente, “verifiquei que no local já não se encontra o sem abrigo e o local se encontra limpo, juntam-se fotos comprovativas da situação relatada” (sinalização para o Jardim 5 de Outubro em Março de 2007).

Gráfico 14 - Incómodo por razões de Insalubridade



Em algumas sinalizações verifica-se uma relação imediata com o problema da insalubridade notando-se um distanciamento em relação às pessoas a que se referem “...o problema de pombos no local deve-se à existência de “sem-abrigo” que ali pernoitam, fazendo as refeições e necessidades fisiológicas. Deste modo as aves buscam neste local restos de comida, permanecendo o tempo necessário para causar incómodo aos munícipes residentes” (sinalização para Jardim 5 de Outubro em Março de 2007).

O facto de a insalubridade ser associada à presença de pessoas sem abrigo conduz muitos dos “sinalizantes” a dirigirem a sua reclamação aos serviços de limpeza da autarquia antes de o colocarem aos serviços de acção social. Esta é a forma, recorrente, dos serviços de limpeza da autarquia responderem às situações que lhes são apresentadas,

(...) relativamente a uma situação de insalubridade causada pela presença de pessoas sem-abrigo cumpre-nos informar que os nossos serviços de limpeza se encontram sensíveis a esse facto, efectuando regularmente a limpeza e desinfestação dos locais. Contudo a pernoita de pessoas sem abrigo na via pública é uma questão que devido à sua especificidade não se enquadra no foro de actuação destes serviços, que apenas poderão actuar no sentido de minimizar os impactes negativos de tal facto” (sinalização para Rua Teixeira de Pascoaes em Dezembro de 2006).

remetendo posteriormente a questão ao Departamento de Acção Social e à equipa de rua.

Noutros casos existe uma preocupação clara com a situação de insalubridade mas sobreposta a problemas de segurança, “...espaço este que permite a prática de acções marginais dos sem abrigo, resultando a infestação de ratos e um cheiro nauseabundo para os transeuntes...”(sinalização para Azinhaga do Casquilho em Fevereiro 2007), seja por se considerar que existem comportamentos agressivos ou relacionados a consumo de substâncias psicoactivas, “...pois com tanta desordem, consumo de droga, mau cheiro, tudo sujo e cada vez mais cheio com pessoas de péssimo calibre, deixei de estacionar à volta do Jardim” (sinalização para Praça da Alegria de Junho de 2005).

3.3.4. Causa de insegurança

(...) desde há mais de quatro anos, vivo diariamente confrontado com uma situação que se tornou um verdadeiro pesadelo.... Na maioria das vezes, nem consigo entrar em casa, porque o indivíduo se encosta à porta do prédio (sinalização para a Av. Elias Garcia, em Novembro de 2005).

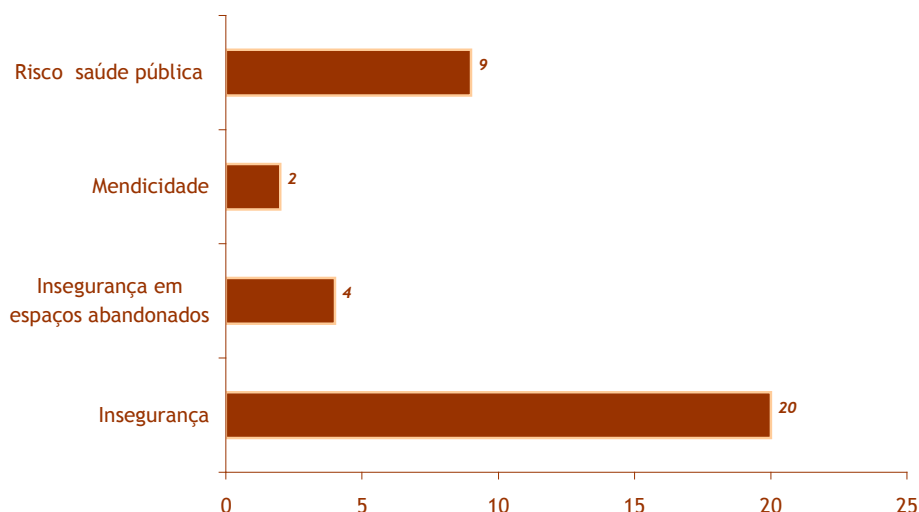
Sobre esta situação pode dizer-se que se trata de um homem, referenciado pelas equipas, com doença mental. À data do trabalho de campo continuava no mesmo local ou nas suas imediações. A ausência de respostas adequadas, a nível institucional, que permitam um acompanhamento no sentido do bem-estar de pessoas com doença mental é acrescido do isolamento social que a experiência de doença remete. O abandono e deambular nos limites da sobrevivência e de cuidados básicos foi algo possível de testemunhar nas ruas.

A desinstitucionalização, “entendida como «a substituição» dos hospitais psiquiátricos para internamento prolongado, por serviços alternativos de menor dimensão, menos isolados e com base na comunidade, para cuidar das pessoas com doença mental” (Bento apud Bachach, 2002:83) tem sido considerada como uma das principais causas de situação sem abrigo porque não tem correspondente com a realidade e no terreno são evidentes as dificuldades de trabalhar as situações por ausência de recursos e políticas sociais pensadas para as pessoas com doença mental.

No conjunto de situações percebidas como motivo de insegurança (Gráfico15), assinalam-se as que são consideradas como “risco para a saúde pública,” outras, embora

indefinidas, revelam um sentimento difuso de “mau ambiente” e, ainda, aquelas relativas à “ocupação de espaços abandonados,” risco de incêndio ou eventuais práticas ilícitas.

Gráfico 15 - Incômodo por razões de Insegurança



Esta sinalização feita pelas autoridades de segurança pública, transmite esta ideia imprecisa dos motivos que provocam o “mau ambiente”, solicitando a intervenção da equipa de rua. “Nesta situação mencionam o facto de haverem muitos indivíduos a pernoitar no local causando “mau ambiente na zona” (sinalização de Maio de 2006 para Praça de Londres). Outras denotam um tom alarmista, não com a situação que afecta em primeiro lugar a pessoa que está sem abrigo, particularmente fragilizada como é noticiado, mas colocando a ênfase do “risco de saúde pública” e solicitando igualmente intervenção no sentido de ser efectuada uma intervenção de limpeza e desinfestação,

(...) tem cerca de 50 anos, não tem familiares que o poderão ajudar. Os técnicos daconstatarem que o indivíduo apresenta grande debilidade física, falta de higiene, (hipóteses de ser portador de parasitas) e alguma confusão mental. Acresce informar que no espaço onde permanece o indivíduo, existem parasitas, nomeadamente pulgas e muita sujidade, pelo que poder-se-á tornar um caso de saúde pública, caso a intervenção não seja efectuada com a maior brevidade. Salienta-se que os moradores de....., encontram-se muito preocupados, com propagação de parasitas para a restante área pública, lotes, fogos municipais e transeuntes na rua (sinalização de Abril de 2007 para Rua Wanda Ramos).

O consumo de substâncias psicoactivas no espaço público é frequentemente percebido como um comportamento inseguro por razões de natureza diversa, risco para a segurança de bens ou para segurança de pessoas, “...tem-se verificado um crescente número de sem abrigos e toxicodependentes... Actualmente a referida casa encontra-se abandonada e é com frequência que os bombeiros são chamados a intervir devido a pequenos focos de incêndio e queimadas que ali são feitas” (sinalização de Abril de 2007 para o Casal de St^a Luzia) ou “Os marginais a drogarem-se; os marginais a utilizarem este espaço para fazerem as suas necessidades fisiológicas. Diariamente quem passa junto a este Largo corre sérios riscos, não permita que se instale no M. M. o mau ambiente do Intendente...”(sinalização de Janeiro de 2006 para o Largo Martim Moniz).

3.3.5. Conflito entre paradigmas, o privado e o público

*(...) um espaço fica a ser visto como público, primário,
quando é acessível a qualquer pessoa e, eventualmente
em qualquer altura;
é considerado como privado, secundário,
quando o acesso é reservado a um grupo específico que o controla.
Jean Rémy*

Pode-se afirmar que entre os dois paradigmas de apropriação do espaço, o privado e o público, existirá uma gradação onde é possível distinguir arranjos intermediários. José Magnani propõe uma classificação destas configurações intermediárias que teriam uma lógica particularizante, agrupando os semelhantes e distinguindo claramente os de fora, o que ele chama de “pedaço” e que

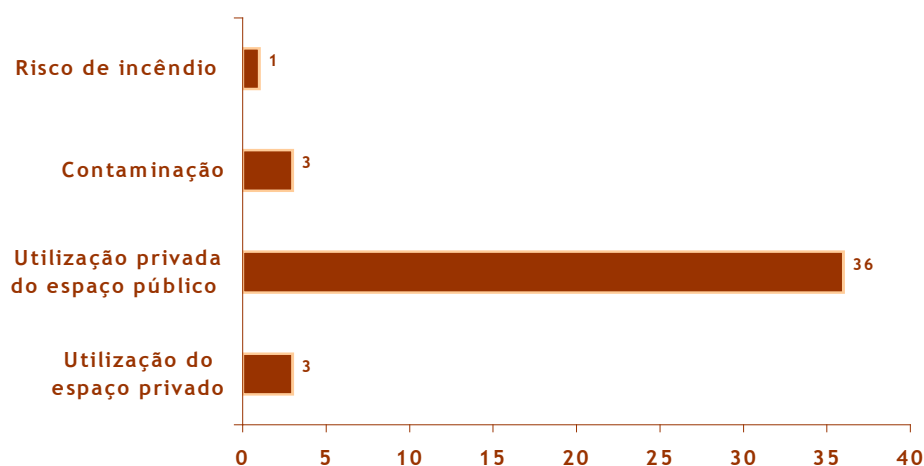
*(...) designa como aquele espaço intermédio entre o privado e o público onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais individualizadas”
(Magnani, 2005).*

Pertencer a um pedaço significa dispor de uma referência concreta, visível e estável. Tem uma importância de carácter territorial, significa poder ser reconhecido em qualquer circunstância. Outra mais ampla, com base não tanto nos signos diferenciadores mas na lógica territorial, a “mancha”, proporciona toda a espécie de troca. Por fim, os “trajectos”, estabelecendo ligações e as passagens por espaços ainda não conquistados, que denomina de “pórticos” (Magnani, 2005:12).

“A diversidade e multiplicidade de situações que a condição de sem abrigo encerra não se reflecte apenas nas estratégias de sobrevivência mas também na própria apropriação do espaço...Estes diferentes espaços sociais implicam a existência de diferentes formas de apropriação, construção, vivência e representação do mesmo, consoante os grupos que nele operam transformações e metamorfoses particulares” (Sousa e al., apud Link, Bruce; et al, 2001).

A situação específica das pessoas que estão sem abrigo/sem tecto, ocupando o espaço público com “experiências de rua”²² que são percebidas, pelos outros cidadãos, como fazendo parte da esfera da vida privada, gera diversas situações de conflitualidade (Gráfico 16).

Gráfico 16 - Uso do espaço público e privado



Estas formas de ocupar os espaços públicos também se revelam heterogêneas, não sendo indiferente se estão a viver sós na rua ou em grupo, configurando espaços apropriados com uma lógica que se diria «particularizante», ou seja “que agrupa os semelhantes e distingue claramente os de “fora”... “(ibidem).

Segundo Jean Rémy

(...) a urbanidade é uma troca entre grupos heterogêneos com interesses parcialmente convergentes e com referências culturais diferentes, o problema central para a comunicação entre esses grupos não é só o desconhecimento, mas também a tradução de conteúdos da interacção, ou seja, a impossibilidade de elaborar um compromisso de coexistência pela dificuldade de transpor os códigos culturais de leitura da vida social e da relação entre certos dispositivos materiais e certos traços culturais (ex.: a relação público e privado)” (Rémy, 1998: 17).

²² Entendidas aqui no sentido que José Magnani lhes confere, “a cidade, apesar da sua escala, diversidade e problemas, comporta inúmeras formas através das quais os seus habitantes estabelecem vínculos entre si e com a cidade. Algumas dessas formas podem ser observadas em relação com o próprio espaço onde ocorrem, são as “experiências de rua.”

o que no caso da presente pesquisa, parece ser particularmente pertinente, como se percebe pelas opiniões manifestas nos documentos analisados.

As dificuldades de transpor códigos estão presentes nas quase sempre “surpreendidas” formas de relatar a experiência de uma pessoa sem abrigo no espaço público. Do ponto de vista dos outros cidadãos é evidente a indignação com esta apropriação, quando utilizam expressões como “casa,” “parque de campismo” para descrever o uso e a relação com a rua.

Mais recentemente decoraram o local, o espaço público, a seu modo, completando o simulacro de casa ou de percepção que possuem do que é uma casa. O lixo em redor é imenso e cresce pelo passeio fora. (sinalização para a Av. Almirante Reis, em Março de 2007).

Noutro contexto da cidade,

A crescente população de "vagabundos", de várias nacionalidades que se entretêm a dormir por vários locais - portas de entrada de prédios, bancos de jardim, relva no jardim, transformando a zona num grande parque de campismo selvagem... (sinalização para Jardim Constantino em Janeiro de 2006).

Também, por vezes, na percepção dos técnicos esta apropriação “excessiva”, corresponde a uma invasão desse mesmo espaço. “A população sem - abrigo que *coloniza* o espaço público das cidades, nomeadamente Lisboa, surge como uma face da pobreza que assola as sociedades contemporâneas” (GES/ LNEC, 1998: 47).

As declarações são muito expressivas no sentido de lhes conferirem equivalentes aos espaços da vida privada, “a casa, quarto, roupeiro, cozinha, estendal, a tenda, a residência...”, vejam-se alguns exemplos, “encontrava-se um dos indivíduos a dormir como se estivesse no seu quarto, colchão, edredon, almofada” (sinalização para a Av^a Almirante Reis em Fevereiro de 2007). ”...Um deles é um indivíduo de cor, que já tinha estado lá em tempos e surge agora outro elemento, acompanhado de um cão que defende a “residência” e ladra aos transeuntes!” (sinalização para a Rua das Amoreiras em Julho de 2006).

São diversos os espaços, percorrendo a cidade, em que grupos de pessoas sem abrigo vão mantendo uma sociabilidade básica, mas densa. Em algumas situações são mais nítidas as distâncias mantidas com os de fora, mas também entre os mais próximos. Jean Rémy refere que

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

(...) existe uma legitimidade e um lugar atribuído às “distâncias”. Em determinadas situações elas revelam-se mesmo uma condição de comunicação e de alargamento da zona de trocas e de cooperação. As distâncias sócio – espaciais tendem a perdurar no modo de vida urbano enquanto alianças frágeis quer através daqueles que vêm nestas distâncias um meio de preservar uma especificidade ou um privilégio; quer através daqueles que as encaram como um meio de manter a sua exclusão e a sua fraqueza transaccional. Nesta última situação, os indivíduos face a situações mais precárias tendem a desenvolver estratégias de protecção, e de sobrevivência, mas também predadoras no território dos outros, pois conscientes dos seus estigmas tendem a utilizá-los como recursos (Rémy, 1998:178).

Convoca-se um exemplo das reflexões mencionadas, “Nas últimas semanas, autorizados pela inacção municipal, cozinham num fogareiro ao ar livre, deixando a parede com marcas de fumo e empestando a zona. Alcoolizados por vezes implicam com os transeuntes” (sinalização para a Av. Almirante Reis, em Março de 2007).

A impossibilidade territorial de um mesmo espaço ser utilizado por terceiros, quer em tempos diferenciados ou em simultâneo, remete para o que se pode entender como um processo de contaminação desse espaço. Os exemplos são diferentes porém, identificam-se correlações sobre quem faz as sinalizações, os seus objectivos e diferentes graus de “risco” de contaminação.²³

Neste exemplo fica evidente a impossibilidade de ser dado um uso ao espaço público, já que é percebido como experiência e apropriação de um grupo, condicionando o acesso aos moradores,

(...) o pequeno jardim público (...) tem sido utilizado por indivíduos, sem abrigo. O espaço público encontra-se sempre sujo, não sendo utilizado pelos restantes munícipes. Crianças muito menos. Sendo um espaço apazível e público, não faz sentido que seja exclusivo de meia dúzia de pessoas, pouco recomendáveis (sinalização para a Av. António José de Almeida em Maio de 2007).

Em determinados locais é comum a permanência de várias pessoas sem abrigo, por longos períodos. São, nestas circunstâncias, mais sujeitos a pressões no sentido de os abandonarem, mesmo que temporariamente. Alguns destes locais tornam-se objecto de

²³ Mary Douglas (1976) argumenta que a contaminação é um perigo justamente porque existem ambiguidades e a demarcação é difícil ou impossível. Devem-se centrar forças para que os sujeitos contaminantes sejam controlados, a ordem estabelecida e definidos os limites sociais. Se seguirmos a análise de Douglas (1976), concluiríamos que o sujeito contaminante provoca perigo por sua eminente desordem, daí a necessidade de estabelecer limites, de separar, de demarcar, de purificar e de castigar.

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

uma maior reacção a esta “contaminação”. O exemplo seguinte reporta-se a circunstâncias no âmbito de acontecimentos oficiais.

A propósito da realização, no Terreiro do Paço, duma reunião é solicitado, “Reunião de dia da, pede-se que falem com as pessoas para que logo de manhã e ao final do dia se ausentem,..” (sinalização para o Terreiro do Paço, em 19 de Julho de 2007).

Ou a propósito de eventos nos edifícios locais, a situação é idêntica, o objectivo é que não estejam nas imediações, não sejam vistos nas horas previstas, “inauguração de exposição do no dia pelas 18,00 horas...,” (sinalização para o Terreiro do Paço, em 8 de Março de 2007).

Está presente o sentimento de perturbação e contaminação de locais que devem ser dignificados.

Desde Novembro de 2005 que a entrada principal do Ministério, nas arcadas da ala oriental da Praça do Comércio tem sido morada de dois sem-abrigo, que utilizam este espaço como residência fixa. É neste local que fazem as necessidades básicas e depositam o lixo... Estamos conscientes que a nosso pedido, uma equipa de limpeza lava quase diariamente aquela área, mas a situação, que se arrasta há mais de seis meses carece de resolução imediata, não dignificando nem a CML nem o Ministério das Finanças (sinalização para o Terreiro do Paço, em Agosto de 2006).

Neste caso é a imagem e os hóspedes do hotel que são afectados pela presumível contaminação...

Acontece que de há uns meses a esta parte Um Sem Abrigo passou a acoitar-se neste espaço. Esta vizinhança tem penalizado sobremaneira a imagem do Hotel D...designadamente pela imposta convivência dos nossos hóspedes com esta realidade desagradável (sinalização para a Rua Alexandre Herculano em Abril de 2007).

Outra forma de conflitualidade acontece quando o espaço ocupado é privado. É o caso de empresas, comércio e serviços que se sentem perturbados pela invasão do seu espaço e sobre o qual não sentem capacidade de agir, por exemplo,

(...) um vagabundo deficiente mental que diariamente pernoita entre as nossas montras ...Pensamos que a área entre as montras está recolhida em relação à perpendicular da empena do prédio logo será espaço privado e não público (?) Independentemente de outras considerações, achamos que a estadia deste indivíduo e de todos os sacos e caixotes do lixo que ele próprio coloca para se abrigar, representa o perfeito estado de abandono a que as entidades públicas, Câmara Municipal de Lisboa, PSP e Governo Civil, votaram a zona comercial da Baixa Pombalina (sinalização para a Rua Augusta em Março de 2007).

Este “vagabundo deficiente mental” é uma mulher de 57 anos, referenciada com doença mental, tendo vários internamentos, por curtos períodos, em hospital psiquiátrico. Considera-se que a desqualificação que é aqui operada pelo estigma, “vagabundo e deficiente mental” tornam esta pessoa não completamente humana,²⁴ convocando as reflexões de Erving Goffman sobre o estigma e a identidade social.

A saúde mental acentua algumas das questões que tem sido analisadas, e “diversos estudos revelaram que, devido à discriminação, as pessoas com doença mental são bastante afectadas na sua auto-estima, devida à percepção que têm da desvalorização que lhes é atribuída e da rejeição social que constantemente os atinge” (Jorge-Monteiro apud LinK, B; Struennig, E; e al. 2006: 18).

²⁴ “(...) por definição pensamos que uma pessoa não é completamente humana se tem um estigma. Partindo deste postulado praticamos toda a espécie de discriminação através das quais reduzimos, eficazmente, mesmo que seja inconscientemente, as possibilidades dessa pessoa. Afim de explicar a sua inferioridade e justificar que ela representa um perigo construímos uma teoria, uma ideologia do estigma que serve também para racionalizar uma animosidade sobre outras diferenças, de classe, por exemplo.” (tradução livre de Goffman, 1975: 15)

3.3.6. Imagem negativa da cidade

*Muitas vezes é necessário que existam intermediários
que permitam gerir conflitos
e fazer as traduções necessárias
Jean Rémy*

Encontra-se em várias sinalizações, para além das opiniões sobre as circunstâncias nos locais de proximidade, um conjunto de outras percepções que correspondem a uma imagem idealizada de Lisboa, cidade europeia, onde a presença de pessoas sem abrigo é mal compreendida. Existe a preocupação da imagem negativa a que “nos submetemos” sendo testemunhadas, por “turistas”, situações concretas.

Susana Pereira Bastos, a propósito da criação dos albergues de mendicidade de polícia, cita a Revista da mesma instituição onde é definido como objectivo maior “acabar com esse aspecto indecoroso da mendicidade e podermos enfim apresentar a capital do império, aos olhos dos naturais e dos estrangeiros, como uma verdadeira cidade europeia e não como qualquer aldeia marroquina” (Bastos apud Revista da Polícia Portuguesa, 1997: 58).

O motivo porque se convoca esta citação deve-se ao facto de se encontrarem referências similares nas declarações feitas nalgumas sinalizações actuais. A presença de pessoas sem abrigo é percebida como afectando negativamente a imagem da cidade tendo um “impacto negativo”, provocando uma “má imagem”, “mau aspecto”, “mau ambiente”.

O desagrado, pelos reflexos que a presença de pessoas sem abrigo tem no ambiente geral da cidade, é valorizado na projecção de imagem exterior, acessível aos turistas, como por exemplo, “Na verdade trata-se de um local de passagem de inúmeros turistas, mas também muitos nacionais, que decerto ficam chocados com a imagem de "bairro de lata" que ali se dá aos passantes” (sinalização para Rua S. Sebastião da Pedreira em Março de 2007).

A “Baixa” da cidade é a zona da cidade mais “afectada” pela presença de pedintes ou sem abrigo, exemplo disso,

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

(...) o nosso património continue a ser maltratado como se no século 18 nos encontrássemos, ...agora a questão ...em sua frente ...diariamente... se encontram pedintes....desde o nascer ao pôr do sol....o espaço em redor dessa mesma oliveira... Está simplesmente um "nojo" junto à mesma Igreja" ESTÁ UMA OLIVEIRA, ESTA TAMBÉM CENTENÁRIA E " ÚNICA"..\é esta a IMAGEM" que querem que os nossos turistas levem da baixa pombalina (sinalização para Largo de S. Domingos em Março de 2007).

Capítulo 4 – Pelas ruas da cidade

*Por detrás da aparente desordem e do caos urbano
existem regularidades, no espaço,
nos comportamentos, nos estilos de vida
que uma leitura antropológica pode revelar.
José Magnani*

4.1. O contexto da etnografia

Lisboa é a cidade do país com maior número de pessoas sem abrigo, na rua ou em centros de abrigo/acolhimento nocturno, conforme dados do último estudo publicado pela Segurança Social, “Os Sem tecto”, inserido num trabalho mais vasto “*O Estudo dos Sem Abrigo*” (Gil, Ana e al. 2005).

Simultaneamente

(...) é a capital e a maior cidade de Portugal, estendendo-se por uma área de 83,84 Km² que corresponde ao limite ao concelho, dividido em 53 freguesias.

Actualmente tem cerca de 529.485 habitantes e na sua área metropolitana tem cerca de 3 milhões. A região de Lisboa é a mais rica do país com um PIB *per capita* superior à média da União Europeia” (conforme dados do site oficial da autarquia www.cm-lisboa.pt).

O Plano Municipal de Prevenção e Inclusão de Toxicodependentes e Sem Abrigo – Plano LX, implementado pela autarquia entre 2002 – 2005, visava intervir de forma integrada e em rede com diversos parceiros por toda a cidade.

De acordo com este princípio estavam a colaborar cerca de vinte e três instituições com equipas de rua diurnas e nocturnas. “Os objectivos desta intervenção consistem na motivação desta população para a inserção na comunidade e no encaminhamento para as respostas sociais adequadas às necessidades e capacidades de cada um (...)” (CML, 2002-2005: 79). Apesar deste Plano já não se encontrar em vigor, a colaboração e as práticas foram-se mantendo e intervém actualmente em Lisboa, cerca de duas dezenas de equipas de rua, pertencentes a entidades privadas ou públicas que se organizam dentro de um

plano definido e que cobrem diferentes “problemáticas”, pessoas sem abrigo em geral, arrumadores de carros, toxicodependência, prostituição.²⁵

Ao iniciar o *trabalho de campo* foi necessário decidir como conhecer a cidade e que relação estabelecer entre a “parte” e o “todo”. A dificuldade fundamentava-se no desconhecimento de suportes de micro escala, como pequenas vizinhanças, limites de interacção social ou divisões com homogeneidade.

A dificuldade em encontrar as ligações pertinentes entre os segmentos da vida social urbana, escolhidos como unidades etnográficas observáveis e cognoscíveis, bairros, rua etc. e a entidade, grande, densa e heterogénea que é a cidade, tem constituído uma das polémicas estruturantes no desenvolvimento da antropologia (...) (Cordeiro, 2003:13).

A opção passou por acompanhar o trabalho de algumas equipas e percorrer os lugares, espaços, ruas, onde estas contactavam pessoas sem abrigo, sem definição prévia de limites geográficos. O limite era a própria cidade.

No período em que se desenvolveu o trabalho de campo, entre Fevereiro e Julho de 2007, percorreram-se diferentes contextos de rua, com várias equipas, mas também em interacção face a face sem a presença destas. Percorrem-se também, espaços previamente definidos seja o Centro de Abrigo ou o Espaço Aberto que funcionam, fora do espaço de rua, como prolongamento da relação dos técnicos e das pessoas que estão sem abrigo.

As equipas

Integraram-se três equipas que trabalham regularmente com pessoas sem abrigo, nomeadamente, CML-Câmara Municipal de Lisboa, SCML- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e AFA-Associação Futuro Autónomo. O trabalho de campo foi, maioritariamente, realizado no período nocturno, sensivelmente entre as 20.00 h e as 1.00 h ou 2.00 h AM e sempre que possível, efectuaram-se saídas diurnas adequadas às necessidades de contacto com serviços de saúde, emergência social, e centros de abrigo/acolhimento nocturno.

Estas equipas, dado que têm objectivos definidos de trabalho de rua, não efectuam distribuição de alimentos ou roupas/agasalhos nem prestam cuidados médicos e

²⁵ No anexo I, encontra-se o quadro das equipas de rua que prestam apoio a pessoas sem abrigo de acordo com informações de Janeiro 2007. Não fazem parte deste elenco as equipas cuja intervenção é da iniciativa de diversas Igrejas e/ou particulares individuais.

medicamentosos. A sua acção dirige-se antes para a “motivação e encaminhamento” das pessoas que estão a pernoitar na rua ou espaço público. Pontualmente a AFA disponibiliza roupa ou agasalhos.

As duas primeiras abrangem toda cidade e dependem de entidades com competências estruturais, no campo da acção social, na criação de respostas de emergência ou temporárias, ao nível de acolhimento nocturno ou de respostas habitacionais.

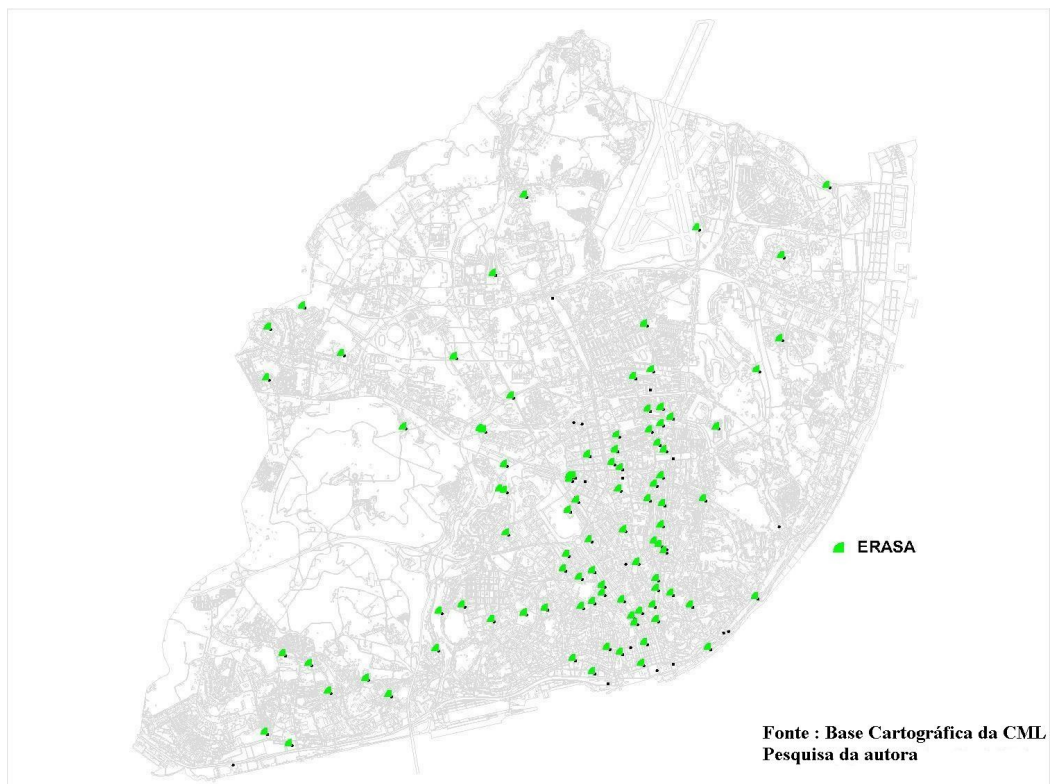
O planeamento do trabalho de rua corresponde maioritariamente à resposta a “sinalizações” feitas por outros agentes na cidade, sejam munícipes, agentes públicos, empresas e/ou comerciantes, sobre a presença de pessoas sem abrigo no espaço público, ocasionalmente no privado. Estas reacções são aqui designadas por “sinalizações” e adoptam o termo utilizado pelas próprias instituições e equipas.

Estes documentos são remetidos por meio de carta, ofício, e-mail e fax, sejam de particulares ou empresas, pessoa singular ou colectiva, comunicando às entidades que consideram competentes, a situação de alguém que está a viver no espaço público.

Seguiram-se as “rotas” pela cidade e progressivamente foram surgindo elementos diferenciais sobre a vivência dos espaços, o tempo de permanência, redes sociais de suporte e os lugares mais persistentes e incómodos na visibilidade da cidade.

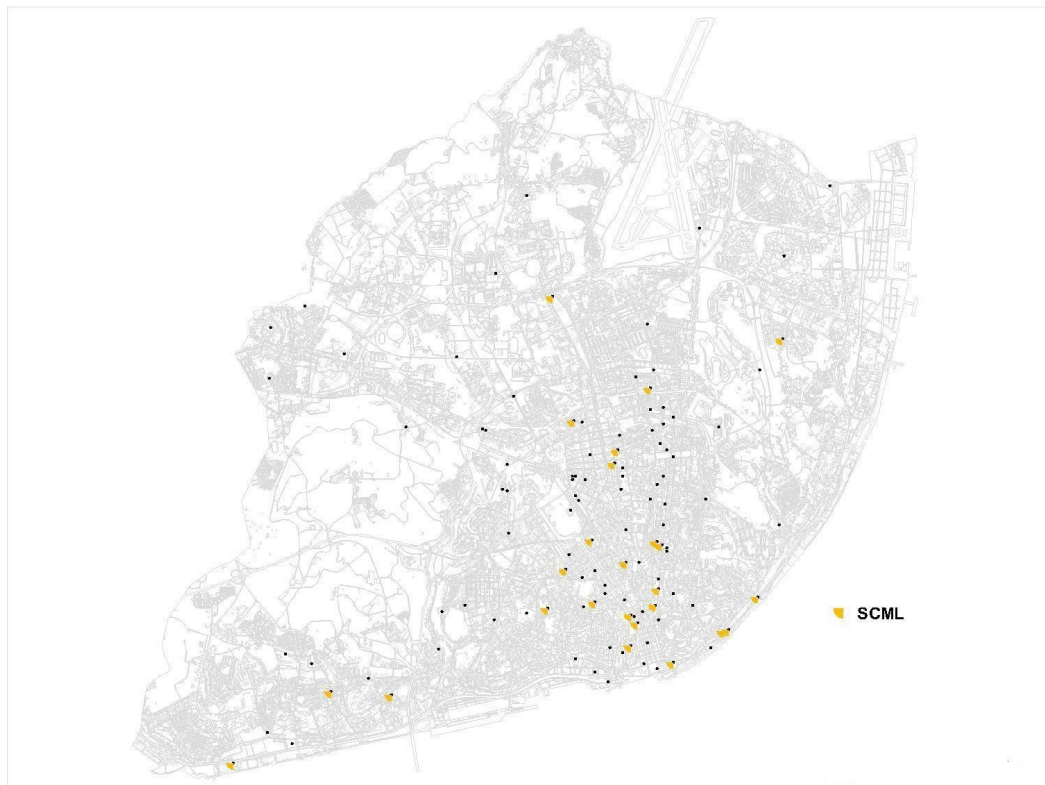
A “ERASA” é uma equipa da responsabilidade da CML – Departamento de Acção Social. O Mapa 2 acompanha a rota desta equipa na cidade e, foi construído a partir dos locais dispersos onde se contactaram pessoas sem abrigo.

Mapa 2 - Locais da cidade onde se acompanhou a Equipe de Rua – ERASA-CML



A segunda equipa é da responsabilidade da SCML. O Mapa 3 acompanha, igualmente, a rota desta equipa na cidade e, foi construído a partir dos locais dispersos onde se contactaram pessoas sem abrigo embora o trabalho de campo tenha sido, significativamente, mais breve em virtude de constrangimentos havidos. Este facto repercute-se na redução deste “pontilhado” na cidade.

Mapa 3 - Locais da cidade onde se acompanhou a equipa da SCML



Fonte : Base Cartográfica da CML
Pesquisa da autora

A terceira equipa pertence à AFA, associação privada sem fins lucrativos que desenvolve projectos no âmbito da problemática da exclusão social, especificamente direccionados para o sem abrigo. Esta Associação a trabalhar em parceria com a CML, no antigo *Plano Municipal de Estratégia de Prevenção e Inclusão de Toxicodependentes e Sem Abrigo Plano LX*, tem definido como âmbito geográfico de actuação, sete freguesias da cidade correspondendo, estas, à sua própria incursão no terreno. O estabelecimento de prioridades de intervenção são definidos a partir dos contactos de rua efectuados. O Mapa 4 revela os parâmetros anteriormente referidos.

Mapa 4 - Locais da cidade onde se acompanhou a equipa da AFA

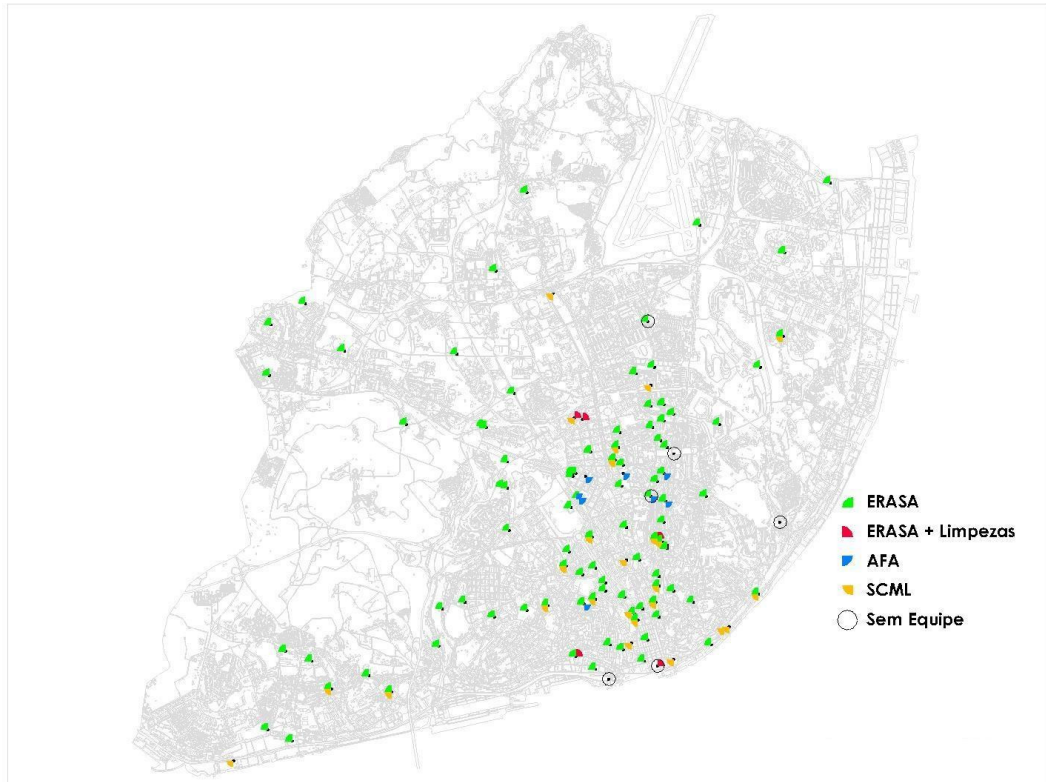


Fonte: Base Cartográfica da CML
Pesquisa da autora

Em fase mais avançada, do trabalho de campo, efectuaram-se contactos sem a presença de alguma equipa, na tentativa de estabelecer uma ligação mais duradoura que permitisse desencadear outra dinâmica na aproximação, porque mais disponível, com algumas das pessoas já contactadas anteriormente.

O Mapa 5 contempla a totalidade dos locais percorridos com as diferentes equipas e os pontos onde se esteve sem a presença destas. A indicação “ERASA + limpezas” corresponde a situações em que esta equipa coordenou acções de limpeza com os serviços competentes. Voltaremos a esta questão mais à frente a propósito da negociação de espaços e das “rusgas”.

Mapa 5 - Locais da cidade onde se acompanharam as equipas e locais sem equipa



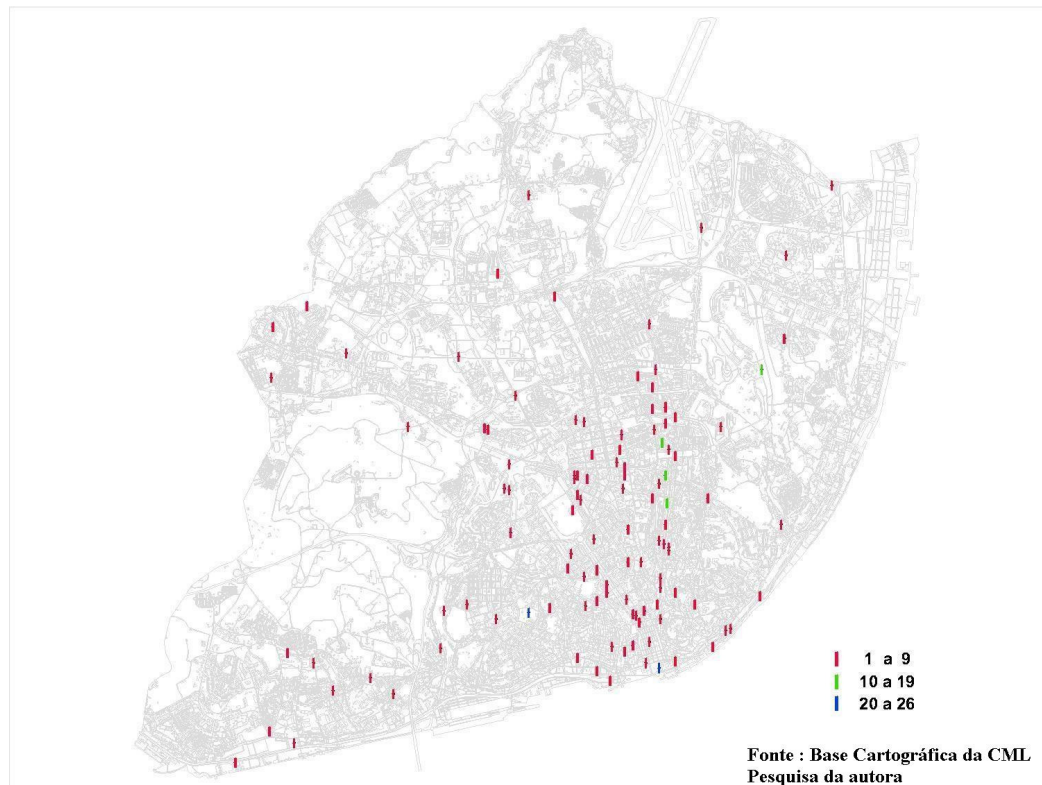
Fonte: Base Cartográfica da CML
Pesquisa da autora

O Mapa 6 contempla os percursos efectuados com as diferentes equipas, identificando os diversos locais e o número de contactos efectuados em cada um deles. Os locais indicados a verde correspondem a “sinalizações” que são recebidas de forma repetida ou que coincidem com um maior número de pessoas no local, como sejam, a Av. Guerra Junqueiro, Igreja S. Jorge de Arroios e Av. Almirante Reis.

A Rua Gualdim Pais é um dos locais referenciados em virtude de aí situar o Centro de Abrigo do Beato e onde também se realizou parte da pesquisa.

Os dois locais onde se regista maior número de contactos, assinalados a azul, coincidem com os contactos sem a presença de equipa, sendo eles o Jardim Constantino na Freguesia de S. Jorge de Arroios e o Terreiro do Paço na Freguesia de S. Nicolau.

Mapa 6 - Locais da cidade segundo o número de contactos realizados



Legenda de cores :

Av. Geurra Junqueiro - Igreja S. Jorge de Arroios - Av. Almirante Reis - Rua Gualdim Pais - Centro de Acolhimento
Jardim Constantino - Terreiro do Paço

Dos locais indicados no Mapa 7 só em três se manteve um contacto mais prolongado e continuado nomeadamente, as arcadas do lado nascente do Terreiro do Paço, o Jardim Constantino e posteriormente o Centro de Abrigo sito na Rua Gualdim Pais.

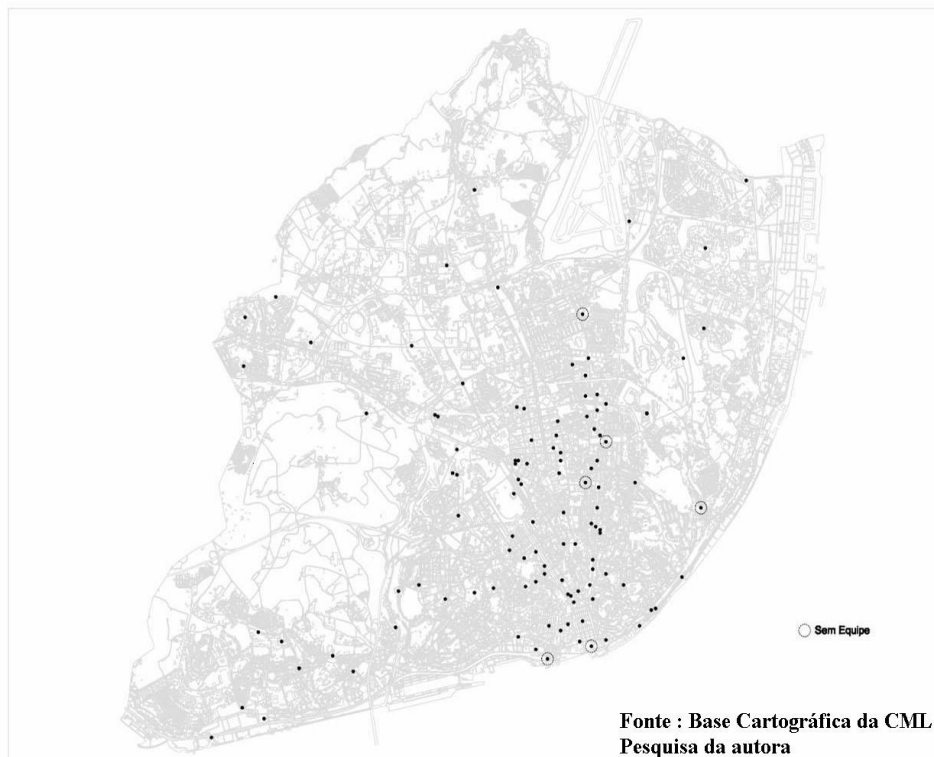
A escolha, destes locais, surge após identificação de alguns elementos, cujos critérios apresentavam semelhanças entre si; a reacção de outros actores sociais à sua presença; o número de pessoas que aí permaneciam; a presença diária de várias carrinhas de apoio para distribuição de alimentos, roupas, agasalhos, e por último, o contacto com pessoas sem abrigo que permanecem na rua há muitos anos, com uma relação mantida com esse local, e a disponibilidade manifesta para partilhar a sua história de rua e a sua percepção da realidade.

Se no Terreiro do Paço a reacção era manifestada por serviços públicos ou privados, instalados nos edifícios contíguos obrigando a uma negociação diária da ocupação e uma

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

atenção enfatizada dos serviços de limpeza da autarquia, no Jardim Constantino a reacção era manifestada fundamentalmente por moradores/munícipes ou outros actores particulares, sendo a relação com as entidades envolvidas necessariamente distinta.

Mapa 7 - Locais da cidade onde ocorreram contactos sem a presença de equipas



Locais de contacto sem equipa :
Cais do Sodré - Terreiro do Paço - Jardim Constantino - Igreja S. João de Brito
Rua Gualdim Pais (Centro de Acolhimento)

A inserção pessoal e prolongada nestes contextos permitiu o acesso ao que Olivier Schwartz designa de

(...) práticas não oficiais, aquelas que provavelmente não serão invocadas num questionário ou numa entrevista”. (...) bem como multiplicar “o que podemos chamar de «situações de palavra». À medida que a inserção se faz, os contactos estendem-se e os registos de comunicação variam. As ocasiões aparecem nas conversas informais na medida em que se desenrolam no quadro de vida quotidiana e podem atenuar, desritualizar a relação pesquisador/pesquisado (tradução livre de Schwartz, 1961: 268).

Nesta inserção de terreno foram realizadas entrevistas não directivas e elaboradas pequenas biografias, decorrentes da relação com alguns informantes privilegiados.

Grande parte da produção de dados não obedeceu a uma definição prévia de recolha de materiais, mas foi-se adaptando à realidade, às interacções e circunstâncias de momento.

Os relatos de entrevista foram produzidos em contacto de rua, nocturno ou diurno, no decurso do trabalho das equipas, experimentando o inesperado das conversas, o não dirigido, porém, sempre no espaço de rua, revelando ser necessária uma adaptação às condições materiais, nomeadamente de ruído. Todos os contactos, foram efectuados no espaço onde habitualmente permanecem ou pernoitam não tendo sido efectuadas entrevistas gravadas, por uma dificuldade real de introduzir esse elemento nas condições de terreno, acabando por ser tomada a opção de registos escritos.

O Centro de Abrigo

Este Centro de Abrigo é considerado uma “unidade de acolhimento temporário que funciona como resposta imediata ao trabalho desenvolvido pelas equipas de rua” (*Plano LX*, 2002-2005: 101). A sua abordagem, à partida, estava implícita na pesquisa pela adopção do conceito de sem abrigo - sem tecto, e veio mais tarde a revelar-se pertinente considerando as questões que se foram identificando no terreno.

A presença no centro ficou circunscrita ao horário de final do dia, entre as 18,00 horas²⁶ e as 21.00 h, correspondendo ao horário de entrada de pessoas que aí vão pernoitar, bem como, a um conjunto de serviços que lhes é prestado.

A “Recepção” foi reconhecida como espaço privilegiado de observação sendo possível presenciar a entrada de todas as pessoas que ficariam a dormir no centro, as interacções com técnicos e outros funcionários, normalmente seguranças, observar o “acolhimento” a quem surge pela primeira vez, as diversas questões colocadas por quem pernoita, repreensões, a nomeação das regras, e as expulsões.

²⁶ O Centro funciona entre as 18.00 horas às 9.00 horas da manhã seguinte. Durante o dia está encerrado pelo que as pessoas que aí pernoitam regressam apenas a esta hora.

Foram também realizadas algumas entrevistas seriadas, com pessoas que aí pernoitam, sendo o critério de selecção adoptado, o tempo de permanência, especificamente, menos de 30 dias, menos de um ano e há vários anos.

O “Espaço Aberto”

No contexto de trabalho, com a equipa de rua da SCML, foi possível acompanhar não só o trabalho desenvolvido na rua mas, também, o seu prolongamento nas instalações do Centro de Apoio Social de S. Bento, equipamento social da instituição. Este prolongamento ficou circunscrito ao horário semanal em que decorriam os encontros, definido e divulgado pela equipa sendo este um espaço de livre participação com uma adesão muito significativa.

A equipa trabalha com o grupo de pessoas que aí queiram aparecer, sendo este

(...) um espaço aberto a todos os que têm ou tiveram uma experiência de viver na rua (...) não há tarefas nem regras, todos podem falar livremente, permanecer em silêncio ou até dormir, (...) pretende-se que os sem abrigo aumentem as suas capacidades, incluindo as de compreensão (insight) para a sua situação (Bento, 2002:238).

4.2. As pessoas sem tecto

Os elementos recolhidos, no decurso do trabalho de campo, permitiram reunir dados passíveis de tratamento estatístico, sendo desejável que viessem a estabelecer um diálogo com os dados qualitativos da pesquisa. Sobre as noventa e oito pessoas conhecidas e contactadas na rua não foi aplicado de forma sistemática algum questionário. Os elementos recolhidos, de modo disperso, foram sendo anotados e posteriormente organizados e trabalhados.

No seu conjunto corroboram algumas conclusões de trabalhos anteriores, seja em relação à prevalência de mais homens do que mulheres entre as pessoas sem abrigo, ao grupo etário, estado civil, trajectórias escolares, profissionais, e familiares²⁷. Os dados resultam de alguns constrangimentos de recolha, como se referiu atrás, e por isso se

²⁷ Conforme dados do quadro síntese das tendências demográficas em Anexo V.

encontram hiatos de informação em diferentes categorias. Apesar deste condicionamento considerou-se pertinente tratar desses dados que não foram, à priori, definidos como um objectivo da pesquisa. Como Filipa Menezes afirma, parece que serão necessárias linhas de pesquisa futura, desenvolvendo “comparações com o geral da população em vez de seguir uma análise simplista *ad hoc* tirada da sociodemografia do perfil do sem abrigo (Menezes, 2007).

A análise dos dados mostra que o grupo de pessoas é maioritariamente do sexo masculino (Gráfico17), sendo oitenta e cinco homens e treze mulheres, o que confirma dados revelados em estudos anteriores, a que já se fez referência.

Das mulheres, contactadas, nove estão na rua com um companheiro, oito em união de facto e uma casado de facto (Gráfico18). As mulheres encontram-se dispersas em diferentes escalões etários, não sendo, neste caso, confirmados os resultados de outros estudos anteriores em que as mulheres se encontram maioritariamente acima dos 55 anos. No que se refere aos homens são os grupos entre os 35 e os 54 anos os mais representados.

Gráfico 17 - Grupo etário - Homens e Mulheres

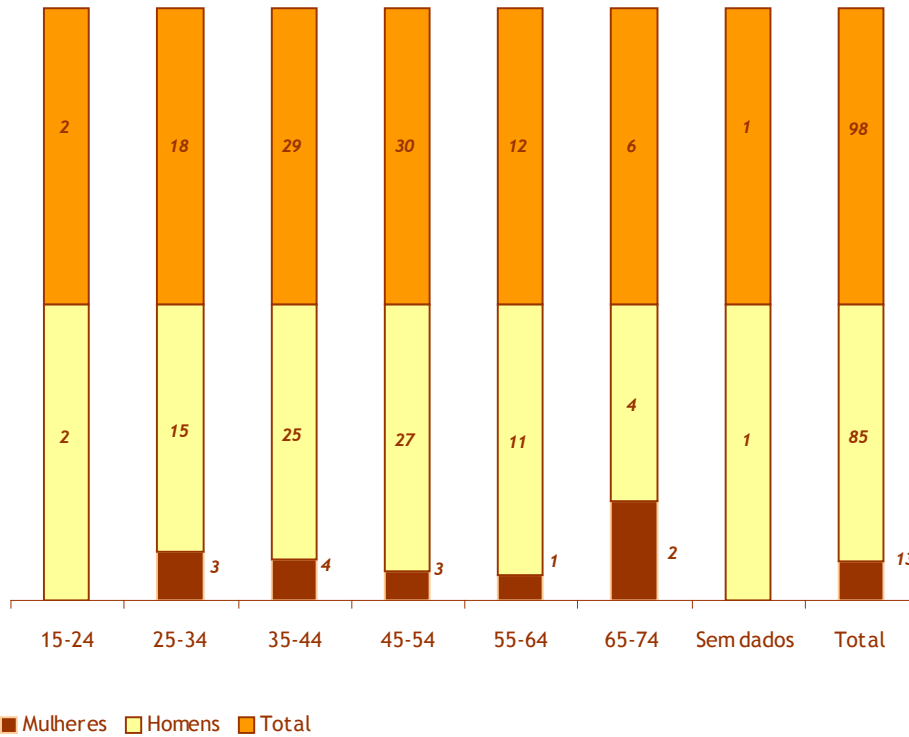
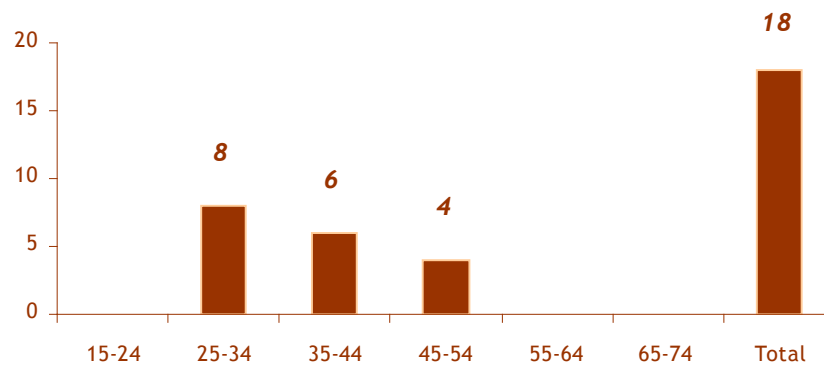


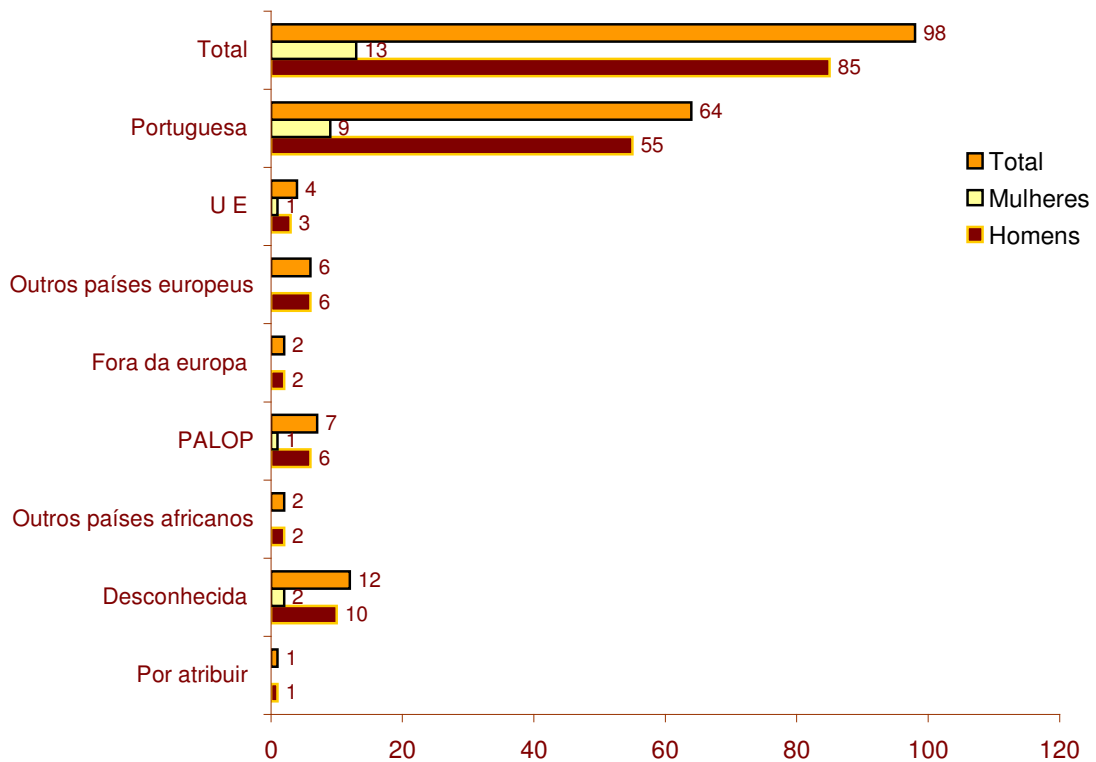
Gráfico 18 - Grupo etário de pessoas a viver em união de facto



A nacionalidade é maioritariamente portuguesa, (Gráfico 19) revelando-se depois uma dispersão de várias outras nacionalidades, quer de países da actual União Europeia, das

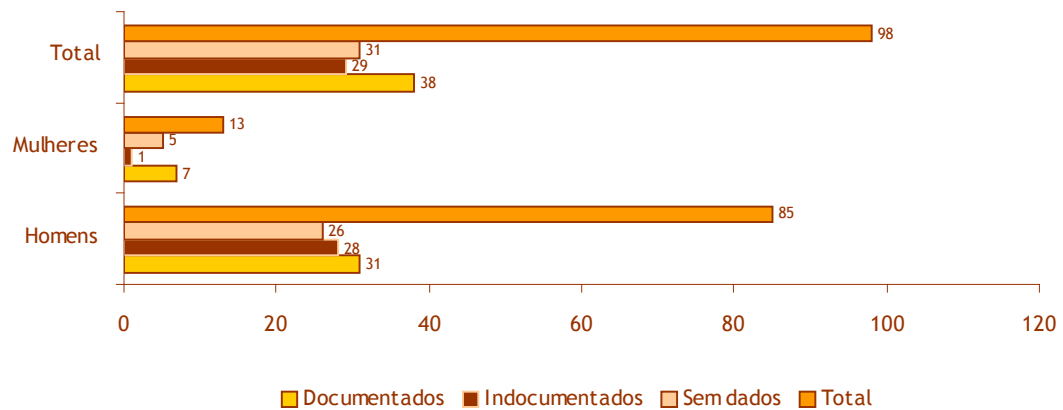
Repúblicas que se formaram após a dissolução da antiga URSS, de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa...

Gráfico 19 - Pessoas por nacionalidade e sexo



A posse de documentos de identificação é um indicador de que estão perante dificuldades acrescidas para aceder a bens ou serviços, uma vez que as instituições normalizam esta exigência para procederem a prestações ou apoios. No universo de pessoas contactadas, trinta e oito tinham documentos pessoais, muitas vezes guardados noutra local, junto de alguém da sua confiança, e vinte e nove não possuíam documentos de identificação (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Posse de Documentos



O grupo de homens e mulheres contactadas tem capital escolar baixo, fixando-se a maior incidência nos primeiros ciclos de ensino básico, sendo pontual a frequência do ensino secundário e superior.

As trajetórias profissionais revelam uma vida profissional de vários anos, foram empregados de mesa, calceteiros, pasteleiros, cozinheiros, e que tendo perdido os seus empregos deparam-se com um período prolongado de carência e dificuldade de encontrar um novo trabalho. É concorrente para esta situação a sua idade que no momento se situa nos 45 a 50 anos. São poucos os que acreditam ser possível voltar a encontrar trabalho nesta faixa etária.

A maioria tem hábitos de trabalho anterior à situação de sem abrigo, (Gráfico 21) dispersando-se as áreas de actividade na construção civil, restauração e hotelaria, indústria mineira e vidreira, mas também marinha mercante e actividade portuária (Gráfico 22). As mulheres encontram-se ligadas a sectores de hotelaria, serviços e actividades paralelas, como a recolha de sucatas.

Gráfico 21 - Hábitos de trabalho anterior à situação de sem abrigo

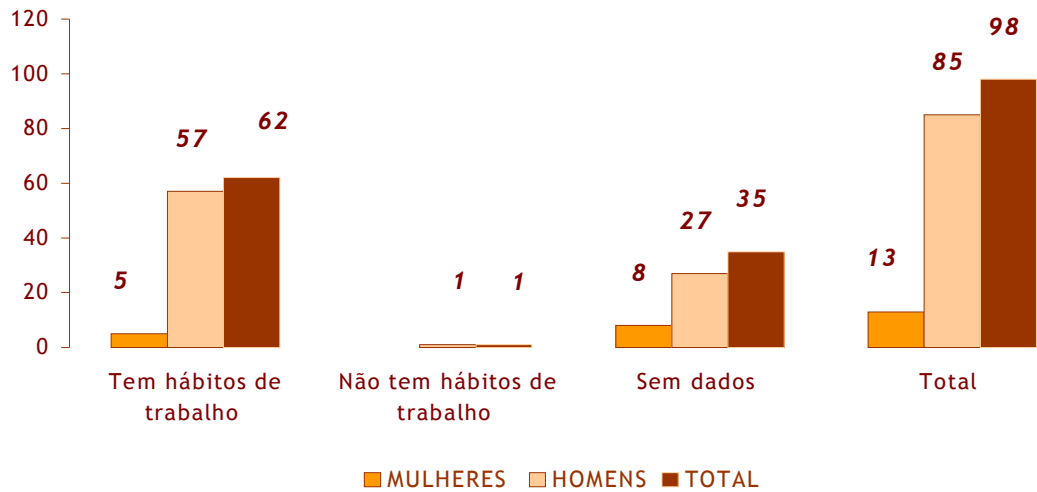
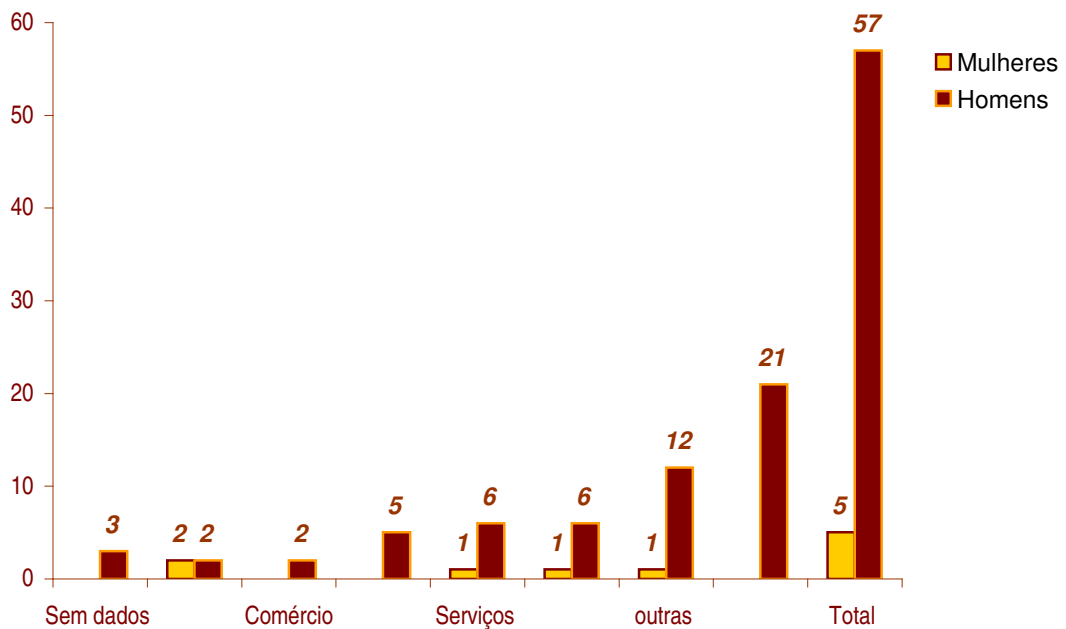


Gráfico 22 - Área de actividade anterior à situação de sem abrigo

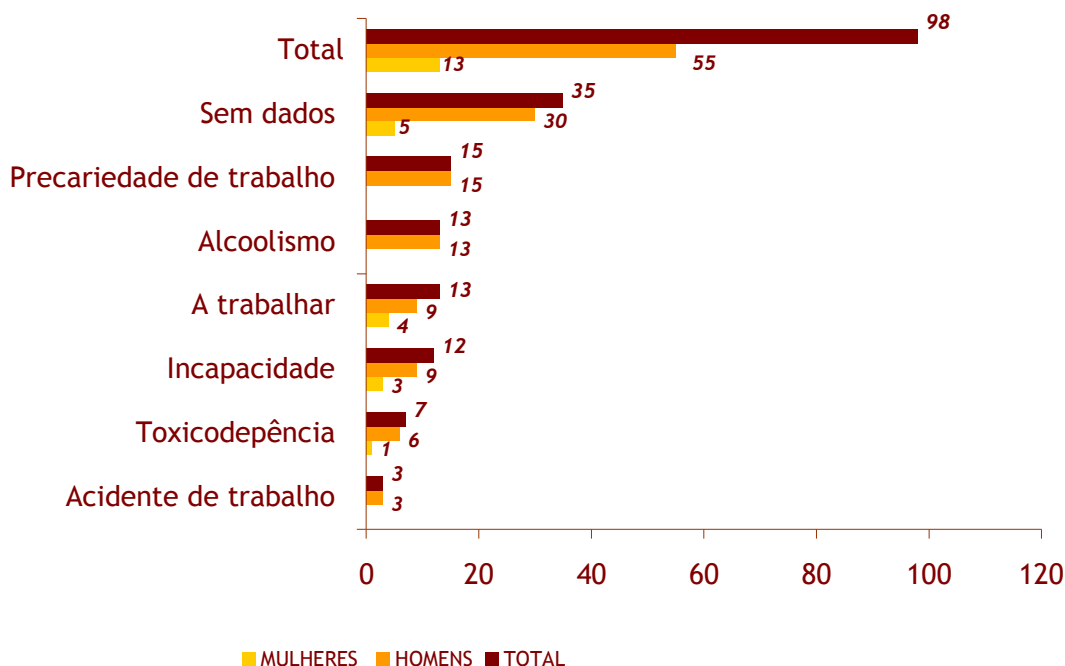


São recorrentes as trajetórias de emprego precário, algumas vezes em situação de trabalho clandestino, também porque imigraram e permanecem no país com dificuldades de encontrar um trabalho regular e devidamente remunerado. Da mesma forma identificam-se tentativas de trabalhar fora do país e por isso se encontram testemunhos de homens que emigraram em situação de efectiva vulnerabilidade, acabando por regressar em maior precariedade. As tentativas de conseguir trabalho, quase sempre no sector agrícola, em situação clandestina expõem estes homens a situações de exploração, são uma mão-de-obra barata, vulnerável, pouco exigente. Vários relatam as suas experiências de partida para Espanha, falam dos angariadores que estão atentos a estes contingentes à procura de trabalho.

O Júlio fica optimista, precisa dos documentos, sobretudo agora que vai para Espanha, para a apanha da pêra rocha e azeitona de água. Vai trabalhar com um português que o vai levar e a outro homem dali do Jardim. Não é dos que recrutam e os levam para trabalhar sem ganhar. Já esteve em Navarra e Huelva. Em Navarra trabalhou nas vindimas, foi explorado, nunca lhe pagaram e para lhe ser dado o dinheiro para as passagens teve um episódio de contenda com o contratante. Ele e o outro homem, na altura com bastante idade, regressaram sem dinheiro nenhum, com fome....O J. diz que a ida para Espanha é um risco, apesar de agora ir com o P., arrumador ali no Jardim...(extracto do diário de campo de Janeiro de 2007).

Os motivos que se prendem com a perda de emprego reportam-se à precariedade de vínculos de trabalho, mesmo com algumas situações de trabalho não remunerado, sobretudo nas situações de imigrantes e emigrantes, acidentes de trabalho e incapacidade, com ausência de mecanismos de segurança social, considerando a situação dos vínculos já mencionados, mas também da dependência de consumos de álcool e substâncias psicoactivas (Gráfico 23).

Gráfico 23 - Motivos de Perda de Emprego



“Mais tarde tem um acidente, cai do andaime, nessa altura teve seguro, ficou dois ou três meses parado, voltou ao trabalho depois de ter alta. Mas as queixas regressaram e acabou por abandonar o trabalho sem sequer pedir baixa por motivos de saúde...”(extracto do diário de campo de Março de 2007).

Alguns tem história de dependência alcoólica desde muito jovens.

O problema foi também o álcool, mas desde pequeno, muito pequeno, que bebo, era normal, os meus pais tinham um alambique. Fui muitas vezes para o Hospital, ficava no chão, com muita bebida. Agora decidi também parar e há já perto de um ano que não bebo (extracto do diário de campo de 4 de Julho 2007).

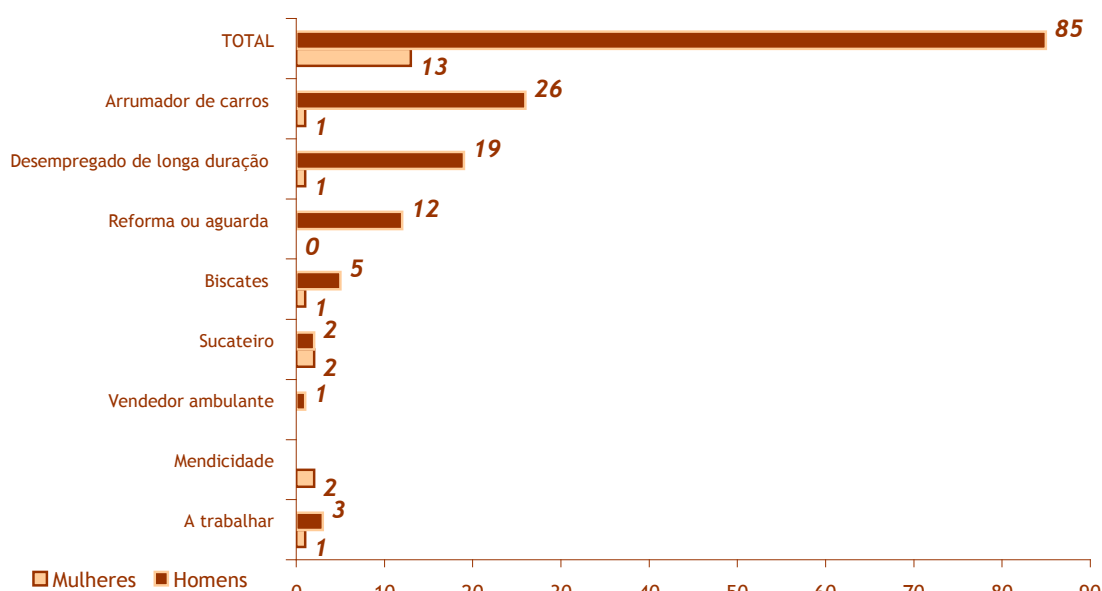
Em muitos casos não é possível confirmar qual a situação que é desencadeada em primeiro lugar, a dependência do álcool ou a situação de desemprego e rua.

A actual situação de ocupação (Gráfico 24) corresponde na maior parte dos casos a uma “invenção”, uma alternativa de rendimento que permite viver para além da sobrevivência que as carrinhas de distribuição de alimentos e roupa asseguram.

A situação, de desemprego e dependência, convive também com o afastamento de estruturas de apoio de acção social e de eventual acesso a apoios pecuniários o que remete para a reflexão sobre estes mecanismos e instrumentos. Serge Paugam afirma que,

Um sentido de sobrevalorização do seu malogro (no caso dos desempregados) leva a pensar que o seu comportamento e hábitos diários serão necessariamente interpretados, por aqueles que estão em posição de observar, como uma clara indicação da inaptidão social e inferioridade, em casos extremos como dificuldade/incapacidade social (tradução livre de Paugam, Serge, 1999: 33).

Gráfico 24 - Situação actual perante o trabalho



A maior parte das pessoas sem abrigo não é abrangida pelo regime de Rendimento Social de Inserção.²⁸

²⁸ A Lei 13 de 2003 de 21 de Maio revoga o Rendimento Mínimo Garantido, previsto na Lei 19-A de 1996 e cria o Rendimento Social de Inserção. Um dos requisitos e condições gerais de atribuição, art.º 6, alínea a) é possuir residência legal em Portugal; este requisito exclui muitas pessoas em situação de imigração e que são sem abrigo. Nas condições específicas de atribuição, uma pessoa entre os 18 e 30 anos, deverá estar inscrito como candidato a emprego no centro da área de residência. Esta condição é geralmente geradora de conflito porque a área de residência (entenda-se a que consta no Bilhete de Identidade) não é muitas das vezes aquela onde a pessoa se encontra. Terá então de dirigir-se ao Centro de Emprego fora de Lisboa, por exemplo ou então alterar o seu BI. A ausência de domiciliação parece ser outro dos obstáculos óbvios.

As condições de acesso excluem muitos dos homens e mulheres que estão na situação de rua e, quando é possível concretizar uma candidatura, o tempo de espera é de largos meses²⁹.

Se, entretanto, tiver entrado num centro de acolhimento a prestação é cancelada por ser considerada uma acumulação de benefícios, ou então sugerida a sua saída do centro. Na prática significa que pessoas que estão em processo de autonomização, procurando encontrar, por exemplo, trabalho e um quarto alugado, acabarão por ficar retidos no centro de acolhimento, ou voltarão à rua.

A actividade de “arrumador de carros”, é de longe a mais significativa (Gráfico 24); alguns homens acabam por ter experiência de largos anos, vinte, nos mesmos locais, com os “clientes” já conhecidos, e sobre os quais recai grande confiança, “ficam com as chaves”, são eles que arrumam os carros, cumprem horário.

Para este homem que está no Campo das Cebolas, este é o seu trabalho, “...não sei se poderei ir ao atendimento, tenho chaves de carros, tenho clientes, não posso sair daqui...” (extracto do diário de campo em Julho) ou nas Docas, outro homem também arruma carros, conhece muito gente do Hospital Egas Moniz,.. ”as pessoas confiam nele, entregam-lhe as chaves do carro para arrumar... “O colega vem render e fica à tarde. Almoça por ali, vai buscar o comer ao hospital (extracto do diário de campo de 24 de Julho).

Outras formas, alternativas, surgem com a procura de pequenos biscates, electricista, carregador esporádico de cargas, tarefas em restaurantes ou outros comerciantes e na reciclagem de desperdícios da cidade encontrados no lixo, recuperados e tratados,

O Gildo está entretido com alguns relógios velhos, pequenos rádios. A “loja de 2ª feira”, onde vai “comprar” estes objectos, são os contentores do lixo. Diz que à 2ª feira existem sempre muitas coisas deitadas fora e que ele limpa, muda a pilha, faz pequenas reparações e ficam em bom estado, depois tenta vender. Tem diversos objectos, também

²⁹ No *Estudo dos Sem Abrigo* é recomendada a revisão do RSI – Rendimento Social de Inserção ao nível da atribuição da prestação e efectivação do projecto de inserção; atrasos na análise dos requerimentos para potenciais beneficiários; reajustamento dos normativos de atribuição de subsídios e prestações (...) atendendo à necessidade destes apoios na fase de autonomização (...) (Gil, Ana, e al. 2005:28).

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

recuperados no lixo que lhe ajudam a fazer este trabalho, uma pequena oficina dentro de uma mala... (extracto de diário de campo de 15 de Junho de 2007).

É recorrente em estudos anteriores, e confirma-se nos dados agora conhecidos, que a mendicância é residual, sendo praticada por mulheres num contexto de particular fragilidade, experiência de doença mental.

Os rendimentos eventuais provêm das actividades de uma economia paralela, seja de arrumador de carro ou de biscates diversos. Os que têm reforma ou usufruem pensão são uma minoria e apenas duas pessoas aguardavam o Rendimento Social de Inserção.

A distinção de desempregados e todas as outras categorias, como o arrumador de carros é criada, aqui, de modo artificial. Na prática todos estão desempregados, a excepção é o grupo que ultrapassou a idade activa e o reduzido número que está a trabalhar, quatro, ainda que com contrato precário (Gráfico 24).

“Os desempregados frequentemente sentem que são entendidos como “praga social” quando tentam explicar os seus problemas em público. (...) Nos casos em que a assistência social é absolutamente necessária, frequentemente, a vergonha que o estigma invoca é extremamente difícil de aceitar. Eles preferem manter uma clara distância entre eles e os trabalhadores sociais. Abrir a porta à assistência é frequentemente sentido como a primeira etapa na perda e resignação de qualquer estatuto social real e o seu correspondente respeito próprio e dignidade. Pessoas nestas condições não desistem da esperança de um novo trabalho. Eles procuram activamente um trabalho nos jornais (tradução livre de Paugam, 1999:33).

Sobre as suas trajectórias pessoais, também elas habitualmente consideradas “problemáticas” porque se reportam a famílias consideradas “disfuncionais”, com institucionalizações precoces, abandono escolar, baixa qualificação profissional, exposição a situações de trabalho precário, não se encontram diferenças significativas em relação a outros estudos.

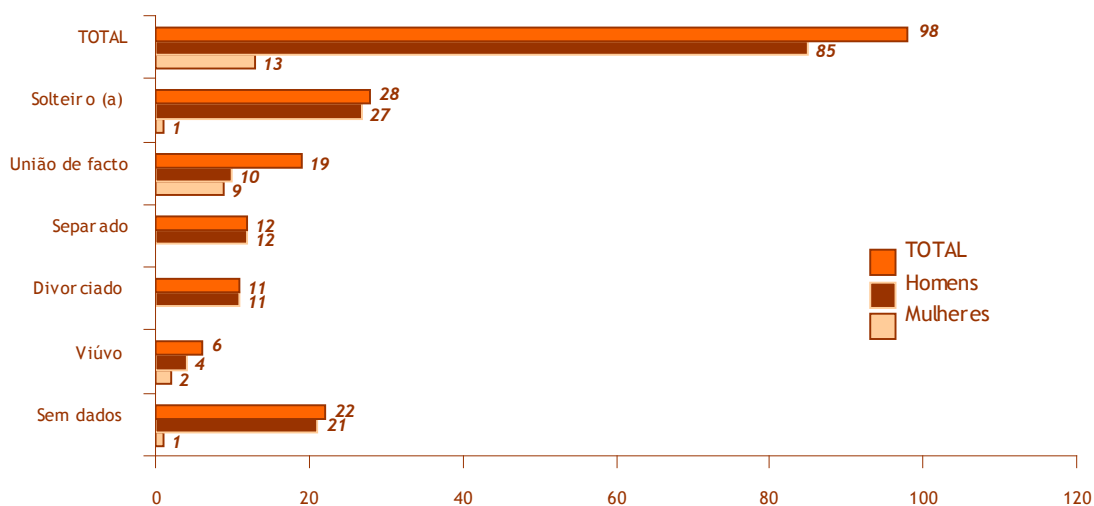
É certo que estão maioritariamente afastados da sua família de origem, tem contactos esporádicos, por vezes frequentes, com pais e irmãos, tornando-se mais difíceis os contactos com a sua família de idade adulta, quando é o caso, e em relação à qual a separação ou divórcio determina um afastamento definitivo e quase sempre conflituoso.

O enfraquecimento dos laços sociais toma lugar essencialmente durante as duas primeiras fases do processo de desqualificação social; fragilidade e dependência.

³¹Analizando as experiências que os sujeitos estão a viver podemos formular uma compreensão do processo em si mesmo.

Uma e outra dispensa, que são frequentemente interpretadas como malogro profissional e o malogro para obter um primeiro trabalho são causa para uma crescente consciência da distância entre o indivíduo e a larga maioria da população (tradução livre de Paugam, 1999: 33).

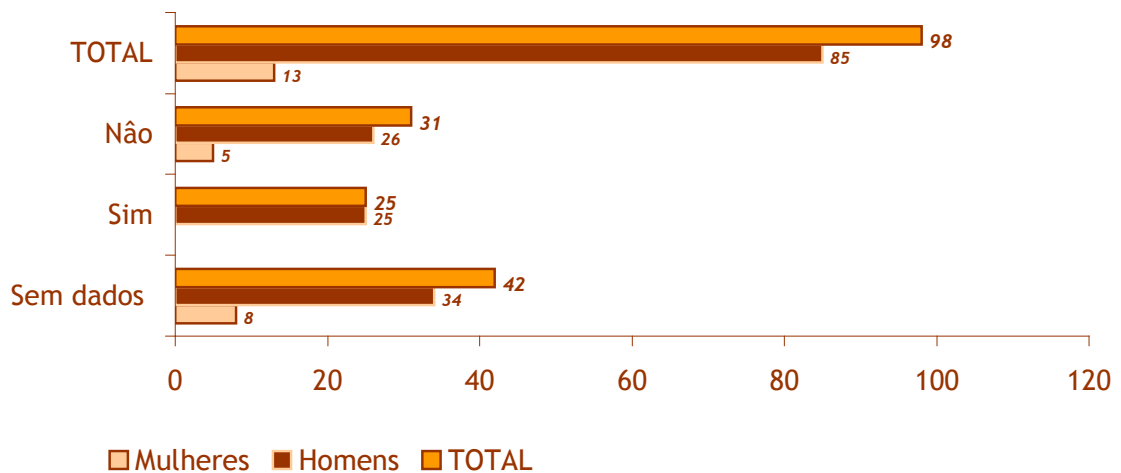
Gráfico 25 - Estado Civil Actual



Sobre as mulheres sabemos que duas delas são viúvas, estando, como já se disse, a maioria a viver em união de facto. No grupo dos homens, trinta e sete homens constituíram família, (Gráfico 25) apesar de estarem actualmente separados e/ou divorciados e vinte e um tiveram filhos (Gráfico 26).

³¹ O conceito de desqualificação social, segundo Serge Paugam, considera três elementos principais; o que poderemos chamar de estigma ou marca dos que recebem assistência da segurança social, um segundo elemento diz respeito ao método particular usado para reintegrar o pobre, e por último, o terceiro elemento da “desqualificação social” que o autor divide em três fases distintas no desenvolvimento da pobreza; “fragilidade”, no caso dos que estão só ocasionalmente em contacto com os serviços, de “dependência” quando existe uma relação regular ou contratual com aqueles, e por último de “marginalidade”, o que acontece nos casos em que a ajuda social termina e os dependentes são deixados face a um número significativo de dificuldades (tradução livre de Paugam, 1999).

Gráfico 26 - Situação relativa a filhos



O afastamento ou ruptura, da família de origem ou da idade adulta, surge para muitas pessoas numa fase de perda de emprego, sendo mais evidente que esta situação tem um significado diferente para os homens. Serge Paugam defende que

(...) quanto maior for a instabilidade profissional maior probabilidade haverá de nenhuma relação ser mantida. Os homens são mais sensíveis que as mulheres a este fenómeno do isolamento e internalização. A idade dos 30 aos 50 anos é mais amplamente afectada, a instabilidade profissional é mais dificilmente suportada durante este período que é normalmente considerado o mais produtivo da sua vida (ibidem).

Júlio fala da filha mais nova que

(...) não vê há muito tempo, ela está proibida, pela mãe, de falar com qualquer pessoa da família do pai e com ele também. A razão porque a semana passada estava transtornado foi porque tentou falar com ela...: - talvez seja melhor começar a vida lá em Espanha e esquecer a família, aqui. A família não sabe que está na rua, a vergonha..., sobretudo das filhas, uma de 23 anos, a outra de 17...: - Queira Deus que nenhum deles me veja nesta situação. Pensam que estou para o estrangeiro... (extracto do diário de campo).

4.3. A rua e a solidariedade entre pares

As medidas políticas têm sido tradicionalmente influenciadas pela forma como as pessoas sem abrigo são percebidas. O afastamento social, das pessoas sem abrigo, tem sido interpretado como um estilo de vida, uma escolha.
Dragana Avramov

Cada uma das pessoas que passa na rua, umas pelas outras como estranhos e aparentemente sem qualquer tipo de laços, está ligada a outras pessoas por inúmeras cadeias invisíveis, ora por ligações de trabalho ou propriedade ora por laços de instinto ou afectividade. As funções dos mais diversos tipos fazem ou faziam-na estar dependente de outras e outras dela (Elias, 2004: 32).

As representações sobre pessoas sem abrigo levam, correntemente, a estabelecer barreiras e “isolar” as pessoas nestas circunstâncias. António Bento e Elias Barreto no seu livro «Sem-amor Sem-Abrigo» utilizam o conceito de “não lugares” de Marc Augé para sublinharem a “perda de identidade”, afirmam os autores,

(...) os sem abrigo ocupam os «não lugares», (viadutos, estações, carros e parques) que em oposição aos «lugares antropológicos», não são identitários, relacionais ou históricos, e criam uma contratualidade solitária (Augé, 1994). Veja-se por exemplo o profundo contraste entre uma praça de uma aldeia ou vila, com gente a conversar, e um carro abandonado, numa grande cidade, guardada de um sem abrigo”. (...) É bem possível até, que o relativo anonimato que resulta dessa identidade provisória, possa ser sentido como uma libertação provisória (Bento apud Augé, 2002:67).

No contexto da presente pesquisa a atenção recai sobre a interacção na rua, relação entre “pares” e demais actores, bem como noutras dinâmicas a que pessoas sem abrigo estão sujeitas no contexto urbano. A rua percorrida e observada tem subjacente o conceito da “rua” que José Magnani propõe e já enunciado antes. Este é o local que interessa ao olhar antropológico “ (...) é uma rua que resgata a experiência da diversidade”, (Magnani, 2005:2) possibilita o encontro entre desconhecidos, a troca entre diferentes, reconhecimento dos semelhantes, e uma multiplicidade de usos e olhares.

Esta rua é lugar e suporte de sociabilidade, uma rua identificada e recortada de variados pontos de vista que são oferecidos pela multiplicidade dos seus utilizadores, dos seus horários, suas tarefas, e formas de ocupação.

“Não se está a falar da rua na sua materialidade mas sim, em experiência de rua” (idem, p. 3). A riqueza que caracteriza a experiência urbana está, então, nesta diferença que os grupos encontram na cidade em determinados espaços.

Reconhece-se na cidade as regularidades de espaços ocupados por grupos de pessoas que aí invariavelmente pernoitam, apesar de muitas vezes o dia ser preenchido por várias tarefas ou num deambular pela cidade. Ao final da tarde, retornam, os cartões estão escondidos num canto, as camas preparam-se, os horários das carrinhas já se sabem de cor.³² A relação entre estas pessoas, os espaços e os seus comportamentos constituem um tipo de “experiência de rua”, de sociabilidades que colocam o desafio de “treinar o olhar” mas também de “variar os ângulos de forma a captar os diferentes padrões culturais que estão na base de formas de sociabilidade que existem, coexistem, contrapõem-se ou entram em confronto no espaço da cidade (Magnani, 1993: 3).

Muitas das pessoas que estão sem abrigo nas ruas da cidade não estão isoladas, elegem, escolhem espaços de “relação”. Encontram-se entre outros sem abrigo, e por vezes com ex-sem abrigo, nos locais de maior ou menor permanência. Estas “configurações” são espaços de relação, sendo possível, através de uma leitura antropológica, perceber as “regularidades” no espaço, nos comportamentos, nos estilos de vida” (ibidem).

Foram surgindo informações sobre a vivência e o tempo de permanência nos lugares, redes sociais localizadas. A cidade revelou-se diferente, os espaços ocupados tomaram outro sentido, até ir identificando «contextos empíricos», locais onde é possível a recolha de depoimentos, histórias de vida, narrativas orais, termos de parentesco (...)”(idem, p. 4).

Nestes diferentes contextos são reconhecidas as faces de uma sociabilidade possível entre quem está próximo e em circunstâncias tão precárias, a importância da comunicação e das notícias pertinentes, o que se precisa saber, onde recorrer, que serviços procurar. Pessoas que tinham já estado na rua regressam com regularidade reencontrando os companheiros.

Na literatura sobre pessoas sem abrigo, recorrentemente, é afirmado que se alheiam, se desinteressam, se isolam. Os exemplos são frequentes, “Portanto, mais do que ser sem abrigo é estar sem abrigo, resultante de uma situação de sucessivas rupturas e perdas, que o tornam isolado, fechado e excluído do meio social” (Gil, e al., 2005: 15).

³² Consultar, em anexo II e III, os quadros de frequência das carrinhas de distribuição de alimentos e roupa, construídos a partir dos testemunhos das pessoas que permanecem na rua. Na realidade só eles detêm este conhecimento pois existem uma diversidade de voluntários, particulares, religiosos que não fazem parte de nenhum planeamento oficial.

Romaní Oriol refere-se a

(...)«exóticos internos»... como o tipo de grupos que uma sociedade urbana produz nas suas margens através da aplicação mecânica de uma certa perspectiva metodológica que consiste em considerá-los aparte e com características que são percebidas como claramente diferenciadas dos sectores mais normalizados da sociedade (tradução livre de Romaní, 1996: 304).

Norbert Elias no seu ensaio de 1939, «Sociedade de Indivíduos» assinala que indivíduo e sociedade não são entidades estanques e estranhas, mas antes perspectivas diferentes de uma mesma instância. No seu entendimento “ver-se-á que tanto indivíduo como a sociedade são de igual modo inúteis. Uma parte não existe sem a outra (Elias, 2004: 28). Grande parte da reacção às pessoas sem abrigo centra-se sobre esta discussão primordial. O indivíduo, sem abrigo, é de forma corrente entendido como homem singular, como “um ser que existisse só por si mesmo” (ibidem). Elias defende que o indivíduo à nascença é envolvido por uma teia de funções com uma estrutura bem determinada, sendo a sua possibilidade de escolha de certo modo limitada.

O estereótipo do sem abrigo como alguém, “isolado, fechado e excluído do meio social” não correspondeu à experiência de rua. Grupos partilham espaços, conhecem-se de anos, partilham comida, roupa, agasalhos, informações, constituem-se como grupo de protecção, amigos, “irmãos do coração”.³³

No último dia, junto do Leonardo foram chegando o José, o Renato, o Sousa, a sensação é de estar num contexto familiar, onde as pessoas têm exactamente as suas rotinas diárias. A sensação chegou a ser perturbadora, mas simultaneamente familiar. A maior parte deles não está durante o dia, arrumam as suas coisas e : - “vão à sua vida”, a arrumar carros, ... apenas ele fica ali durante todo o dia, com excepção se vai comprar alguma coisa”... Ao fim do dia regressam das suas actividades, cada um deles deixa as coisas já arrumadas de manhã, em arranjos individuais, de forma a causar o menor impacto na vida das arcadas (extracto do diário de campo de 13 de Fevereiro de 2007)

Mesmo quem já não está na rua regressa e estabelece contactos regulares. Este tipo de configuração poderia sugerir, nos termos em que a teoria das subculturas concebe o comportamento marginal, como uma resposta subcultural a situações difíceis decorrentes de insucesso na utilização das regras legítimas.

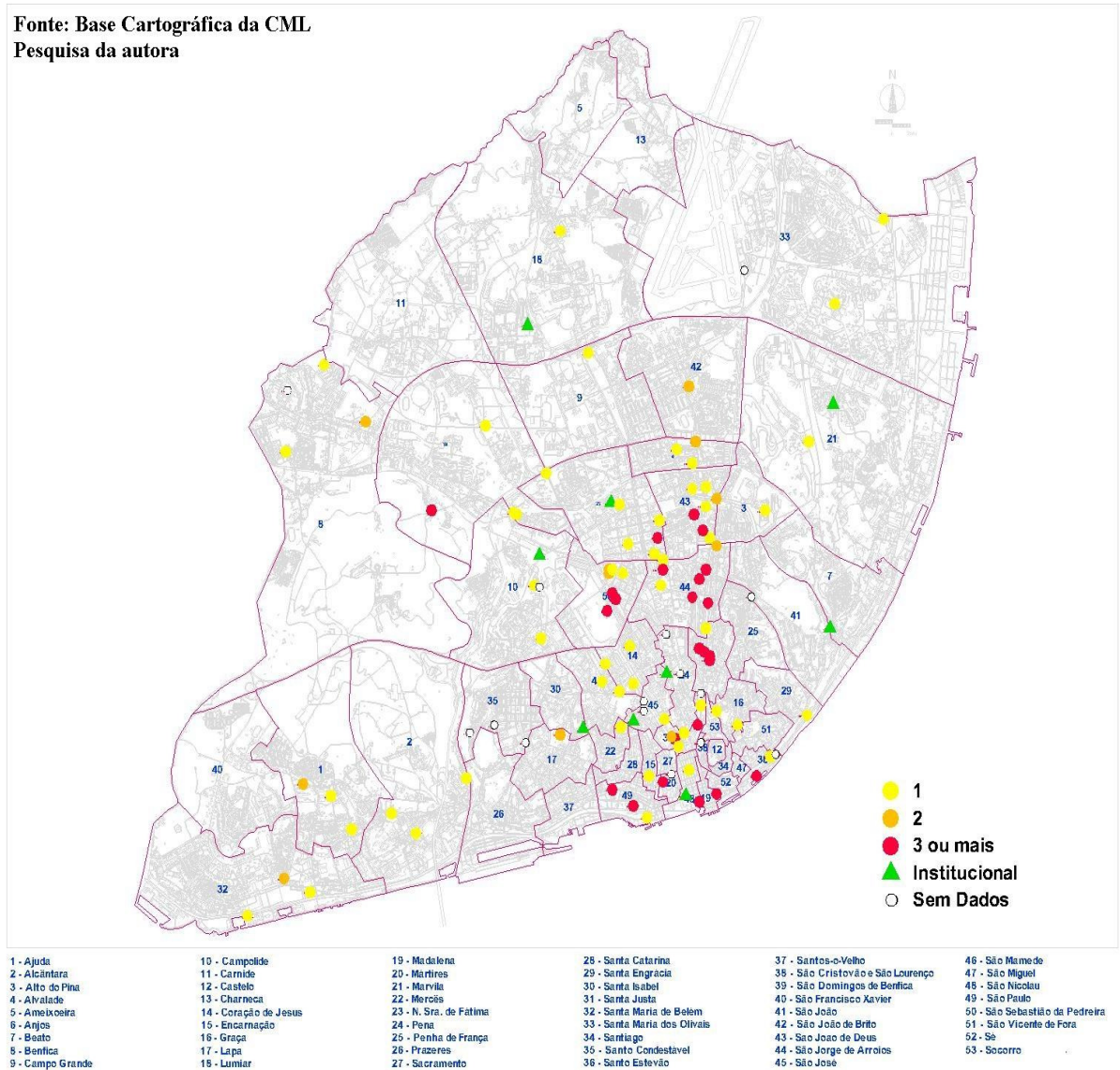
³³ Expressão usada por algumas das pessoas quando se referem a amigos que também estão na rua.

Na formulação de Cohen (Bastos apud Cohen, 22-23) definem-se várias fases para o estabelecimento de subcultura marginal: experiência de um problema de desajustamento, a comunicação entre vários sujeitos sobre um problema comum, a interacção recíproca com base no problema, construção de uma solução colectiva, transformação em comportamento padronizado e a perpetuação da solução colectiva. No caso concreto, o contexto da presente pesquisa, poder-se-á reconhecer que existe experiência e interacção com base no problema mas nunca uma construção e perpetuação de uma solução colectiva.

Mapeando a cidade encontram-se diversos locais onde, pessoas sem abrigo, encontram ao final de dia alguém com quem conversar, trocar informações, esperar ajuda, fazer o “balanço” do dia, esse espaço de sociabilidade é-lhes familiar. Os locais são diversos.

No mapa da cidade, (Mapa 8) registam-se os lugares e o número de pessoas, habitualmente, presentes nesses locais.

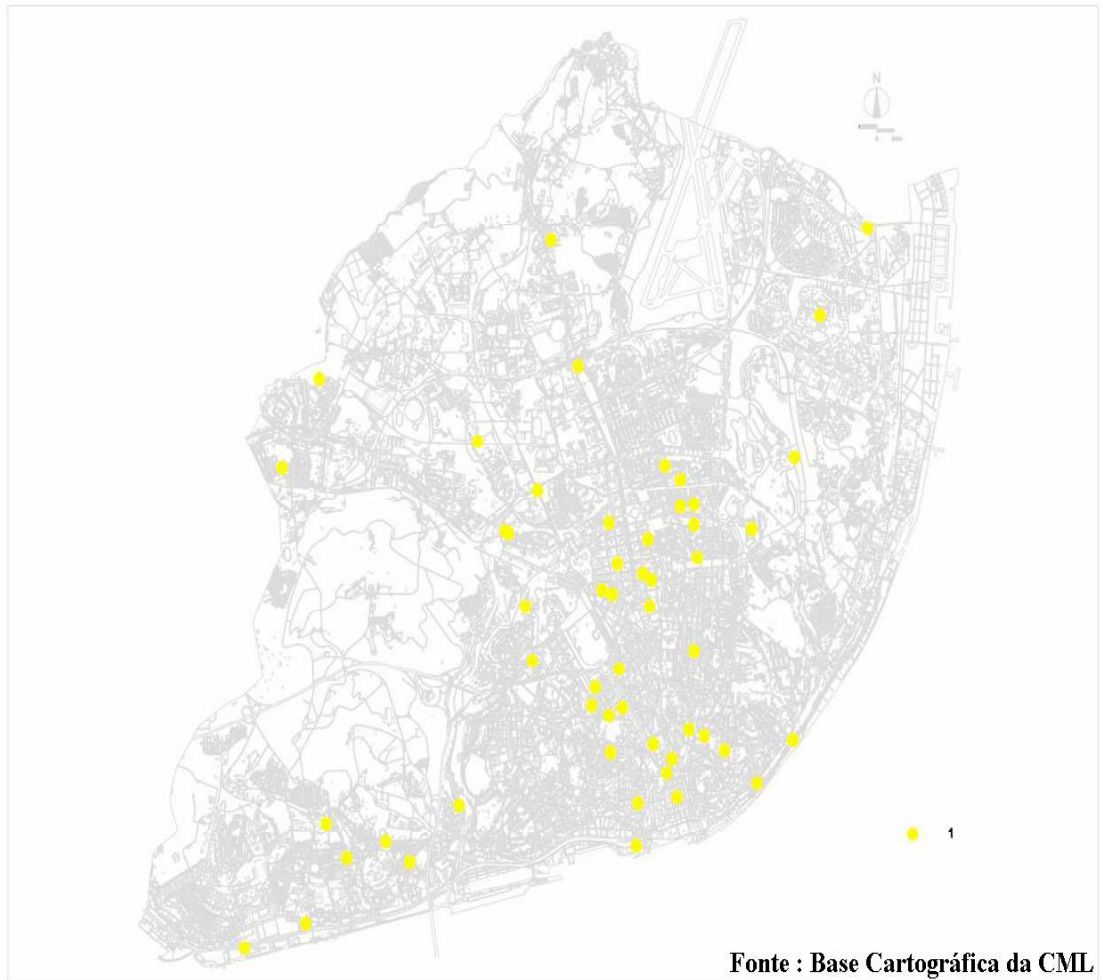
Mapa 8 - Mapa da cidade com recorte das freguesias e justaposição de locais de pernoita segundo o número de pessoas



Definiu-se uma distinção entre os locais onde pernoitam, habitualmente, uma, duas, três ou mais pessoas.

Se existe um número significativo que se encontra habitualmente uma pessoa só (Mapa 9), pelo menos no local de pernoita, encontram-se inúmeros locais onde esta realidade é contrariada, como se perceberá a seguir.

Mapa 9 - Locais onde pernoita habitualmente uma pessoa



Nestes locais estão pessoas que pernoitam num espaço partilhado entre 3/4 até 12/17 pessoas, outros que estão regularmente com apenas mais uma pessoa, seja em união de facto, sejam apenas duas pessoas que se conhecem e passaram a estabelecer uma relação de proximidade e apoio na rua (Mapas 10 e 11).

Mapa 10 - Locais onde pernoitam, habitualmente, duas pessoas



- Alameda D. Afonso Henriques (Jardim)**
- Av. EUA (n.º 49)**
- Igreja S. João de Brito (sr. António)**
- Jardim da Estrela**
- Junta de Freguesia de Belém**
- Praça do Areeiro**
- Rua António Cândido (n.º 10 e 17)**
- Rua das Acucenas (Lote 1 e 2)**
- Rua S. Sebastião da Pedreira (junto à DHURS)**
- Rua Mestre Lima de Freitas**

Mapa 11 - Locais onde pernoitam habitualmente três ou mais pessoas



- * Av. Almirante Reis (n.º 115)
- * Av. António José de Almeida (Jardim - Casa Moeda)
- * Av. Guerra Junqueiro (junto Lojas Corte Fiel)
- * Campo das Cebolas
- * Chiado (frente Teatro S. Carlos)
- * Igreja S. Jorge de Arroios
- * Igreja dos Anjos
- * Jardim Constantino
- * Jardim do Tabaco (junto ao Cais)
- * Largo de S. Domingos (junto à Igreja de S. Domingos)
- * Largo Martim Moniz
- * Teatro D. Maria II
- * Pavilhão Carlos Lopes
- * Praça D. Luís
- * Praça de Londres
- * Praça do Comércio (arcadas)
- * Regueirão dos Anjos
- * Rua Alexandre Braga
- * Rua da Boavista (arcadas)
- * Rua S. Sebastião da Pedreira (n.º122)
- * Rua Palmira (junto aos Correios)
- * Rua Praia da Vitória
- * Av. Almirante Reis (n.º 49)

Fonte : Base Cartográfica da CML
Pesquisa da autora

Voltam e procuram o local onde irão terminar o dia, tomar as suas refeições, ficar à conversa, actualizar alguma novidade.

Se alguém chega de novo, Leonardo diz-lhes que não há problema, podem preparar a cama para dormir. Tudo se passa numa inesperada normalidade de relação, vai dando orientações onde podem buscar cartão. Entretanto fala das coisas que fez nesse dia,...No saco, que mostra, descreve criteriosamente o preço dos diferentes produtos que hoje foi comprar, 1,70€; 068€...; estão guardanapos, tremoços, (hoje pela primeira vez oferece alguma coisa para comer, os tremoços), chouriço, atum de conserva, uma lata de cerveja sem álcool: - é para beber amanhã de manhã, vou pô-la no chão de pedra e de manhã está fresca (extracto do diário de campo de 15 de Março).

Conta, depois, que na última semana, dividiu o almoço com os colegas, um deles foi comprar vinho para acompanhar a refeição :- “Dividi tudo. Acabou por ser pouco para os quatros, dois almoços não eram demais...” (extracto do diário de campo de 29 de Maio de 2007).

Este relato corresponde a uma mulher sem abrigo, com doença mental, e o relato é feito por Leonardo que pernoita próximo dela. Durante a conversa diz que ela foi internada e está preocupado, provavelmente será a única ou das únicas pessoas a relacionar-se com ela.

Diz que todos os dias falava com ela; - senhora Dália, quer que vá ao cartão?.. :- que não. Depois dizia-lhe: - ponha o cartão na vertical para não se sujar, mas acabava por fazer frio e ela punha na mesma, :- Ponha um cobertor mais fraco, piorzito para o chão (extracto de diário de campo, de 8 de Fevereiro).

Noutro ponto da cidade, Av. Almirante Reis, a conversa começa por más notícias. A mulher jovem, Manuela, responde a chorar que o Tomás morreu na noite de 29 de Dezembro.

Foi levado para o hospital, telefonou depois a saber, disse que era amiga. O Tomás, que teria 38 anos, dormia no vão do número... mais outro seu amigo. Manuela explica que um dormia num dos lados e o outro no lado oposto: - ele no Verão até estava bem mais gordinho. Agora o Dinis, após a morte do amigo, também não quer ir para um centro,...aqui todos o conhecem,...e sente-se melhor aqui, tem amigos...todos o conhecem...(extracto do diário de campo de 10 de Janeiro de 2007)

Próximo da Av. Almirante Reis, numa rua com menos movimento, a equipa está preocupada com um homem, a sua situação de saúde inspira cuidados. Uma mulher está junto deste pequeno grupo de três pessoas. A Beatriz está aqui porque lhes veio trazer uma refeição quente,

A Lena está ainda a comer, o Salvador está de pé, é muito alto. Mais tarde fica-se a saber que foi jogador de basquete. Outro homem, o Eduardo está deitado e preparado para dormir. A Beatriz fica satisfeita por aparecer alguém. Está preocupada com eles e ninguém vai ajudar. O Salvador e a Lena, são um casal, estiveram alguns dias numa pensão mas depois o dinheiro acabou-se e voltaram para a rua. A Lena quer sair da rua, aceita o centro de acolhimentos mas o Salvador não quer. Fica então junto dele. Por outro lado a preocupação com o Eduardo aumenta... (extracto do diário de campo de 26 de Abril de 2007).

Pessoas apoiam-se, juntam-se em pequenas comunidades de relação e suporte, dar água, guardar as coisas, ler o jornal, vir visitar mesmo não estando já na rua.

Não muito longe, no Jardim Constantino, alguém chega e pergunta se a carrinha já tinha saído. Não conseguiu ir buscar nada para comer. A carrinha da Associação já passou há bastante tempo, esta é dos “Adventistas”. “O Artur diz-lhe para tirar uma das sopas, que estão ali ao lado, e uma espécie de “lanche”, bolos, iogurtes (extracto do diário de campo de 4 de Abril).

O Gildo é um pouco especial, tem a particularidade de ser um excelente contador de histórias. Sentados no banco do jardim, ao seu lado e junto a outros homens de rua, com a equipa, fica-se a ouvir as histórias deste homem, “pastor menino”, em Cabo Verde, no tempo onde nunca lhe faltava nada para comer, fosse leite, queijo, as suas cabras e vacas também. Conta como passava os dias acompanhado do seu cão, e as partidas pregadas ao pai ...

É uma figura respeitada, pelos mais novos, sem dúvida, pelos outros também. Nunca se queixa a não ser das dores nas pernas. Um dos rapazes, que já dormiu ali, está uma das noites junto do grupo: - é do frio, diz o Walter, que sabe bem que está frio :- Ele só dorme com o cartão por baixo...(extracto do diário de campo de 21 de Março de 2007).

Ali, como observado noutras noites, junta-se um grupo de vários homens a conversar, por vezes a jogar às cartas,

A Sara sentou-se primeiro nas costas de uma das cadeiras, aproveitamos para fazer o mesmo, a noite está fria e os pés pedem um piso mais confortável. Está a falar com o Walter, ficará até mais tarde a conversar com ele. Já não dorme na rua, ao certo não se sabe, dorme numa pensão, num quarto. Olhando, o ambiente do jardim, ali estão duas mesas à conversa. Alguns de pé, é certo. De sete homens que ali estavam apenas o José vai dormir no jardim, perto dos bancos, os restantes vieram até ali, claro que o objectivo é aproveitar as carrinhas mas depois permanecem, um grupo de gente jogando às cartas, conversando até tarde (extracto do diário de campo de 7 de Março de 2007).

No Jardim percebem-se divisões espaciais entre grupos de pernoita e convívio,

Estava um grupo bastante grande de pessoas a receber os alimentos e outros já sentados. O grupo à volta das mesas no lado direito seria de cerca 12 a 14 pessoas, apesar de estarem ainda outros dispersos nos bancos.

No outro lado do jardim, existe o mesmo número de bancos e mesas, mas o grupo é de imigrantes de países do leste, russos, romenos, ucranianos. O contacto é muito reservado, pontualmente há um cumprimento (extracto do diário de campo de 17 de Abril de 2007).

Jean Rémy ajuda-nos a reflectir sobre estas configurações afirmando que,

(...) nem sempre a separação espacial é sinónimo da exclusão, marginalização ou de isolamento por relação a uma rede de trocas porque um dos significados da morfologia urbana é dar um suporte interaccional a este modo de coexistência entre entidades que

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

não se misturam espacialmente, pelo menos em todos os aspectos da sua vida quotidiana (Rémy, 1998:173).

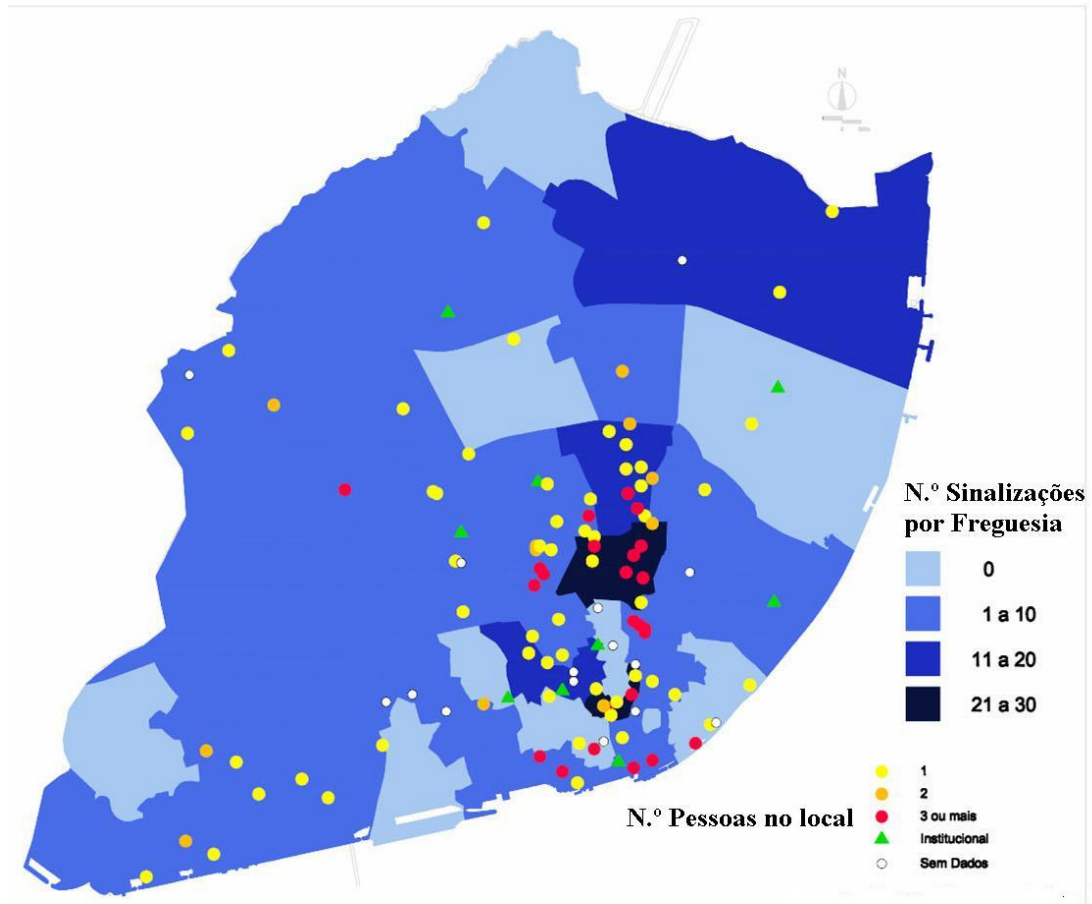
A pernoita no Jardim Constantino não é feita pelo grupo todo, alguns deles têm casa, quarto, vão regressar logo que acabe um pouco de conversa. É provável que alguns deles nunca tenham sido sem abrigo, muitos passam dificuldades para pagar o quarto onde vivem, outros já foram, alguém fala de um ex-sem abrigo que já resolveu a sua vida e vem sempre ao jardim ter com os companheiros, dar-lhes alguma ajuda.

Esta é a única mulher, conhecida durante a pesquisa, que se sabe ter saído da rua recentemente. Vem falar com o Leonardo.

Chegou enquanto decorria a conversa com o Leonardo.. Conheciam-se bem. A Filipa esteve a dormir aqui, nas arcadas, durante quase três meses.... O Leonardo é um amigo que ficou para depois... Hoje trouxe algumas roupas para alguns dos “rapazes”, homens que ali estão. Ficamos os três a conversar. Conta como foi a sua chegada aqui, a sua primeira noite na rua. Mais tarde vai a casa, ali perto, buscar uma sandes e café para oferecer (extracto do diário de campo de 3 de Abril).

A Filipa diz que agora está bem, sabe dar valor ao que é estar na rua. Nunca tinha passado por isso. Se dantes quase não reparava nas pessoas que estavam na rua, agora vê as coisas com outros olhos. Mesmo com a filha a quem nunca disse o que tinha passado.

Mapa 12 - Mapa da cidade com recorte de sinalizações por freguesias e justaposição de locais de pernoita segundo o número de pessoas



Fonte : Base Cartográfica da CML
Pesquisa da autora

4.4. Desde que se aproxime...

*Entretanto está a guardar as coisas com a preocupação do vento.
Diz que já varreu o chão,
e mostra um pequeno monte
com pedrinhas e pó varrido. Só o Leonardo...
(extracto do diário de campo de 4 de Julho)*

António Bento refere que os técnicos que trabalham com os sem abrigo usam um (...) tipo de linguagem realçando diferentes aspectos:

(...) é um doente, um inválido, ou anormal...(Soeiro, 1959)...marginalizados. ...Encontram-se sós e na rua (Pimenta, 1992) – a imagem a reter é a de um sem-abrigo com perturbações de foro psiquiátrico, com problemas de saúde e exposto a inúmeros factores de risco de doença (Portugal, 1993) – tendência para o isolamento social (Figueira, et al. 1995) – indivíduo que não tem um espaço e laços com a comunidade (Alves, 1996) – isolamento social... população extrema, que acumula vários handicaps... (Barreto, 1998) -...os sem-abrigo representam a forma mais extrema e complexa de exclusão (Costa, 1998) -...São desempregados de longa duração, idosos isolados socialmente, vítimas da SIDA (AMI,1999) -...ligados à droga... (Pereira e Silva, 1999)- ...apresentam graves problemas de saúde mental e de consumo de álcool e drogas... (Bento, 2002: 55).

Na literatura sobre pessoas sem abrigo continua, mesmo nos anos mais recentes, a tendência em dar ênfase aos atributos que desqualificam socialmente, esvaziam a personalidade social. Susana Pereira Bastos no seu trabalho de 1997, *Estado Novo e os Seus Vadios* afirma sobre a identidade do vadio e mendigo, que

(...) a partir de meados do séc. XIX, o vadio e seus afins adquiriram a identidade de fenómeno patológico, nomeadamente degenerados, doentes mentais,...Importada para Portugal, a patologização da mendicidade e da vadiagem (extraordinariamente eficaz para afastar qualquer reflexão sobre as causas socioeconómicas de tais práticas) reflectia-se também nos discursos jurídicos, antropológicos, médicos, ...sobre vadios e mendigos portugueses (Bastos, 1997:217-218).

As representações, sobre as pessoas sem abrigo, continuam a apelar a um grupo de «exóticos internos» (Románi, 1996) onde são realçados traços de marginalização social.

A inserção pessoal e prolongada no terreno permitiu outra leitura da realidade. Partilhando da reflexão de Goffman, de “que qualquer grupo de pessoas (...) desenvolve uma vida própria, que se torna significativa, razoável, normal, desde que nos aproximemos dela”, (Goffman, 2007:8) convocam-se neste capítulo algumas das práticas quotidianas que fazem parte dessa vida.

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

O Fernando está na rua há 13 anos. Queria ter um lugar onde se sentisse seguro, primeiro para se “arranjar”, depois se veria, mas receia todas as mudanças,

Noutro dia hesita em cumprimentar, diz que queria ter lavado as mãos, mas o estaleiro está fechado a cadeado... entretanto diz que “decidiu ir até à Feira da Ladra no último sábado. Explica o caminho, uma passagem nova que descobriu e que até torna o caminho mais curto. Pôs alguns lenços de papel para não magoar os pés (os chinelos são frágeis para andar nos passeios) e foi comprar, os tais sapatos..., 5,00€ (alpercatas), roupa interior, toalhas, uma pequena e outra de rosto, um espelho que comprou já em Alfama. Gastou ao todo 10,00 €, ficou sem dinheiro (extracto do diário de campo de 29 de Maio).

Estava satisfeito com as suas compras, é sempre meticoloso e obviamente preocupado com o preço das coisas mas a verdade é que nem sempre se sente capaz de fazer tantas coisas, o Nando tem vergonha de entrar nas lojas, sabe que está muito sujo, “contou que precisava de comprar lenços de papel e resolveu ir à Rua...., a um bazar. Ficou à porta e pediu que lhe dessem um pacote, sem entrar....”(idem).

As experiências de cada um são diferentes, para Gildo,

(...) não há problema nenhum em conseguir tomar um banho, mudar de roupa ou comer quando se está na rua: - banho pode-se tomar no Campo Santana, na Alameda, nas Olaias. Num deles paga-se 0,25 cêntimos, nos outros não se paga nada. Se precisar de toalha, sabonete, gilete para a barba, muda de roupa, vai à AMI, paga 1,20€ ??... Um homem não tem problema na rua pode andar quase sempre com roupa, uma muda por dia com a roupa que vem trazer aqui (extracto do diário de campo de 29 de Maio).

Outro exemplo de práticas quotidianas é a leitura das notícias do país, seja através dos jornais de distribuição gratuita, seja de alguns jornais diários que pessoas conhecidas deixam ficar no fim do dia.

As conversas com o Leonardo começam habitualmente, depois dos cumprimentos, pelas notícias do dia. Sentados na paragem que não tem movimento, o que é excepcional, é sobre o jornal diário, que o Leonardo gosta de ler, que se vai conversando. Como se interessa sempre pelas notícias, fica com o jornal e também um livro que saiu hoje com a edição. Nunca faz cerimónia para aceitar o jornal. Lê e mantém-se informado sobre todas as notícias.

Sabemos depois que hoje tem vários jornais, O Diário de Notícias, o Público, o Correio da Manhã. Diz que uma senhora deixou ali ficar os jornais. Não é uma coisa habitual, mas, hoje aconteceu. Os outros dois homens que ali estão perto, também lêem os jornais, os gratuitos (extracto do diário de campo de 27 de Março e 17 de Abril de 2007).

O Leonardo surpreende sempre, nunca se sabe onde as conversas vão parar. Com ele tem sido sempre assim. Raramente se fazem perguntas, está disposto a responder e a conversar apenas de algumas coisas. Respeita-se isso.

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

Muitas vezes as conversas são sobre o que se passa no mundo, no país, na cidade. Outras vezes dissertando sobre temas mais vastos, questões de segurança, educação, trabalho, interesses...

Desta vez diz:- esta vida da rua tem-me criado muitos desgostos. Um dia estava na Rua da Fanqueiros, passei por uma papelreira, naquele dia olhei e lá dentro encontrei uma caixa, um papel dentro com um poema. Aquele poema guardei-o, sentia-me bem em tê-lo comigo. Depois um dia roubaram-me um dos sacos, estava a dormir naquela paragem antes do Martinho da Arcada. Lá foi o poema. Durante uns dias andei triste (extracto do diário de campo de 6 de Fevereiro 2007).

As conversas sobre livros também foram acontecendo. Numa das primeiras noites de rua, dois homens, o mesmo nome, Alberto,

Um deles faz pernoita aqui, local limpo e organizado, existe um cartão, e o que parece ser um colchão fino, uma mochila no chão e o Sr. Alberto está a tirar um livro da mochila, «Poder e Glória» de Graham Greene. O mais jovem, que dorme na 2ª circular, junto às bombas de gasolina, aproveita para referir que ele lhe emprestou também um livro e tira do bolso “Amor de Perdição” de Camilo Castelo Branco (extracto do diário de campo de 1 de Março de 2007).

Não foi caso único o encontro com pessoas que gostam de ler, “:- ...uma senhora traz-lhe livros, habitualmente, : - os do Paulo Coelho li agora, " O Alquimista" e tenho outro para ler em casa da namorada. Li também o “Homem que gostava /falava com/de gaiivotas”, é de um oriental...?. (extracto do diário de campo de 10 de Abril) ou o de Soares, “Veio acompanhar-nos às oficinas. Mais tarde veio junto da recepção para mostrar o livro que está a ler de João Aguiar, “A carta de Sertório” (extracto do diário de campo de 10 de Abril).

A questão dos afectos, da capacidade de amar, o seu desejo de estar com os filhos, de saber se estes estão bem, tem sido entendida como outra ausência nas suas vidas. António Bento e Elias Barreto desenvolvem no seu livro a tese de «Sem-amor, Sem-abrigo» (Bento e al. 2002) o que parece reforçar a ideia de isolamento e ruptura, esvaziamento e patologização de personalidade social, perpetuando, reproduzindo e actualizando estigmas, dizem os autores, “Sabemos que neles pode faltar tudo o que há de mais elementar para a vida de um ser humano: comida, roupa, saúde, abrigo, segurança, família, amigos, relações interpessoais, capacidade de amar (Bento e al. , 2002:248).

Concluem ainda,

Isolados, sem família, sem rede social fiável, são indivíduos que por vezes só contam com o apoio das instituições...Efectivamente, estes «doentes sociais» precisam de grandes investimentos, de grandes recursos financeiros, de equipas técnicas especializadas, de equipamentos diferenciados e de tratamento contínuo e intensivo (ibidem).

Norbert Elias afirma que “a necessidade de amar e ser amado é de certa forma a concentração mais densa duma necessidade humana natural (...) de aceitação afectiva da própria pessoa pelos outros, e dos outros por nós próprios” (...) Seja qual for a forma que toma nos casos individuais, a necessidade afectiva de companhia humana, de dar e tomar em relações afectivas com outras pessoas, faz parte das condições elementares da existência humana (Elias, 2004: 224).

Teresa San Román, (San Román, 1996) faz uma reflexão sobre o papel que os argumentos, em termos de causas psicológicas, jogam na produção de teorias sobre fenómenos culturais ou transformações desses fenómenos. Sabendo que existem faculdades, limitações e necessidades psíquicas, não contar com elas, é, segundo a autora, renunciar *à priori* à explicação de certos problemas.

Contudo, essas propriedades psíquicas, sendo potencialmente as mesmas variam com o processo de socialização, e também com outras coisas, tal como a quantidade de proteínas que se ingerem até certa idade. Admite que as variáveis psicológicas jogam um papel no sistema sociocultural e que portanto, têm capacidade para incidir na produção dos fenómenos. Os psicólogos têm que estar em melhores condições para assinalar quais os limites, faculdades e necessidades psíquicas e em que termos variam. Contesta, contudo, uma redução psicologista que por vezes se pratica, em especial os psicólogos sociais, esgotando qualquer explicação dos fenómenos culturais em termos de variáveis psicológicas, bem como a incoerência que supõe o negar qualquer tipo de incidência das propriedades psíquicas nos fenómenos culturais ao mesmo tempo que se ignora e despreza a teoria psicológica (San Román, 1996:412-413).

Recentes estudos (...) mostram que existe uma correlação entre instabilidade da vida profissional e enfraquecimento de laços sociais. Os desempregados frequentemente mantêm relações distanciadas dos outros membros da família, fora da sua família mais imediata. (...) Pode ser concluído que o risco de enfraquecimento dos laços sociais é directamente proporcional às dificuldades que um indivíduo encontra para obter um trabalho regular (tradução livre de Paugam, 1999:32).

Este homem conta que “... - No outro dia estava um carro a estacionar e quando olho era o meu irmão....., eu estava com barba crescida, virei as costas, ele queria dar-me uma moeda, disse-lhe para deixar estar...” extracto do diário de campo de 4 de Abril de 2007).

As pessoas a que se faz aqui referência tiveram a sua família, companheiros, filhos. Perante a situação de separação ou divórcio, encontram dificuldade de enfrentar sós os encargos com uma nova habitação. Perante um desemprego, sem protecção acabam por rapidamente se confrontarem com a situação de rua, “...desempregado, está na rua há cerca de um ano, a família não sabe, a ex- mulher vive na casa que era de família, a filha está na Suíça, não sabe, nem sonha, não quer que ninguém saiba” (extracto de diário de campo de 25 de Janeiro de 2007). Este homem, há muito pouco tempo na rua, ficou desempregado depois de muitos anos de trabalho como empregado de mesa “... agora vive do que lhe dão, antigos colegas que trabalham na hotelaria, antigos clientes que o conhecem... foi o primeiro homem que chorou, protestou, de início foi reactivo, não queria falar com a equipa nem ir à emergência social” (idem) e de novo o sentimento de fracasso e desvalorização que impõe uma situação de reserva, “perdi a família, só ficou um irmão com quem me continuo a dar. Mas não quero que ele saiba que estou nesta situação. Tem fotos, mostra a ex- mulher e a filha” (extracto de diário de campo de 16 de Maio).

4.5. Negociar os espaços: “As rusgas”

A leitura das “sinalizações” (analisadas no Capítulo 3) indicia que a maioria dos outros cidadãos manifesta incómodo pela presença de pessoas sem abrigo no espaço público e privado. Entre o desejo legítimo, destes, para que não permaneçam no local e o dos próprios, também legítimo, de sair da rua, vão-se adiando alternativas. Nesta negociação encontram-se contextos mais ou menos pacíficos, outros sujeitos a maior pressão e visibilidade.

As pessoas sem abrigo precisam de negociar os lugares que ocupam, quase sempre espaço público. A sua presença conflitua, muitas vezes, com particulares, moradores ou empresas, serviços da autarquia.

Mapa 13 - Alguns locais onde se realizaram limpezas pela DHURS - CML



Fonte: Base Cartográfica da CML
Pesquisa da autora

Ocorre, com frequência, aquilo a que alguns chamam de “rusgas”.³⁴ Referem-se a acções de limpezas, realizadas pelos Serviços de Higiene Urbana da autarquia, as quais são quase sempre acompanhadas da presença de elementos da Polícia de Segurança Pública e isto determina, decerto, a conotação dada às acções de limpeza.

Quem vive na rua tem de obedecer a inúmeras regras e descobrir um conjunto de suportes, de rotinas que lhe permite a sobrevivência, aprender a gerir os horários na rua, que são múltiplos, sejam das carrinhas que trazem alimentos, roupa ou agasalhos, de intervenção das autoridades ou dos serviços municipais.

Carlos dorme numa das ruas que desembocam no Jardim, mesmo sobre o passeio, ele e mais dois homens, “ - levanto-me às 5,00 horas da manhã, quando começam a chegar as mulheres da limpeza...” (extracto do diário de campo de 17 de Fevereiro).

À noite ou ao entardecer, quando a cidade começa a sossegar, surgem os “abrigos”, num vão de loja, num vão de escada que pertence a serviços, agora encerrados, ou num banco do jardim. Por esta altura já é tempo de “fazer a cama”³⁵ o que pode acontecer nos passeios, arcadas, alpendres, adro de igrejas.

A negociação do espaço, ou seja, não acorrerem problemas com os moradores ou com as autoridades, implica que saiam bem cedo, pela madrugada, antes de chegar os primeiros movimentos da manhã, uns procurando que não se apercebam da sua presença nocturna, outros, fazendo acordos com o segurança de serviço, funcionários, comerciantes. Um morador da Praça da Alegria relata o que se passa junto de sua casa,

(...) fazem as camas com papelão ou cobertores, as quais são desmanchadas de manhã e os elementos da esquadra, sediada no local, solicitam aos mesmos a arrumação das coisas. Periodicamente os serviços de limpeza desta CML recolhem o papelão que utilizam nas camas (extracto de sinalização para Praça de Alegria em Janeiro de 2006).

³⁴ *Rusga*, pode significar polémica relativa a alguma acção ou dito, barulho, desordem, questão, confusão..., pequena briga ou desentendimento entre duas pessoas, perseguição ou cerco a malféitores, batida policial... (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Instituto António Houaiss de Lexicografia, Círculo de Leitores, Lisboa, 2003:3217. No contexto assume o significado de perseguição ou batida policial.

³⁵ “Fazer a cama” assume literalmente o sentido de dispor, cartões, colchões, cobertores, almofadas, às vezes lençóis, no espaço que ficará destinado a dormir. Esta forma de ocupação do espaço público, se não é desmontada de manhã, provoca intervenções mais céleres dos serviços de limpeza.

A regra, portanto, é levantar cedo, não deixar vestígios, dobrar, arrumar e partir. As horas do dia ou são preenchidas a arrumar carros, ou noutros pequenos trabalhos, na Feira da Ladra, por vezes deambulando. Os seus haveres, poucos, ou podem carregá-los consigo ou, com sorte, encontram um sítio onde os guardar. Estes dois homens ficam num vão de acesso a um armazém, o segurança de serviço sabe que eles ali ficam mas não há problema, “Dormimos aqui, deixamos tudo limpo durante o dia, “ - guardamos as coisas num local... (não querem revelar), é uma coisa que não gostamos de dizer a ninguém” (extracto do diário de campo de 1 de Fevereiro 2007).

Voltando às “rusgas”. As acções a que se reportam são intervenções dos serviços de limpeza da autarquia, que consistem em lavar as ruas, os passeios, pavimentos de arcadas, onde pessoas sem abrigo pernoitam. Além das acções de lavagem pretende-se a remoção dos objectos que aí se encontram e constituem lixo no entendimento dos serviços.

Lisboa tem um Regulamento de Resíduos Sólidos. As disposições são longas, destaca-se apenas o art. 24, muito abrangente, e que determina “São proibidos quaisquer actos que prejudiquem a limpeza dos espaços públicos ou que provoquem impactes negativos no ambiente (Deliberação Municipal nº 523/ CM/ 2004).

Uma das noites, em acompanhamento das equipas de rua, assiste-se à intervenção dos serviços de limpeza da autarquia, que já tarde, entre as 23 e 24 horas, procede à limpeza das arcadas do Terreiro de Paço.

A esta hora já os homens e mulheres que aí pernoitam estão deitados, alguns com “camas” mais ou menos improvisadas com cartão, outros com camas feitas com algum cuidado, réplicas quase perfeitas.

Estremunhados pelas circunstâncias, ficam informados que terão de se levantar para que o chão seja lavado. Lentamente, sem queixas, resignados, levantam-se do chão e com os gestos já aprendidos de tantas outras noites, dobram, levantam, afastam os seus haveres e as suas “camas”. Nessa noite apesar do constrangimento pela situação regista-se com surpresa os cuidados e os gestos, banais para eles, ... “o carro de lavagem passa por toda a zona das arcadas nos dois sentidos. Finalizada esta operação, quem aí dorme começa a varrer o chão, (cada um tem a sua vassoura, um tinha mesmo uma pá de borracha para retirar melhor a água) e varre a zona onde dorme. Passados alguns minutos voltam a colocar os seus cartões, cobertores, uns melhores resguardados que outros. Rapidamente voltam a deitar-se, a arrumar, também os sacos, e não mostram interesse em conversar (extracto do diário de campo de 2 de Fevereiro).

Enquadrados pelo Regulamento Municipal, e sendo também sensíveis a pressões de moradores e outros agentes, os serviços de limpeza da CML promovem uma actuação no

sentido de controlar, manter a higiene urbana e pressionarem as pessoas sem abrigo a despojarem-se dos seus haveres, se considerados excessivos. Habitualmente os seus pertences são vistos como lixo, sacos de plástico amarrotados, cobertores, cartões, alimentos ou restos que sobraram, e em consequência “conspurcantes” do espaço público.

Percebeu-se no capítulo anterior que as pessoas sem abrigo são significativamente associadas a insalubridade, sujidade.³⁶

A actuação dos serviços responde aos pedidos de intervenção dos munícipes, e corresponde a uma condenação de objectos susceptíveis de lançar confusão e desordem.

Do ponto de vista de quem está na rua o sentimento é que são regularmente alvo destas “rusgas”, sujeitam-se a serem desapossados dos seus pertences, cobertores, sacos com roupas e outros objectos.

As intervenções de limpeza na cidade distribuem-se de forma assimétrica. Conhece-se locais onde a lavagem de rua e “rusgas” são quase diárias. As arcadas do Terreiro do Paço, onde pernoitam várias pessoas, são disso exemplo, pois, têm tido acções de limpeza muito frequentes. O funcionamento de dois ministérios, entidades bancárias e a aproximação da Presidência Portuguesa da União Europeia aumentou a pressão. Deseja-se que não estejam visíveis. Propõe-se a estratégia de ir para outro local, outra rua. Durante o trabalho de campo é evidente a pressão, sobretudo nos meses próximos ao início da Presidência, para saírem das arcadas. A ordem é dada e posta em prática pelos serviço de limpeza da autarquia e elementos da PSP que garantem que as acções sejam realizadas sem contestação, “Sem que se saiba de onde parte a ordem, dizem-lhe para ir para a rua de trás :- vá para a rua de trás. O Leonardo contesta :- mas porque não posso estar aqui?, estou no espaço público” (extracto de diário de campo de 15 de Março de 2007).

Uma das formas de pressão e que deixa as pessoas mais vulneráveis são as alterações constantes de horário e dia. Bernardo, que é muito meticoloso, sente esta forma de actuar

³⁶ Susana Pereira Bastos em *Estado Novo e os seus Vadios*, investiga o modo de produção simbólico das representações sobre a marginalidade, referindo sobre a passagem da pobreza sagrada à mendicidade como desvio, “Dessacralizado, o mendigo não perdia apenas as suas funções purificadoras, (...) este novo quadro de mentalidades projectou toda uma série de impurezas, perversidades, sujeiras, bem como os temores da poluição (Bastos, 1997: 52).

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

como uma agressão, também se percebe que se ele sair das arcadas a expectativa é de que outros o sigam e o grupo se desmembre. Assim, enquanto ele aí estiver será difícil,

(...) as “rusgas”, nunca se sabe quando decidem fazer, limpam de manhã, à noite, é uma tortura...queixa-se do susto constante com as “rusgas”. Fala-nos do seu dia anterior. Os homens da DHURS, vieram fazer limpeza à noite, é claro que isso significa que se deita muito tarde. Agora vêm às segundas e às sextas feiras, mas já estão outra vez a mudar...”(extracto do diário de campo de 8 de Fevereiro de 2007).

Leonardo sente de forma muito particular as “rusgas” da CML,

Nos últimos dias 13 e 27 de Abril foram feitas “rusgas” e perdeu uma série de bens, roupa, cobertores, papéis. (extracto do diário de campo de 4 de Maio de 2007)

Nas “rusgas”, levam o cartão e antes também os cobertores. Se não estivessem os donos os cobertores iam também. Depois passaram a levar apenas os cartões, as caixas eram despejadas e escolhido pelo pessoal da limpeza o que deitar fora, as roupas ficam no chão. Em Novembro houve uma rusga em que levaram os cobertores, depois eles pediram à Legião da Boa Vontade se lhes arranjavam nessa noite ainda alguns cobertores. Eles voltaram, já só com um carro particular e deixaram sete cobertores (extracto de diário de campo de 27 de Março de 2007).

Miguel fala da rusga, na 6^a feira, ficou muito irritado, levaram-lhe dois sacos com um cobertor novo, roupa nova, fotocópias de documentos, foi um dos dias em que estava mais indignado. Na descrição dos factos estava visivelmente transtornado, diz que procurou levar os sacos para um local mais reservado, mas enquanto transporta uns sacos, os outros foram levados sem qualquer consideração pela sua vontade,

Pedi, ainda, junto da camioneta que o deixassem tirar algumas coisas, o Polícia disse-lhe:- não mexa aí.. O Miguel diz que teve vontade de o insultar, de lhe chamar ladrão,... Na próxima vez que vierem fazer a rusga, pego nos sacos, levo para o meio do cimento e lanço-lhes fogo. Ao menos não levam nada (extracto de diário de campo de 17 de Abril).

Também no dia 4 de Maio foi feito de novo outra “rusga”, desta vez estavam a levar cobertores e o colchão do Júlio,

Fui até à carrinha, subi com o apoio da roda e tirei o colchão do Júlio, ele chegava à noite e não tinha como fazer a cama. O polícia viu-me, levantou o cacetete e respondi-lhe : - bata, ou tire-me o colchão...Você tem uma boa cama lá em casa e está a querer que um desgraçado não tenha sequer um agasalho. Acabei por trazer o colchão, o tio Julião deixou-o ficar aí de manhã (extracto do diário de campo de 8 de Maio de 2007).

Frequentemente, as rusgas e limpezas, são concretizadas à noite, quando muitas das pessoas já se encontram a dormir. Acordar perante as circunstâncias inesperadas, levantar porque vão lavar o chão onde dormem...deixa-as muito pouco reactivas.

Abordou-se, nas entrevistas exploratórias, com um oficial da PSP e com um encarregado de limpeza, esta gestão dos bens e do espaço público. Fica-se com a certeza de que é uma área cinzenta. Os limites de actuação dependem no momento dos agentes e dos funcionários de limpeza que estão presentes. Não há regras específicas. Mas os serviços têm a justificação de que necessitam de manter o espaço público limpo. No meio das intervenções acabam por ocorrer perdas que acentuam o sentimento de fragilidade, “...roubaram-lhe ontem a carteira, na confusão das mudanças, enquanto se preparavam as limpezas da DHURS” (extracto do diário de campo de 2 de Março de 2007) ou ainda “hoje andou lá o serviço da DHURS a limpar a zona quando ele não estava no local e levaram tudo, mesmo as suas poucas roupas, uns ténis, coisas que lhe tinham dado. Ficou sem nada, não tem um agasalho ou qualquer outro objecto. A situação é muito precária (extracto do diário de campo de 20 de Junho de 2007).

Apesar das pressões sabe-se que o ciclo de aquisição, de pelo menos alguns dos bens, é rápido,

O banco (de plástico, 2,50 €) é novo. Na última rusga levaram também o banco. Acabou por ir comprar outro. Foi primeiro à Ribeira, comprou também um pequeno alguidar para fazer salada, uma embalagem de detergente, 0,65€, passou na farmácia Africana, comprou um frasco de álcool, para a barba!! Depois foi ao supermercado, comprou alhos, cebola, limão, sal (também tinha ido na outra rusga). Algumas coisas para ter aqui, azeite... Tinha comido nessa manhã uma conserva e pão (extracto do diário de campo de 15 de Maio de 2007).

Capítulo 5 – Entre a rua e o acolhimento

*Habito onde habito,
Porque me haviam de perguntar tantas vezes onde habito,
Percorro as ruas à procura de silêncio,
E num hábito novo a deslizar o rosto,
Habito as distâncias e os terraços mouros,
Onde fecundas histórias adormecem meu âmbito
Helena Maria³⁷*

5.1. Sair da rua

Dormir na rua, num centro de abrigo, tornar-se estranho da família pode ser associado como actividade de criminalidade menor e identificado com uma contra cultura na rua. A experiência de vida, nas ruas ou num centro de abrigo onde os indivíduos encontram abusos, crimes, pode ser determinante a longo prazo numa ruptura de laços sociais e afastamento dos valores da cultura dominante (tradução livre de Avramov, Dragana, 1999:9).

No estudo realizado em Lisboa e publicado em 1995, Alexandra Figueira e al. afirmam que nesta data é sentida “a necessidade de abrigo, o que reforça a emergência de incentivar na cidade, porque insuficientes, respostas na área do acolhimento, apesar de não ser de negligenciar uma resistência significativa a soluções do tipo institucional” (Figueira e al. 1992:40).

Efectivamente, na cidade de Lisboa, entre 1995 e 1998 vai ocorrer um esforço de criação de estruturas na área do acolhimento, sendo fundamentalmente as respostas de enquadramento da toxicodependência que subjazem à lógica do legislador.

A cidade dispõe, actualmente, de alguns centros de abrigo e acolhimento nocturno, existindo protocolos com a Câmara Municipal de Lisboa e/ou com o Instituto de Segurança Social, I. P. nalguns destes centros. Foi num deles que se realizou também trabalho de campo, como se verá mais à frente. Os centros, de Abrigo do Beato, gerido pela Associação de Solidariedade Social -VITAE, com capacidade para 271 camas, o de Acolhimento de Xábrégas, gerido pelo Exército de Salvação, com capacidade para 75 camas, e por fim, o de Abrigo da Graça, gerido pela AMI, cuja capacidade é de 27 camas, têm no total uma capacidade de 373 camas.

³⁷ Excerto do Poema “Habito” de Helena Maria, Anexo IV.

De acordo com o antigo *Plano Municipal de Prevenção e Inclusão de Toxicodependentes e Sem Abrigo-Plano LX*, definido para os anos de 2002 a 2005, os patamares de acesso aos centros são definidos; 1º o Centro de Abrigo do Beato, com 271 camas, que se dirige a toda a população que esteja sem abrigo, “embora seja um centro especializado para população com toxicodependência” (CML, 2002-2005, p. 102), depois o Centro de Acolhimento de Xabregas, com 75 camas, 65 homens e 10 mulheres, para população sem abrigo que não apresente problemática de toxicodependência, entre os 18 e os 65 anos, “com capacidade de dar continuidade aos projectos de inclusão,” (idem, 106) habitualmente iniciados no Centro de Abrigo do Beato.

Por último surge o Centro de Abrigo Nocturno da Graça, que admite utentes dos centros anteriores. Este centro é definido como uma “unidade de acolhimento temporário para sem abrigo que se encontrem em processo de reinserção ou formação profissional (idem, 109).

Na cidade existem outros equipamentos de abrigo ou acolhimento nocturno, nomeadamente os que são responsabilidade directa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, os Centros de Acolhimento da Glória e dos Anjos, ou ainda da Associação de Albergues Nocturnos de Lisboa.

Os centros de abrigo e acolhimento são formalmente criados pelo Decreto-Lei nº 183/2001 de 21 de Junho, cujo objectivo

(...) é a criação de programas e de estruturas sócio-sanitárias destinadas à sensibilização e ao encaminhamento para tratamento de toxicodependentes bem como à prevenção e redução de atitudes ou comportamentos de risco acrescido e minimização de danos individuais e sociais provocados pela toxicodependência, (...) vem regular pelo presente diploma os seguintes programas e estruturas sócio-sanitárias: a) Gabinetes de apoio a toxicodependentes sem enquadramento sócio-familiar; b) Centros de acolhimento; c) Centros de abrigo (Decreto-Lei nº 183/2001 de 21 de Junho) .

São assumidos como deveres do Estado a protecção da saúde pública e da saúde dos consumidores de drogas que no respeito das obrigações internacionais, implica que ao Estado incumba o dever de tornar, gradualmente, acessíveis a todos os consumidores de droga, com atitudes ou comportamentos de risco acrescido, os programas e estruturas previstas no presente diploma que se revelem prioritários em cada circunstância concreta. É pois no quadro de influência da “comunidade internacional em que é reconhecida a necessidade de se adoptarem novas abordagens, nomeadamente quanto à melhoria da

assistência a quem abusa de drogas, tal como se refere na Resolução nº 43/3, aprovada pela Comissão de Estupefacientes, da ONU” (idem), que estes centros são criados formalmente, estando alguns já em funcionamento, sobretudo depois do impacto que tiveram as intervenções de requalificação do Casal Ventoso. As duas estruturas criadas, centro de abrigo e acolhimento, parecem diferenciar-se no que diz respeito ao tempo de estadia e às condições de acesso, bem como ao perfil do seu utilizador.

O primeiro, centro de abrigo, é um espaço de pernoita e destina-se a “todos os toxicod dependentes sem enquadramento sócio-familiar, desde que previamente registados e de acordo com a capacidade do centro”, (idem) enquanto o centro de acolhimento é “um espaço residencial temporário que deve funcionar vinte e quatro horas por dia, durante os sete dias da semana bem como o período de estadia em centros de acolhimento não deve prolongar-se para além de seis meses”³⁸ e espera-se que “os toxicod dependentes sem enquadramento familiar e social adequado estejam já num processo de tratamento em ambulatório ou que estejam a ser acompanhados no sentido de se virem a submeter a curto prazo, a um processo de tratamento e ainda ex-reclusos que estiveram em tratamento em estabelecimento prisional (Decreto Lei nº 183/ 2001 de Junho).

Os centros de abrigo e acolhimento são da iniciativa das câmaras municipais ou de entidades particulares cujas finalidades estatutárias incluem a promoção da saúde, cabendo-lhes igualmente a respectiva gestão. A autorização para a criação dos centros de abrigo cabe ao Instituto de Solidariedade e Segurança Social, sendo precedida de parecer favorável do antigo Instituto Português da Droga e Toxicod dependência - IPDT³⁹ e de audição da câmara municipal da área sobre a sua utilidade e conveniência, quando não for sua a iniciativa.

³⁸ Esta prerrogativa de funcionamento não existe na prática, o centro de acolhimento na cidade, com protocolo da CML e ISS I.P., funciona apenas no horário nocturno, das 18,00 horas às 9,00 horas do dia seguinte, sendo o tempo de estadia largamente ultrapassado, verificando-se estadias de vários anos.

³⁹ A anunciada fusão do Instituto Português da Droga e Toxicod dependência – IPDT, com o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicod dependência- SPTT, face à sua complementaridade, concretizou-se em 29 de Novembro 2002 com a publicação do Decreto-Lei n.º 269-A/2002, juntando, actualmente, num só organismo todas as áreas de intervenção no combate à droga e à toxicod dependência, cabendo ao novo Instituto da Droga e Toxicod dependências - IDT, garantir a unidade intrínseca do planeamento, da concepção, da gestão, da fiscalização e da avaliação das diversas fases da prevenção, do tratamento e da reinserção.

Os centros devem fornecer aos utentes, alojamento, a possibilidade de garantir a higiene e de beneficiar de alguma alimentação e podem proporcionar o tratamento de doenças infecto-contagiosas, apoio psicológico e social, cuidados de enfermagem, rastreio de doenças infecto-contagiosas, preservativos, substituição opiácea de baixo limiar e utensílios para consumo endovenoso por troca de seringas, de acordo com a lei.

Na prática estas duas estruturas são reguladas e criadas com objectivos muito precisos. O seu funcionamento e tipo de população vai desde cedo determinar uma atitude de desconfiança e rejeição das pessoas sem abrigo que não têm consumos e que passam também a ser encaminhadas para estas estruturas de uma forma indiferenciada.

António Bento refere que “... na situação presente, não encontramos nenhuma legislação específica para os sem abrigo (Bento, 2002: 44).

Como foi referido, na leitura crítica de investigações em Portugal, as pessoas sem abrigo passam a ser consideravelmente menos, no espaço de rua, quando são criados os centros a partir de 1998. O estudo do Grupo de Ecologia Social - Laboratório Nacional de Engenharia Civil elaborado em 2000, afirmava que “com abertura de novos centros de acolhimento nocturno, verifica-se uma periferização e acantonamento com reflexos na densidade do fenómeno na cidade” (GES/LNEC; 2000:40).

O acesso, ainda assim, não é idêntico para todas as estruturas, sendo, como já se referiu, estabelecida uma hierarquia de condições. O total do volume de camas disponíveis na cidade estima-se em 700 à data deste último estudo, ano 2000, e são em número significativo destinadas a população com consumos.

As restantes respostas são sujeitas a uma procura maior das equipas de técnicos, estando frequentemente lotadas, sem capacidade de absorver as saídas do centro de abrigo ou centro de acolhimento cujo tempo de permanência, previsto no diploma legal é de seis meses. Problemas conjunturais como falta de habitação a baixos custos, desemprego, a ausência de programas inter institucionais, fazem com que as resoluções das situações de sem abrigo seja morosa. É de sublinhar que a legislação dos centros de abrigo e acolhimento enquadra respostas a pessoas toxicodependentes, muitos também sem abrigo, mas deixa um vazio legislativo quanto aos apoios a pessoas sem abrigo em geral. Este facto é reconhecido no *Estudo dos Sem Abrigo*, que nas recomendações preconiza diversas intervenções nomeadamente, “proceder através dos organismos

competentes, à regulamentação das respostas previstas pelo Decreto Lei nº 183/ 2001 de 21 de Junho (Centros de Abrigo)” (Gil Ana e al., 2005:29).

Na rua muitas pessoas procuram encontrar formas de apoio para sair, percorrem serviços, falam com técnicos e cedo percebem quais as perspectivas ou os caminhos que terão de percorrer. Recordam-se as noites passadas na rua, o exercício de motivação das equipas para a entrada num centro de abrigo nocturno, como forma de resolver a situação de emergência. No centro podem usufruir de uma cama para dormir, de banho, duas refeições diárias, pequeno almoço e jantar, apoio de técnicos de várias áreas para os ajudar a resolver as questões mais urgentes e não só.

Contudo, como se verá mais à frente, foram muito poucas as pessoas sem abrigo, que acederam a esta oportunidade e mesmos essas rapidamente voltaram à rua sem que nada de significativo se tivesse alterado nas suas vidas, a não ser que não vão querer voltar, que no centro sentem mais o “estigma”.⁴⁰

Precisa-se de entender esta experiência, para muitos negativa, avaliar e reflectir sobre os seus motivos e como estão concebidas as respostas para quem está na situação de sem abrigo.

Aceder aos serviços e estabelecer um contacto estável com os técnicos não é para muitos um caminho fácil, “...os comportamentos preconceituosos, a pouca ou inexistente troca de informação inter-institucionais, são outros exemplos de problemas com que os sem abrigo se deparam junto dos serviços”(Sousa F. e Almeida, Sandra 2001: 300) .

No trabalho de avaliação sobre um dos centros de abrigo da cidade de Lisboa, (ibidem) os autores consideram ainda que medidas adoptadas ao longo do tempo como o recurso a institucionalização e à criação de albergues e refeitórios, tem sido de «manutenção» na medida em que não visam uma autonomia dos seus utentes, mantendo a sua dependência face aos serviços.

Serge Paugam desenvolve o conceito de desqualificação social, (a que já se fez referência no Capítulo 4) e que decompõem em três elementos. O primeiro é o que chama de estigma ou marca dos que recebem assistência da segurança social. O mero

⁴⁰ Adopta-se aqui o conceito de “estigma” nos termos em que Goffman o define, “a situação do indivíduo em que alguma coisa o desqualifica e impede de ser plenamente aceite pela sociedade” (tradução livre de Goffman,1975:7).

facto de aceitarem assistência marca a gente “pobre” à parte, mudando todas as relações que eles têm, (...)

Numa sociedade em que a maioria dos seus membros passa a maior parte do seu tempo evitando ser pobre, a marca de pobre só pode ser uma marca pejorativa. Consequentemente alguém a quem a marca pobre tenha sido aplicada, está automaticamente forçado ao isolamento...

A resistência aos efeitos do estigma variam, é claro, conforme os casos, dependendo das relações que mantém com os serviços de segurança social e também a possibilidade de um trabalho activo poder ser retomado (tradução livre de Paugam, Serge, 1999: 30).

Na rua, diversas vezes, a equipa motiva a entrada no centro de acolhimento. Perante a sugestão se querará ir dormir a um centro de abrigo, Renato responde que não quer ir para o centro,

Nem vale a pena ficar a pensar, não quero mesmo. Prefiro estar onde estou. Tenho um “quarto” e casa de banho com água”. O Renato está num pavilhão desactivado que sabe terá de abandonar a qualquer momento, mesmo assim vai passando essa informação a outras pessoas que julga poderem beneficiar da situação, mais confortável que as arcadas. Já lá estão dois casais, o grupo vai aumentando (extracto do diário de campo de 12 de Abril).

A história de rua deste homem foi acompanhada desde o início do trabalho de campo. Ele estava há um mês na rua, desempregado na sequência da falência da empresa onde trabalhava. Os salários falharam e após uns meses em que suportou o pagamento de um quarto, as economias esgotaram-se. Procura apoios, recorre à Emergência Social, Santa Casa Misericórdia de Lisboa e é encaminhado para a estrutura da cidade onde pode pernoitar, um centro de abrigo nocturno. Está no centro algumas horas e acaba por sair nessa mesma noite. Os motivos justifica-os com as condições do centro, balneários comuns, onde pessoas estão a injectar-se, uma situação que não quer partilhar, “Recorre de novo aos serviços da Emergência social e diz : -“ fui lá, disse que não conseguia ficar no Centro e responderam-me que se : - os outros aguentam você também tem de aguentar...”(idem).

Mais apoios não seriam possíveis, estava na rua há menos de três meses ⁴¹ e os documentos de identificação não confirmam a sua residência no Concelho de Lisboa.

⁴¹A actuação dos serviços de emergência social fica restringida ao acolhimento no centro. Se a pessoa não estiver há três ou mais meses na rua não tem acesso a outros apoios.

Passa à estratégia de procurar soluções mas sozinho, não quer pedir mais apoio, espera apenas poder receber as refeições das carrinhas. Tem diabetes e a alimentação das carrinhas tem levado ao descontrole da situação. Fica na rua e procura espaços alternativos, não está disponível para mais contactos.

Durante meses, ao acompanhar a primeira equipa de rua, percebe-se que o encaminhamento é feito apenas para um dos centro de abrigo que “funciona como primeira resposta ao trabalho desenvolvido diariamente pelas diversas equipas de rua” (CML, 2002-2005:102).

Mais tarde ao acompanhar outras equipas, a situação alterou-se substancialmente. Ou seja, nenhuma das duas encaminha para o centro, as razões são explícitas, não consideram que este corresponda às condições necessárias e receiam que as pessoas encaminhadas reajam negativamente a futuros apoios.

Nos dados registados sobre o tempo de permanência na rua, existe uma percentagem elevada que está há mais de um ano na rua, percebendo-se que algumas destas pessoas aí passaram mais de 10 anos das suas vidas (Gráfico 27 e 28). Existem várias situações em que o tempo de rua surge como um dado muito indefinido.

Gráfico 27 - Tempo de rua -Períodos conhecidos

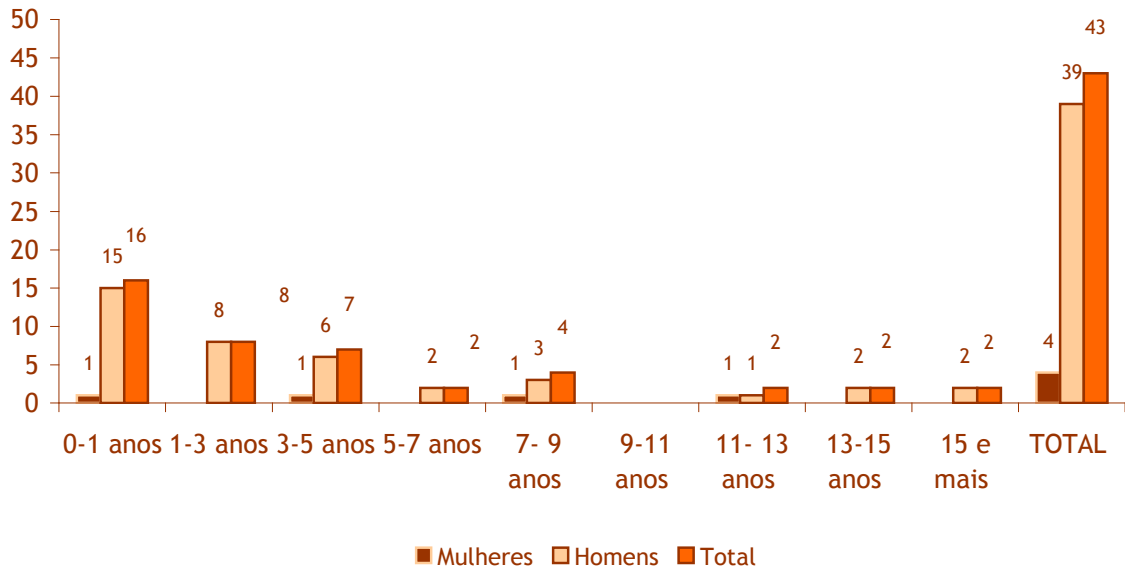
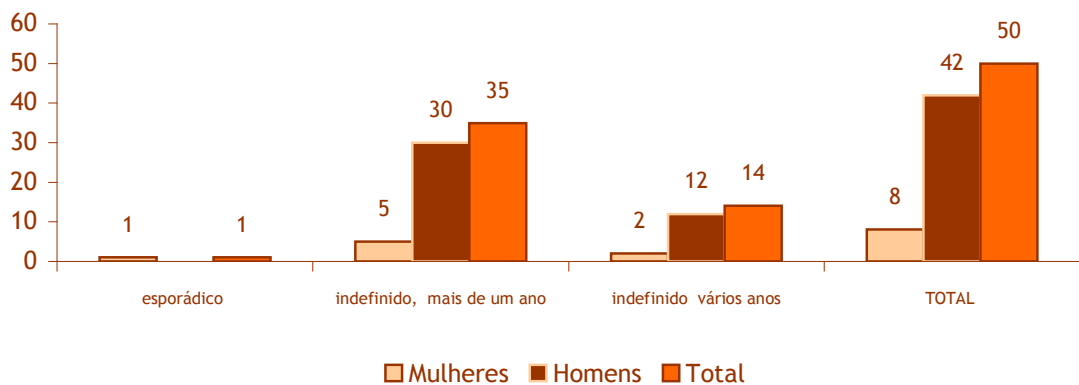


Gráfico 28 - Tempo de rua - Períodos indefinidos



A leitura sobre os dados de adesão ao centro de abrigo (sabe-se que é aquele que garante à partida a entrada directa da rua, sem mais exigências ao nível do designado “projecto de vida”) indica que no universo de pessoas contactadas só a quarenta e oito é colocada a proposta de entrar no centro (Gráfico 29). Das questionadas sobre essa

possibilidade, trinta e quatro responde que não, e onze aceitam apesar de cinco saírem num prazo muito curto, permanecendo apenas uma noite ou algumas horas, outros passando um mês ou dois (Gráfico 30) .

Gráfico 29 - Motivação para ingresso em Centro de Abrigo

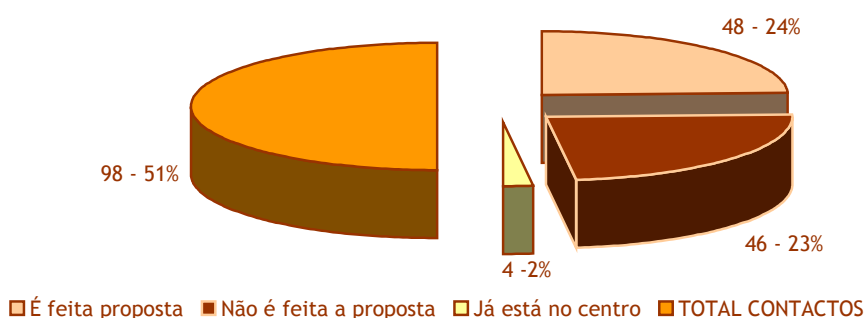
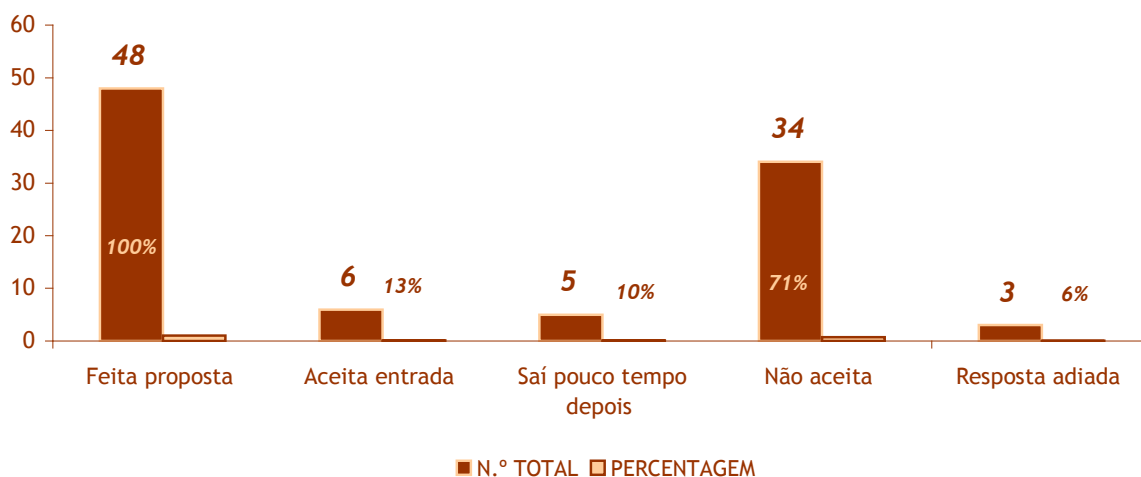


Gráfico 30 - Reacção à proposta de ingresso em Centro de Abrigo



O grupo, restrito, de pessoas que decidiram entrar no centro é também heterogéneo. O relato seguinte passa-se junto de um grupo de imigrantes, de diferentes nacionalidades,

dois deles vão querer ir dormir ao centro. Estes dois homens de nacionalidade Ucraniana e Lituana vão entrar no Centro, chove e as noites estão frias, mas a sua permanência acabará por ser curta voltando depois à rua,

É feita a pergunta se quer ir dormir para um Centro. O Artur responde que quer ir connosco, procura um papel dobrado e embrulhado cuidadosamente num pedaço de jornal. Este papel é um ficha de encaminhamento, numa equipe de rua de 4 de Janeiro, onde está registado o nome e sobrenome dele. Mas há ainda alguma hesitação, como e quando irá. Também outro companheiro, o Vânia, diz querer ir (extracto de diário de campo de 19 de Fevereiro de 2007).

Durante as acções nocturnas, dos serviços de limpeza da autarquia, numa arcada da Rua da B. dorme um grupo de homens, pontualmente uma mulher, “Com a equipa desta noite é sugerida a hipótese a alguns deles de irem pernoitar, no caso de haver vaga, a um centro de abrigo. Um dos homens aceita ir (extracto de diário de campo, 25 de Março de 2007).

No mesmo local, mas durante uma acção de limpeza diurna, “Um deles queria ir para o Centro, é um jovem de origem paquistanesa. O contacto com o Centro já tinha sido feito e iriam depois levá-lo mas onde teria de esperar pelas seis horas da tarde para entrar “(extracto de diário de campo de 2 de Fevereiro de 2007). Este jovem explicou que estudou no Paquistão até à Universidade, mas veio tentar a sua vida fora. Em Portugal tem conseguido alguns trabalhos, quando assim acontece arranja um quarto onde dormir, agora está sem trabalho e aceita ir para o Centro.

O único caso que se sabe ter entrado e permanecido no centro durante o trabalho de campo foi o João. É calceteiro do profissão, algarvio e a vida da rua deixou-o assustado.

Nos últimos meses ficou sem trabalho, a casa arrendada ficou para trás, não tinha dinheiro para a pagar e sentindo a pressão do proprietário acabou por deixar a casa e rumar novamente a Lisboa. Chegou na terça feira e ficou a pernoitar nas arcadas do Teatro D. Maria.. Numa destas noites, enquanto dormia, tinha o saco com fruta ao lado dele, apercebeu-se que um grupo de indivíduos que ali passou tirou-lhe o saco, mas ele: - fiquei quieto e calado, não me mexi. Estes indivíduos andam a tirar a quem já não tem nada. (...) O trabalho é a sua prioridade, e tentar depois organizar a sua vida, não depender dos centros” (extracto do diário de campo de 16 de Março de 2007) .

Uns meses mais tarde regista-se que “Não conseguiu ainda um trabalho mais consistente, por enquanto trabalha a distribuir publicidade. Já foi ao centro de emprego, queria consultar a *net* mas não sabe. O seu sonho era trabalhar em Inglaterra. Não sabe

falar inglês mas não parece intimidado com isso (extracto do diário de campo de 9 de Maio de 2007).

As razões da recusa foram sendo organizadas em categorias que permitissem um tratamento estatístico com o objectivo de perceber o tipo de representações sobre o centro. A relação entre os motivos invocados por homens e mulheres não é comparável, uma vez que o universo de homens e mulheres, a quem é proposta a entrada no centro de abrigo, é desproporcional. Os homens são 32 e as mulheres apenas 2 (Gráficos 31e 32).

Gráfico 31 - Motivo de recusa à proposta de ingresso no centro, invocado por mulheres

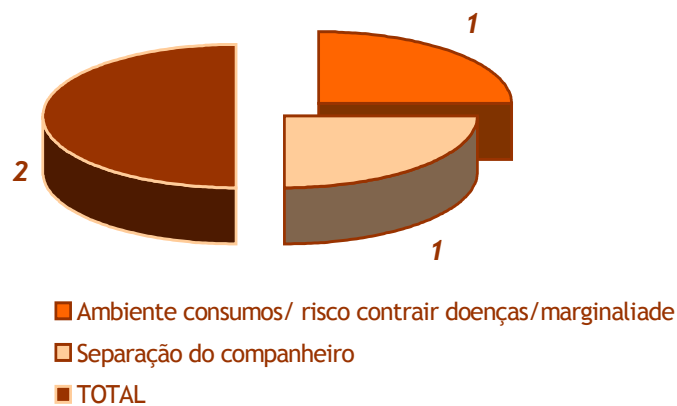
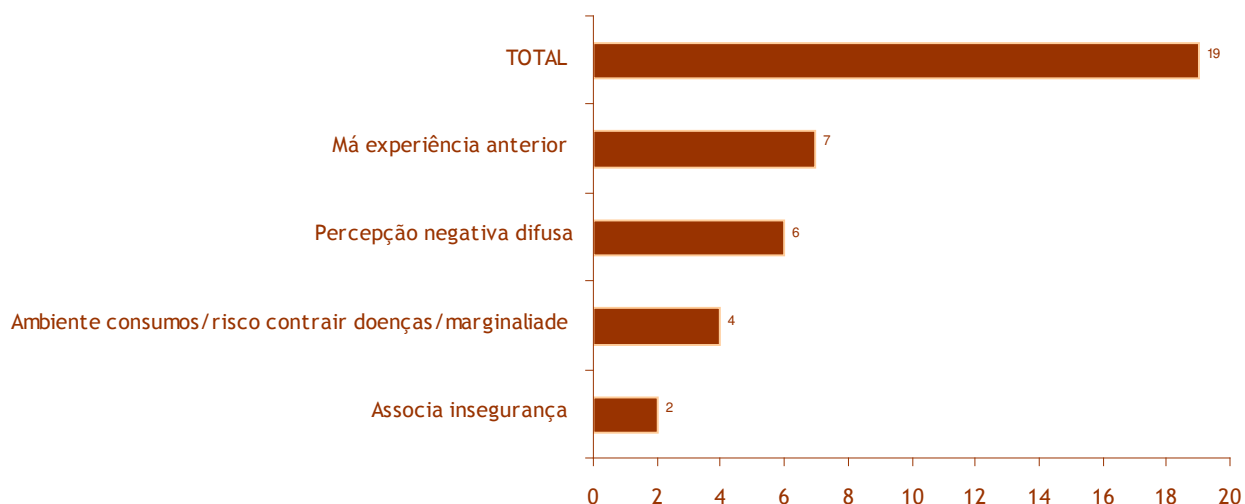


Gráfico 32 - Motivos de recusa à proposta de ingresso no Centro, invocado por homens



Procedeu-se a uma tentativa de organizar os motivos que fundamentam a recusa em dois grupos distintos, por um lado os que pressupõem uma representação negativa das condições (Gráfico 33) e os que representam as perdas, caso viessem a entrar no centro (Gráfico 34).

Gráfico 33 - Motivo de recusa invocado - representação negativa do centro



Os dados disponíveis de Menezes, no estudo já mencionado, apontam para o facto de que “escolher um centro nocturno é percebido negativamente pela persistente imagem de insegurança explicado igualmente pela presença simultânea de toxicodependentes (Menezes, 2007).

A questão dos consumos é, pois, invocada tanto por pessoas que nunca fizeram consumos como pelos que estão a tentar “sair” da dependência. As razões referidas por quem já consumiu, ou ainda consome, são as dificuldades de encontrar um ambiente que o incentive a “sair”.

O estudo apresentado em Setembro 2007, na Conferência da FEANTSA, em Lisboa dava conta de uma pesquisa onde se sublinhava a influência do alojamento e das redes sociais informais no sucesso ou insucesso das terapias,

The aim of de research is to explore the ways in which housing status and location influences substances misuse and the sucess/failure of purposeful engagement with therapy”... The participants all had experience of being homeless and of substance misuse. Informal social networks have been an intrinsic part of their stories, both in the development of drug habits, and in attempts to alter lifestyles (Doherty, Joe, 2007).

Este homem, jovem, confronta a equipa com o tipo de resposta, “coloca muitas questões sobre o tipo de centro que se propõe para os acolher. Diz que nesses centros é

quase tudo pessoal que se droga. Ele está a tentar sair, já fez uma desintoxicação sozinho” (extracto do diário de campo de 4 de Fevereiro de 2007, Martim Moniz).

Outro testemunho associa também o local a consumo e mais uma vez a perspectiva é de que ali não será fácil “sair” “- e não é só essa questão, até podíamos tentar ultrapassar, mas é o ambiente que se vive lá dentro, consome-se, vive-se droga, fala-se de como se vai “fazer” o dia. Ora eu quero sair da marginalidade!! “(extracto do diário de campo de 12 de Abril de 2007, Praça do Areeiro).

As pessoas que entraram a fazer consumos e mais tarde iniciaram o programa de substituição, com metadona ⁴², têm por vezes dificuldade em se manter no programa, considerando o ambiente, as conversas, “ - é difícil ouvir as conversas, aquilo às vezes mexe connosco” (extracto do diário de campo de 12 de Abril 2007).

Outros não têm experiência de consumos mas, quer tenham estado no centro ou não, recusam invocando a mesma razão, “ - se nos dissessem tens ali um lugar para ficares... mas as hipóteses que nos dão não servem, no Centro, estamos nos balneários, há gente a injectar-se, a consumir, gente com HIV, com tuberculose, não dá”(extracto do diário de campo de 8 de Março de 2007).

Este testemunho é sobre o que se designou de situações de “má experiência”,

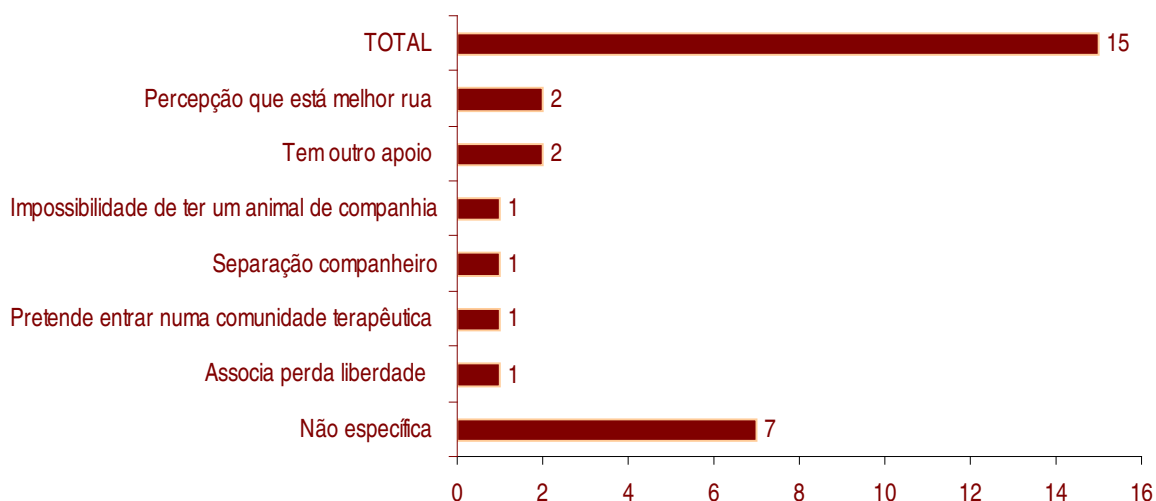
Já estive uma vez no Centro. Estive apenas uma noite. Nunca fiz consumos e quando lá fiquei acordei com uma pessoa a consumir/ injectar-se, tombado em cima de mim. Não quis ficar mais outra noite. Despedi-me dizendo que não é para mim..... Prefiro ficar na rua até ver..” (extracto do diário de campo de 4 de Julho de 2007) .

Reconhece-se a estratégia de não confrontar os técnicos adoptando estratégias de adiamento, por exemplo com a frase “:- hoje não dá jeito” ou “ficam de pensar se querem ir para o Centro. Combina-se voltar mais tarde, daqui a uma hora. Talvez valha a pena...Vão acabar por não querer ir...” (extracto do diário de campo de 1 de Março de 2007).

⁴² Metadona é um ópioide sintético, eficaz por via oral de absorção lenta e com um longo período de acção, permitindo uma única toma diária. O uso controlado da metadona, nas doses prescritas e sob supervisão médica, permite evitar os efeitos físicos decorrentes da abstinência, também conhecidos por “ressaca”, permitindo também normalizar o funcionamento cerebral, eliminando o “craving” (compulsão para o consumo de heroína). Isto possibilita a reintegração social e faz com que seja reduzido ou eliminado o contacto com ambientes de risco” in folheto da A: Vitae, Fev. 2007

“Dormem aqui dois homens. Nenhum deles pretende ir para o Centro. Dormem aqui, deixam tudo limpo durante o dia (extracto do diário de campo de 1 de Fevereiro de 2007). Sucedem-se as situações que o centro não constituiu alternativa para a saída da rua, estiveram e não querem voltar, “já estive, não quer voltar...”(extracto de diário de campo de 26 de Abril de 2007). Por vezes a permanência é mesmo muito breve “...já lá estive, saiu ao fim da uma noite” (extracto de diário de campo de 17 de Maio de 2007).

Gráfico 34 - Motivo de recusa invocado - percepção de perda



Os outros motivos de recusa prendem-se com a perda de condições, o não poder ter o animal de estimação consigo ” :- tenho o cão e como não o posso ter lá, o centro não aceita animais, também não o vou abandonar” (extracto do diário de Campo de 12 de Março de 2007), seja o sossego, o silêncio “: - não está interessado em sair daqui, está bem, dorme bem, toda a noite. No centro fazem barulho, falam, tosse, ressonam é uma confusão, ali ninguém o incomoda” (extracto do diário de campo de 26 de Junho de 2007).

Noutras situações é a desconfiança sobre o que lhe irá acontecer, a percepção de falta de liberdade. Este homem é referenciado como doente mental pelos técnicos, reage à

proposta do centro ”: - ficar fechado que nem um cão? ”(extracto do diário de campo de 7 de Março de 2007).

Há recusas que apenas valorizam o local onde se está, sem referência ao centro. O espaço surge como um território de protecção, outros motivos não são explicitados,

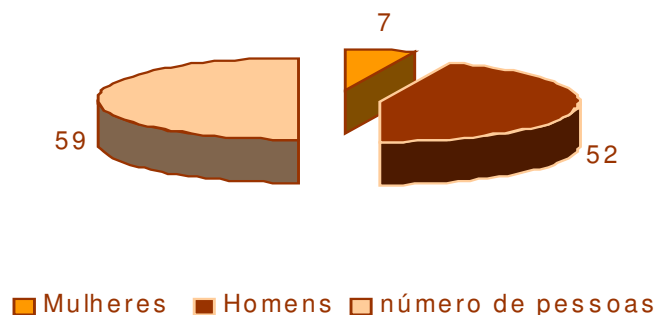
(...) prefere estar aqui, está-se bem .. Prefiro estar aqui no meu hotel, é tudo meu,”...“perguntam-lhe se nunca pensou em ir para um centro dormir...Diz que não, está ali bem, não precisa de nada. Aquele local é protegido do vento e chuva, as pessoas já o conhecem muito bem...”(extracto do diário de campo de 1 de Março de 2007).

Neste caso o Arnaldo estava com ar descontraído de quem ia ficar no banco da Praça em vez de regressar. Tem uma esquizofrenia, acompanhada clinicamente e percebe-se a conflitualidade e a perturbação que o centro pode gerar em especial pela falta de silêncio,

“O Arnaldo que quer mudar para outro centro, está lá há 5 anos....agora está há algumas noites na rua, é tempo de verão e sente-se melhor cá fora... “ (extracto do diário de campo de Julho de 2007).

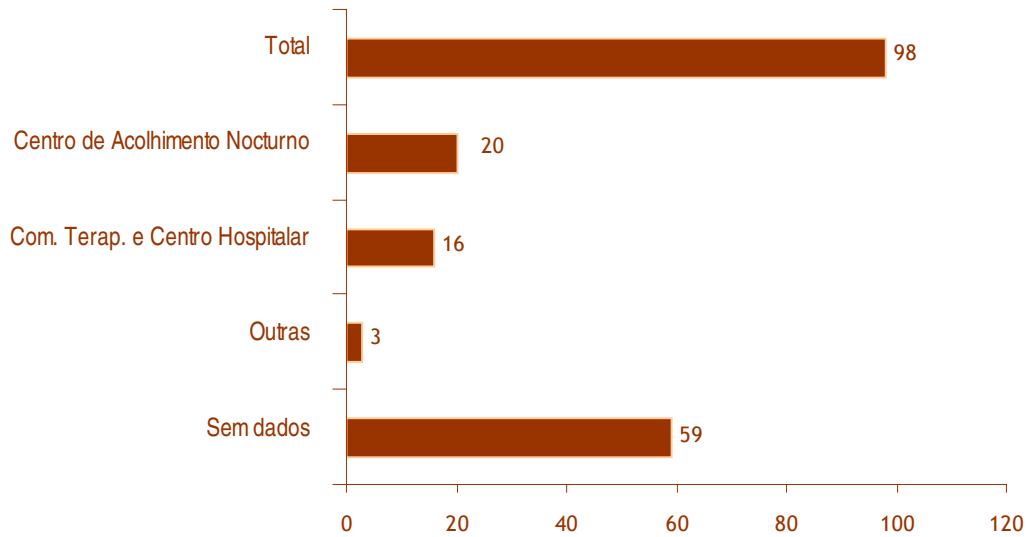
Os dados apresentados sobre o percurso institucional, das pessoas de que se tem vindo a falar, mostram que não foi possível conhecer, num grupo significativo, a sua experiência anterior em acolhimento ou comunidade, conforme podemos perceber pelo Gráfico 35, uma vez que não se dispõe de dados sobre a maior parte das pessoas.

Gráfico 35 - Sem dados de percurso institucional – Situação actual na “rua”



Sabe-se, contudo, que vinte tiveram experiência anterior em centro de abrigo, acolhimento ou albergue, dezasseis em comunidades terapêuticas ou unidades hospitalares e três se encontram em alojamentos alternativos, como quarto ou pensão (Gráfico 36).

Gráfico 36 - Percurso institucional – Experiências anteriores



Do universo de pessoas, vinte, que tiveram experiência anterior em centro de abrigo/acolhimento, quinze estão actualmente na rua (Gráfico 37) e apenas cinco se mantêm em centro de abrigo/acolhimento, com estadias que oscilam entre os oito anos e menos de um ano. (Gráficos 38).

Gráfico 37 - Experiência de Centro de Abrigo/Acolhimento anterior - Situação actual na “rua”

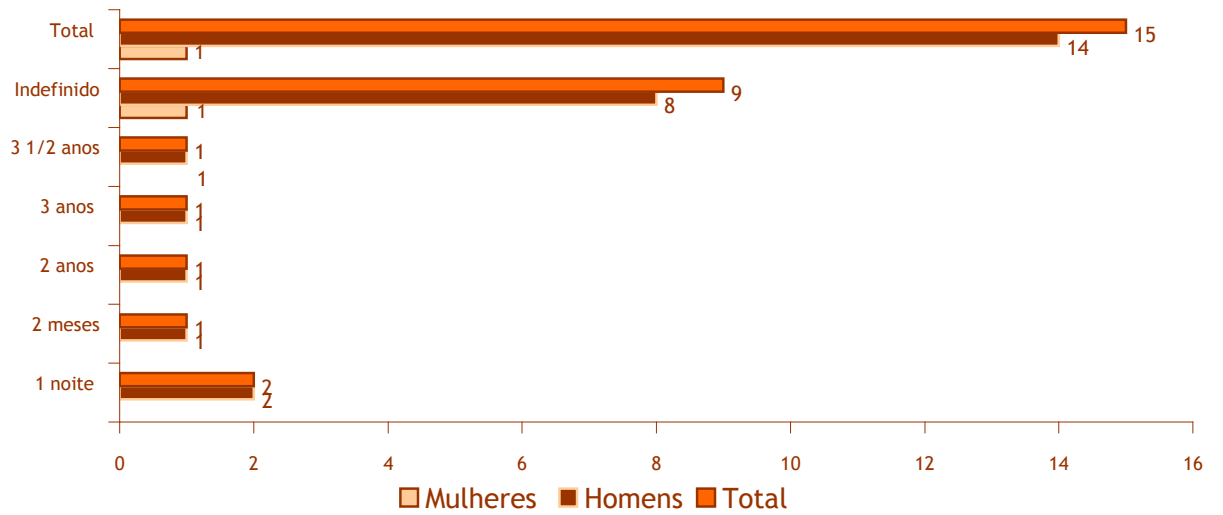
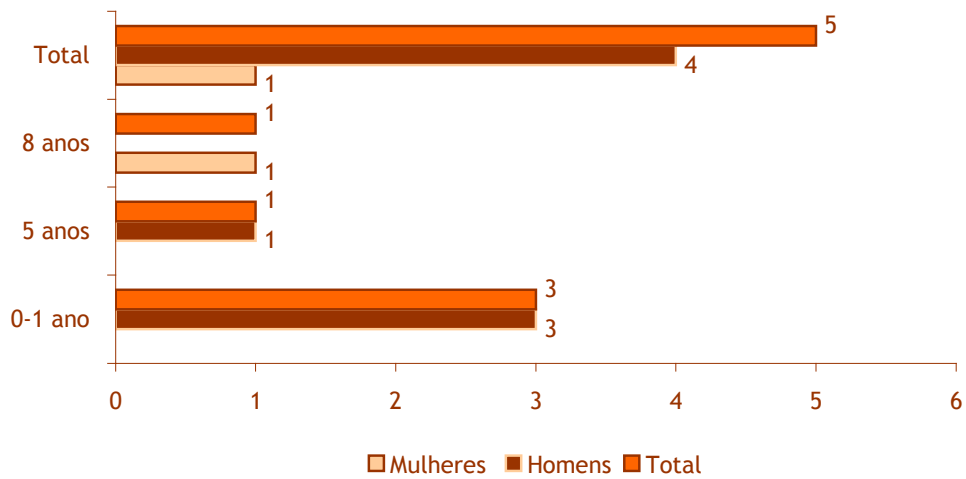


Gráfico 38 - Situação actual em Centro de Abrigo/ Acolhimento



5.2. O Abrigo

“Autores como Shinn et al. (1990), defendem que a solução definitiva para as situações de sem abrigo não reside no fornecimento de abrigo temporário (...)” (Sousa, F.; Almeida, S. 2001:301), contudo e porque os problemas conjunturais são de resolução morosa deve-se conduzir a nossa atenção “sobre a qualidade dos abrigos existentes e dos serviços que neles, e fora deles, se prestam” (ibidem).

O início do trabalho de campo, no centro de abrigo, acontece só em Abril, após os dois primeiros meses de terreno. O centro escolhido, para observação, é um centro com dez anos de existência, cujas entidades promotoras são a Câmara Municipal de Lisboa, o Instituto de Segurança Social e a Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional Social-VITAE, designado no seu regulamento como Centro de Acolhimento do Beato ⁴³ e que de acordo com o antigo Plano LX “é uma unidade de acolhimento temporário que funciona como resposta imediata ao trabalho desenvolvido pelas Equipas de Rua, prevendo a reinserção social e profissional de cada indivíduo” (CML,2002-2005:101). Conhecer o Centro e as pessoas que aí pernoitam, fazia parte do objectivo inicial da pesquisa, mas acabou por ser reforçado pelo facto de ser representado negativamente pelas pessoas que vivem na rua.

Os objectivos definidos no diploma legal, tornam este um

(...) espaço de pernoita e destinado a contribuir para a melhoria das condições de dormida de toxicodependentes sem enquadramento sócio-familiar e para a aproximação destes aos sistemas sociais, procurando o afastamento de meios propícios ao consumo, bem como o seu encaminhamento social e terapêutico (Decreto Lei nº 183/2001 de Junho).

Existe um Regulamento Interno o qual estabelece: o enquadramento de funcionamento, admissões e registo, critérios de admissão, horários, higiene pessoal, serviços de lavandaria, obrigações dos utentes, normas complementares a seguir, e as sanções em caso de falta de cumprimento das normas. Se o centro tem como objectivo “assegurar todos os meios que possam levar à dignificação desta população”(Decreto Lei

⁴³ O Centro é identificado no Plano LX como Centro *de Abrigo* do Beato, mas no Regulamento das entidades promotoras, CML, ISS, I.P. e Associação VITAE é identificado como Centro de *Acolhimento* do Beato.

nº 183/ 2001 de Junho) procura-se perceber as condições, estar face a face no espaço institucional, entender as interações, os usos, os espaços.

A abordagem de Goffman sobre o impacto das características de certos meios institucionais - isolamento físico e simbólico do meio de pertença; processos de mortificação, (cerimónias de admissão, degradação da auto-imagem, contaminação e despossessão),ê...) - na estruturação da auto imagem e identidade do internado, colocava a grande questão dos efeitos paradoxais das instituições de controlo social, ou seja, a divergência que existe frequentemente entre determinados traços constituintes da vida social no interior de certas instituições e aqueles que são entendidos como os seus objetivos oficiais (manifestados e/ou propostos) (Bastos, 1997: 27).

Antes de se iniciar regularmente as presenças no centro, acompanhou-se uma equipa de rua para encaminhamento de um jovem. Registaram-se na altura as impressões sobre o processo de admissão,

(...) forma-se uma fila exterior ao centro, mesmo chovendo as pessoas mantêm-se no exterior até que seja hora da técnica se colocar por trás de um balcão, (a altura do balcão deve ser de um metro e vinte), a técnica está sentada, tem de erguer a cabeça para olhar as pessoas que vão entrando e que devem identificar o seu número de admissão. É esta que regista a sua entrada, todos precisam de saber o seu número, (não os que acedem a primeira vez, claro) e garantir a vaga no dia seguinte (extracto do diário de campo de 29 de Março de 2007).

Durante o período de presença no centro, o ritual de entrada, a identificação segundo o número atribuído sempre se repetiu. Sendo atribuído uma primeira vez, pode ir mudando de acordo com as camas vagas do centro. A admissão de primeira vez é realizada no balcão, no espaço de Recepção, não havendo lugar a um contexto de privacidade.

Relata-se aqui uma situação de recusa de acolhimento, em que se percebem algumas contradições de critério de admissão.

Um homem com aspecto muito frágil, muito magro e doente, pede para ficar. Está de “castigo” até 4ª feira em “Alcântara” (Centro de...). A técnica não aceita, diz que não foi encaminhado, pede que se sente e aguarde. Não é possível saber os argumentos, mas o homem sai, não lhe é permitido pernoitar. A Maria diz que há ordens específicas para ser aceite toda a gente, há vagas e sejam ou não encaminhadas podem entrar. Contradição e exercício arbitrário do poder dos técnicos...”(extracto do diário de campo Abril 2007).

Não tendo encontrado espaço mais habilitado para observar e participar no contexto de interação, optou-se pela Recepção. Este é sem dúvida um espaço privilegiado, quem está a pernoitar no centro, entra, dá o seu número para confirmar a estadia, alguns fazem-no

rapidamente, outros perguntam por correspondência, pedem para falar com o técnico x, para o despertar no dia seguinte, ou pelo contrário agurardam algum recado dos técnicos; marcação de atendimento, uma repreensão.

A impressão dos primeiros contactos vai confirmando a imagem que as pessoas transmitem na rua. As instalações resultam de uma adaptação de uma antiga fábrica. A capacidade de dormida, 271 camas, está repartida por camaratas que vão de 4 a 20 camas. Partilham este espaço de pernoita, pessoas com consumos de substâncias, outras em programa de substituição, “metadona”, pessoas com dependência do álcool, outros sem quaisquer consumos, também pessoas com doença mental ou física, desde que “autónomos”, por vezes jovens, idosos...

No centro nenhum espaço, destinado aos utentes, configura privacidade aos seus utilizadores, nem os quartos, nem mesmo as salas de banho comuns, em que não são colocadas portas interiores. As divisões improvisadas das camaratas não permitem isolamento de som, estamos em espaço aberto, o silêncio é, aqui, um bem precioso, durante a noite há sempre ruído, se o centro estiver lotado são 271 pessoas em espaço aberto.

Na conversa do pátio há outro rapaz, conhecido de alguns dias anteriores... Ele está há dois anos no centro, entrou directamente da rua, fazia consumos, que deixou e está em programa de metadona, passou das 100 mg a 30. Vai tendo paciência para estar ali, o pior são as noites, acorda seis e sete vezes (extracto do diário de campo de 22 de Maio de 2007).

As pessoas com experiência de doença mental são particularmente afectadas por esta circunstância. Hoje em dia é reconhecido pela Organização Mundial de Saúde, o modelo de Saúde Mental Comunitária, como o modelo capaz de contrariar a exclusão e o isolamento das pessoas com doença mental. As actuais tendências vão no sentido da perspectiva dos direitos humanos, o *empowerment*⁴⁴ e a participação das pessoas com experiência de doença mental no planeamento e avaliação dos seus projectos e também dos serviços que lhes prestam cuidados.

⁴⁴ O *empowerment* assenta no princípio de que é necessário conceder às pessoas o poder, liberdade e informação que lhes permita participar activamente e tomar decisões, o que no contexto específico significará tomar, antes de mais, decisões sobre o seu próprio percurso.

O que se tem constatado, tal com o António Bento refere, é que as alternativas ao modelo de institucionalização não tem tido capacidade de dar resposta a situações de saúde mental que acabam por ser, como neste caso, acolhidas em espaços que não lhes conferem o apoio necessário (Bento, 2002).

Uma vez admitida, cada pessoa terá atribuída uma cama e um cesto de arrumos. A cama deverá ser desmanchada todos os dias e a roupa ficará dobrada aos pés da cama. São determinações do regulamento. No cesto deverão ser guardados todos os objectos pessoais e apenas os que aí couberem. Caso não exista espaço terão de se desfazer dos seus haveres. Este foi um dos assuntos que logo na admissão constituiu resistência e algum conflito.

Dentro das instalações todos devem usar vestuário do próprio centro. Normalmente um fato de treino mas que alguns chamam de “pijama”. As faltas de cumprimento das normas, cuja prática incorre na aplicação de sanção disciplinar, avaliada pela equipa técnica, parecem surgir de modo indiferenciado quanto à gravidade dos actos. São considerados, de acordo com o Regulamento, os actos de agressão física e verbal aos “funcionários ou companheiros”, porte de arma, roubo, consumo de bebidas ou drogas, mas também não arrumar a cama (os lençóis e cobertores devem ficar dobrados aos pés da cama) e sair do centro, após a entrada, sem ter obtido autorização prévia.

Erving Goffman ao identificar diversos tipos de “instituições totais” chama a atenção para o aspecto central de todas elas e que descreve como “a ruptura das barreiras que separam as três esferas da vida, dormir, lazer e trabalhar, com diferentes co-participantes. Deste modo numa “instituição total” todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade, cada fase da vida diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Por último todas as actividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma actividade leva à seguinte, e toda a sequência de actividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários (Goffman, 2001).

“O controle de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos completos de pessoas – é um facto básico das instituições totais” (Goffman, 2001: 18).

No modo de funcionamento do centro podemos identificar uma vocação para o grupo de instituições totais que Goffman denomina de “locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional” (Goffman, 2001:16-17). Pode discutir-se a pertinência de considerar o centro de abrigo uma instituição total ou não. É verdade que não existe uma ruptura com o mundo exterior, pois todos os que aí pernoitam passam várias horas por dia na rua, mas existem sem dúvida inúmeros traços que configuram o funcionamento de uma qualquer instituição totalizante, seja realizar cada fase da vida diária na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto, sendo estas actividades diárias rigorosamente estabelecidas em horários.

Das entrevistas prolongadas realizadas no centro, com pessoas que aí pernoitam, foi o critério do tempo de permanência (alguém que estava a pernoitar há menos de um mês, outra há menos de um ano e por fim alguém que aí se encontra há vários anos) que inseriu alguma selectividade na opção destas e não de outras pessoas. Os pequenos documentos pessoais que se apresentam, pretendem introduzir, na muito breve análise que se fez do centro, a concretização de alguns traços que foram sendo sugeridos.

5.3. Três retratos

O Jorge de 44 anos, nascido no Porto, viúvo, sofre de uma doença neurológica hereditária, crónica e progressiva que lhe dá instabilidade e desequilíbrio no andar. Está no Centro há um mês.

A doença precoce desencadeia a situação de desemprego. Decide deixar a casa, cujos encargos já não consegue suportar. Sai com a roupa e um saco com alguns haveres. Na rua, opta pela Praça do P. , era já um local onde se sentia bem :- Costumava vir para aqui ainda muito antes, nos dias de folga. Gostava do Jardim. Na primeira noite, Inverno, fica na paragem de autocarro, não dorme. Tem frio, medo e fome também. No dia seguinte procura outro local, vai até à porta do Museu, sente que está mais resguardado, pode dormir com alguma segurança. Nesse dia continua sem comer. Está há dois dias com fome mas não é capaz de pedir, não é capaz de “arrumar carros”(diário de campo de 29 de Maio de 2007).

Depois deste período acaba por aparecer uma carrinha de distribuição de alimentos, deixam dois iogurtes, duas sandes e duas peças de fruta. O Jorge não pede nada. Pensa

que já é uma sorte alguém trazer alguma coisa. Aguarda. Fica sem medicamentos, piora a sua situação. Finalmente a proposta de entrada no centro que aceita com alívio.

Aqui as dificuldades de mobilidade, o horário de funcionamento levam a que o Jorge passe as horas de espera (nove horas diariamente) sentado num muro ali perto. Fica com algumas sandes do pequeno almoço e aguarda pacientemente. Durante o dia fica por ali. Alguns dias mais tarde vai com H. para a Baixa, ela paga o bilhete. Mas nem sempre dá para ir. Por vezes chove.

Na primeira consulta, depois que ficou na rua, é H. quem acompanha o J., dificuldade nos transportes, pagamento de bilhetes, ele está à espera dos papeis para a reforma” (extracto do diário de campo de 22 de Maio 2007).

A Margarida, que também pernoita no centro e com doença mental, passará a dar apoio nas horas em que fica de novo na rua, levando-o junto consigo, dividindo o que pode. Ela tem 51 anos, nascida em Moçambique, solteira, tem experiência de doença mental crónica, ficou na rua há treze anos e no centro há cerca de oito anos,

A Margarida pernoita no centro há cerca de oito anos, pinta aguarela, fica depois na rua a vender :- Tenho que passar muitas horas do dia na rua!! pinta aguarela, desenha, escreve poesia. Não frequentou escola de Belas Artes mas viveu 19 anos com um artista plástico e foi com ele que aprendeu. Diz em voz alta os poemas que escreveu há vários anos (extracto do diário de campo de 9 de Maio 2007).

Gostava de ter feito o curso de Belas Artes, mas ficou apenas com o Liceu - curso de Filosofia. Quer pedir apoio para quarto. Mais tarde sabe que lhe foi indeferido o Rendimento Social de Inserção (decerto por se encontrar no centro). Já esteve noutra centro, mais pequeno, decidiu regressar por alegada incompatibilidade com o médico e terapêutica prescrita.

As pessoas com doença mental estão sujeitas a condições particulares de perturbação. O Centro não oferece fisicamente condições de privacidade, silêncio, sossego.

A Margarida tem necessidade de reforçar a medicação, falta o descanso, o silêncio...As suas maiores dificuldades são dormir no centro “:- Tenho de tomar mais comprimidos para dormir, senão não descanso durante a noite, quase nunca há um momento de silêncio (extracto do diário de campo de 22 Maio 2007).

O António é natural de Angola, 40 anos, solteiro, viveu até há muito pouco tempo sem qualquer documento de identificação.

Com 4, 5 anos de idade chega a Portugal. É recebido como outras famílias, fugidas da guerra, pelo IARN – Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais.

Como não tem documentos, não tem qualquer identificação, fica impedido de frequentar a escola em pleno direito. Vive com a avó, o pai não o reconhece como seu filho e nunca lhe disseram quem era a mãe. Sai de casa com 13 ou 14 anos, é acolhido e vive dez anos com uma família de etnia cigana, onde se sente acolhido “como um filho”. Depois o seu percurso vai sendo feito de várias detenções, consumos, pequenos ilícitos.

Apesar de presente à justiça, por diversas vezes, continua sem qualquer identificação. Apátrida, cidadão português? Nas diversas detenções nunca pôde apresentar documentação, ninguém promoveu a resolução desta situação, essencial para exercer os seus direitos e obrigações. Mas reconhece que “a prisão foi sempre “boa” para ele. Obrigava-o a parar de fazer asneiras” (extracto de diário de campo 16 de Junho 2007).

Passa por todas as dificuldades que se possam supor na condição de “clandestino”. Procura ocupação, mas trabalhar nas obras, sem documentos, expõe-no a todas as arbitrariedades.

Recentemente, um amigo de infância, ajuda-o a enfrentar as dificuldades burocráticas e conseguiu uma “autorização de residência”.

Finalmente está a fazer formação numa Unidade de Inserção na Vida Activa UNIVA⁴⁵ e a trabalhar num part-time.

A entrada no Centro de Abrigo foi sendo intermitente. Já esteve aqui diversas vezes e volta a sair. Da última vez que esteve detido (há cerca de três meses) foi para cumprir uma pena por delito relativo a pequena infracção...) Cumpriu dois meses, não foi mau. Agora aqui no centro é que não é fácil.

⁴⁵ Conforme Despacho Normativo 27/ 96, “entende-se por Unidade de Inserção na Vida Activa, UNIVA, qualquer tipo de organização ou serviço, devidamente acreditado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, designado por IIEFP, que preste apoio a jovens na resolução dos seus problemas de inserção ou reinserção profissional, em cooperação com os centros de emprego. A UNIVA tem como objecto específico o acolhimento, a informação e orientação profissional e o apoio e acompanhamento dos jovens em experiências no mundo do trabalho e na procura de uma formação e ou emprego.

Conclusões

Propõe-se com este trabalho melhor compreender a realidade específica das pessoas sem abrigo/ sem tecto, partindo de diferentes domínios de análise; o discurso, técnico ou académico, produzido sobre a situação das pessoas sem abrigo, perante o qual se aferiram as reflexões da investigação realizada a nível europeu bem como se percorreram alguns dos trabalhos que no contexto nacional, e em particular sobre a cidade de Lisboa, foram produzidos nos últimos quinze anos; o discurso produzido por outros actores da cidade, como seja o cidadão comum, agentes públicos, comerciantes e/ou empresários, procurando-se através dele reconhecer como são percepcionadas as pessoas sem abrigo que permanecem no espaço público e privado, e como tal suscitam um conjunto de reacções dos mesmos.

Um último plano de aproximação, pesquisa etnográfica procurou uma leitura através das histórias pessoais recolhidas na rua ou em centro de abrigo, da observação do relacionamento entre pares, da sua organização do quotidiano, reconhecendo as suas competências e reinvenções adaptativas, as suas “experiências de cidade” como um processo negociado no espaço físico e socialmente heterogéneo da cidade.

Do ponto de vista analítico considerou-se pertinente a abordagem do interaccionismo simbólico e das teorias de reacção societal, partindo do elemento básico da imagem interaccionista, isto é, o indivíduo e a sociedade constituem unidades inseparáveis, e da tese das teorias de reacção societal segundo as quais o desvio real é essencialmente o resultado da aceitação e da conformidade nas esperanças negativas implícitas nas «rótulos», *labels*, que se atribuem a quem reage como desviado, conceptualizando a marginalidade não como uma qualidade do acto que a pessoa comete, mas como uma consequência da aplicação por outras pessoas, de regras e sanções a um «transgressor» (Bastos, 1997).

Coerentemente procurou-se olhar a cidade a partir de um duplo critério epistemológico e metodológico que coincide com o que Ulf Hannerz denominou de perspectiva relacional, uma cidade com estruturas sociais de domínios múltiplos, devendo ser dada especial atenção às formas e graus de inter-relações entre papéis quer no interior dos domínios quer entre eles (Hannerz, 1980).

Perante as dificuldades de equacionar o recorte de pesquisa da cidade, foi a rua, “experiência e suporte de sociabilidade” o contexto empírico da pesquisa, a rua identificada pelo olhar antropológico e recortada desde outros e variados pontos de vista, oferecidos pela multiplicidade dos seus utilizadores, suas tarefas, suas referências culturais, seus horários de uso e formas de ocupação.

Talvez possamos reconhecer outros recortes, como “pedaços”, no sentido em que José Magnani os define com uma lógica particularizante, agrupando os semelhantes e distinguindo claramente os de fora, percebido como aquele espaço intermédio entre o privado e o público onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais individualizadas” (Magnani, 2005).

Discutiu-se o conceito de sem abrigo, na sua relação com a pobreza, exclusão e marginalização social, nas diferentes perspectivas sejam as perdas distributivas e, ou relacionais.

Dragana Avramov, sobre esta discussão, reconhece que numa “visão mais alargada sobre a sociedade e grupos vulneráveis apenas uma pequena proporção de pessoas muito pobres se tornam sem abrigo. Porém, quando limitamos a perspectiva a pessoas sem abrigo, a pobreza parece ser o denominador comum. Todas as pessoas sem abrigo são pobres” (tradução livre de Avramov, 1999:4).

A reflexão de Serge Paugam permitiu esclarecer melhor esta perda a nível distributivo e do seu impacto no nível relacional. Afirma o autor que o enfraquecimento dos laços sociais se verificam essencialmente durante as duas primeiras fases do processo de desqualificação social – fragilidade e dependência dos serviços, e que quanto maior for a instabilidade profissional maior probabilidade haverá de nenhuma relação ser mantida.

Num primeiro domínio de análise podemos concluir, relativamente à investigação europeia efectuada, que as medidas políticas adoptadas têm sido tradicionalmente influenciadas pela forma como se percebe o problema. Também o afastamento social das pessoas sem abrigo tem sido interpretado como um estilo de vida, uma escolha individual, aliado à visão do sem abrigo como consumidor e abusador de serviços e recursos públicos.

Assim, esta persunção leva ao axioma de que, quanto maior for o número de serviços vocacionados para os sem-abrigo maior será o número de consumidores, pese embora a pesquisa efectuada por Avramov que demonstra que quanto maior for o número de pessoas acompanhadas, mais baixo será o risco destes se tornam sem abrigo.

Conclui a autora que a percepção social da situação de sem abrigo como situação marginal que afecta um número pouco significativo de pessoas, determina largamente o alcance da acção política, percepção da responsabilidade social e distribuição de recursos públicos para enfrentar a privação de habitação... (Avramov, 1999).

Estas diferenças levam a que a política europeia sobre exclusão habitacional, em 1990, reflecta por um lado uma consciência de que a situação de sem abrigo pode persistir como um problema social sério porém, revela desacordo quanto à natureza do processo social que gera ou conduz à exclusão habitacional.

Verifica-se que, nos países que conceberam as medidas anti – pobreza focadas em meios de subsistência mínimos e assistência de emergência para sem abrigo, e prosseguiram nos anos 80, uma política de desresponsabilização dos fundos públicos da habitação permanente para grupos sociais vulneráveis, o risco de situação sem abrigo persiste (Avramov, 1999). Em muitos países a falta de uma política habitacional dirigida a grupos de baixos rendimentos tem-se revelado uma lacuna grave no sistema de protecção social.

No Sul da Europa perante a ausência de políticas consubstanciadas em medidas de efectivas, o suporte privilegiado tem sido a família se não mesmo, o único amortecedor perante a situação de sem abrigo embora, a carência de habitação em termos de alojamento adequado e sobreocupação continuem subestimados.

No contexto nacional a investigação, mesmo sendo escassa, revela algumas questões pertinentes. Sobre os conceitos que foram sendo usados percebe-se uma clara oscilação entre o que se considera ser uma situação de perda nos aspectos distributivos ou relacionais, ou por vezes integrando os dois.

Em alguns casos opta-se por um conceito mais operacional, por exemplo, pessoas que estão a dormir em determinados locais públicos referenciados (rua, jardins, estações de comboios... carros abandonados) com o intuito de proceder à recolha de informação, partindo-se destes contextos específicos.

Só recentemente foi aprovado o conceito de pessoa sem abrigo pelas entidades que fazem parte do “Grupo Interinstitucional para a Definição da Estratégia Nacional de Apoio aos Sem Abrigo,” coordenado pelo ISS, I.P, sendo este elaborado com base em duas das categorias operacionais da tipologia proposta pela FEANTSA. Espera-se que este conceito venha a ser utilizado a nível nacional por todas as entidades públicas e privadas para efeitos de monitorização e seja o suporte analítico para a apresentação de medidas inseridas nos planos de desenvolvimento social das redes sociais concelhias.

Os objectivos, dos estudos analisados, centram-se numa preocupação “de melhor conhecer para actuar”, e revelam frequentemente a necessidade de monitorização do número de pessoas, a distribuição geográfica dos locais de pernoita, sendo, como é compreensível, esta a preocupação dominante das entidades oficiais.

Existem porém, neste conjunto dos estudos produzidos, dados recorrentes sobre o que se considera a “caracterização demográfica dos sem abrigo”. Assim, desde 1992 é recorrente no perfil do sem abrigo, especificamente, maioritariamente homem, em idade activa, nacionalidade portuguesa, com baixa escolaridade e qualificação profissional. Com oscilações pouco significativas, este “perfil” é reconhecido desde há mais de uma década.⁴⁶

Também na presente pesquisa se verificou que nas noventa e oito pessoas conhecidas e contactadas na rua e/ou em centro de abrigo, a prevalência desse mesmo “perfil” com número maior de indivíduos do sexo masculino, e igual correspondência perante o o grupo etário, estado civil, trajectórias escolares, profissionais e familiares encontrados noutros estudos, salvo pequenas oscilações sem significado.

Considera-se, pois, que a preocupação de realizar estudos neste sentido tenderá para uma análise simplista, *ad hoc*, tirada da sociodemografia do perfil do sem abrigo e que se deverá considerar um universo mais alargado de toda a sociedade desenvolvendo comparações com o geral da população (Menezes, 2007).

Em 1992, no trabalho de Manuel Pimenta, é já claro um diagnóstico que aponta para factores de ordem estrutural, como a permanente crise na habitação, impedindo as pessoas com baixos rendimentos de pagarem o acesso a um alojamento considerando este

⁴⁶ No quadro de síntese sobre as tendências demográficas confirma-se estas recorrências.

facto como início do processo de marginalização. Quanto ao emprego é identificado o baixo grau de instrução como indicador da vulnerabilidade de integração no mercado de trabalho bem como a ausência ou inadequação das medidas de protecção social adequadas.

Estes factores constituirão os principais mecanismos geradores e reprodutores da pobreza e da “exclusão social”, sublinhando que quase todos os pensionistas entrevistados recebem a pensão de invalidez e referem que é impossível viver com esse rendimento (Pimenta, 1992).

Também na pesquisa de Avramov, em 1999, se reconhecem os mesmos factores específicos da exclusão habitacional e social; factores estruturais podem ser identificados pela falta de habitação de baixos custos, suportável, pela falta de assistência e protecção social adequadas, nomeadamente cuidados para indivíduos com problemas mentais ou desordens de personalidade, e por fim pela segregação jurídica ou social de indivíduos particulares ou classes de indivíduos.

Em conclusão, reconhece-se que poucos têm sido os trabalhos produzidos no âmbito da avaliação qualitativa e quantitativa dos serviços prestados e das medidas políticas implementadas bem como, da satisfação das pessoas sem abrigo face às respostas que têm disponíveis. Esta terá pois de ser uma prioridade a nível da investigação futura.

Os autores Fernando Sousa e Sandra Almeida propõem um novo paradigma na relação das instituições com as pessoas sem abrigo e defendem medidas como, estratégias *outreach*, de forma a poder acompanhar os indivíduos que saem dos abrigos para outro tipo de habitação e aí apoiá-los no sentido de evitar a reincidência, medidas que permitam aumentar a privacidade dentro dos abrigos, bem como o acompanhamento dos utentes na obtenção e manutenção de um emprego, recorrendo a estratégias de emprego apoiado.

O Estudo dos Sem Abrigo, de 2005, aponta para um conjunto de propostas, relevantes para as políticas sociais inclusivas que actuam nas dimensões estruturais reprodutoras dos principais problemas que assolam o quotidiano dos sem-abrigo, nomeadamente a falta de alojamento, o desemprego e a marginalização social.

Persiste porém, após a análise do discurso de técnicos e académicos sobre pessoas sem abrigo, ambiguidades nos modelos conceptuais surgindo com regularidade os atributos que o desqualificam socialmente, e esvaziam a sua personalidade social. Neste

sentido citaram-se vários exemplos ao longo do texto. Mantém-se, tal como afirma Susana Pereira Bastos num contexto diverso, a identidade de fenómeno patológico e criminogéneo. A patologização parece continuar eficaz para afastar a reflexão sobre as causas socio-económicas. (Bastos, 1997).

Vão, assim, surgindo discursos em que as representações sobre as pessoas sem abrigo continuam a apelar a um grupo de «exóticos internos» (Románi,1996), onde surgem traços de marginalização e despersonalização social. Vimos a relação criada entre o conceito de «não lugares» de Marc Augé e os sem abrigo, que ocuparão os «não lugares» em oposição aos «lugares antropológicos», e o estereotipo invocando o contraste entre uma praça de uma aldeia ou vila, com gente a conversar, e um carro abandonado, numa grande cidade, guardada de um sem abrigo. (Bento e al., 2002).

A inserção pessoal e prolongada no terreno permitiu outra leitura da realidade. Mas antes, identificámos uma cidade que não é homogénea e desenhou-se no mapa da cidade as zonas de forte reacção à presença de pessoas sem abrigo, reacções essas que são também directamente proporcionais ao número de indivíduos que aí pernoitam.

As representações actuais, sobre o sem abrigo/sem tecto, continuam a ser persistentes nas concepções e nas atitudes que enfatizam a ligação de uma certa pobreza à proliferação de comportamentos desviantes.

Na análise das “sinalizações,” enviadas por diversos actores sociais, prevaleceu uma expressão de incómodo e simultaneamente um esvaziamento da personalidade social da pessoa sem abrigo, ela é confundida com insalubridade, insegurança, perigo para a saúde pública. Seja porque as relações se estruturam numa maior prudência, numa diminuição de espontaneidade seja por uma clara estigmatização.

Ainda assim, quando se expressa preocupação com o bem-estar físico e social ela revela, apenas uma necessidade de apoio que remete para o acolhimento em centro de abrigo ou estrutura equivalente. No conjunto, de todos os documentos disponíveis, observou-se uma única referência à necessidade de uma habitação condigna.

Na relação com os outros actores, o conflito entre os paradigmas do privado e do público, suscita muitas reacções negativas. A situação específica das pessoas que estão sem abrigo/ sem tecto, vivendo o espaço público com as suas “experiências de rua” e que são percebidas, pelos outros cidadãos, como fazendo parte da esfera da vida privada gera

diversas situações de conflitualidade. Segundo Jean Rémy a urbanidade é uma troca entre grupos heterogêneos com interesses parcialmente convergentes e com referências culturais diferentes, o problema central para a comunicação entre esses grupos não é só o desconhecimento, mas também a tradução de conteúdos da interação, ou seja, a impossibilidade de elaborar um compromisso de coexistência pela dificuldade de transpor os códigos culturais de leitura da vida social e da relação entre certos dispositivos materiais e certos traços culturais (ex: a relação público e privado)” (Rémy, 1998: 17).

Estas formas de ocupar os espaços públicos não são indiferentes ao facto de se estar a viver só na rua ou em grupo configurando espaços apropriados com uma lógica que se diria «particularizante», ou seja “que agrupa os semelhantes e distingue claramente os de “fora” no sentido que José Magnani lhe atribui.

Deste mesmo modo, a presença de pessoas sem abrigo é percebida como afectando negativamente a imagem da cidade tendo um “impacto negativo”, provocando uma “má imagem”, “mau aspecto”, “mau ambiente” e o desagrado, pelos reflexos da sua presença, é sobretudo valorizado na projecção de imagem exterior, acessível aos turistas.

Face a toda esta situação os serviços competentes respondem aos pedidos de intervenção dos munícipes, os residentes da zona e a uma condenação de objectos susceptíveis de lançar confusão e desordem. Convocaram-se as reflexões de Mary Douglas sobre “contaminação” pois constituindo a presença de pessoas sem abrigo uma “ameaça” desenvolvem-se mecanismos para que os sujeitos contaminantes sejam controlados, a ordem estabelecida e definidos os limites sociais.

As “rusgas” efectuadas são sentidas pelo sem-abrigo como mais uma situação de vulnerabilidade, todavia é perceptível, que esta é uma área onde se torna difícil definir os limites de actuação.

Paradoxalmente a uma ideia pré-concebida, quem vive na rua tem de obedecer a inúmeras regras e descobrir um conjunto de suportes, rotinas, que permitam a sobrevivência, bem como, aprender a gerir os horários na rua, que são múltiplos e variados, como sejam o das carrinhas que trazem alimentos, roupa ou agasalhos, e aprender a gerir até a intervenção das autoridades ou dos serviços municipais.

No contexto da presente pesquisa a atenção recaiu sobre a interação na rua, relação entre “pares” e demais actores, bem como, outras dinâmicas a que pessoas sem abrigo estão sujeitas no contexto urbano.

O estereótipo do sem abrigo como alguém, “isolado, fechado e excluído do meio social” não correspondeu à leitura da sua experiência de rua. Grupos partilham espaços, conhecem-se de anos, partilham comida, roupa, agasalhos, informações, tempos de lazer e constituem-se como grupo de protecção, amigos, “irmãos do coração.”

Partilhando da reflexão de Goffman, de que “qualquer grupo de pessoas (...) desenvolve uma vida própria, que se torna significativa, razoável, normal, desde que nos aproximemos dela”, (Goffman, 2007:8) estas são práticas quotidianas que fazem parte dessa vida. Mesmo quem já não está na “rua” regressa e estabelece contactos regulares. Mapeando a cidade identificaram-se diversos locais onde, pessoas sem abrigo encontram ao final do dia alguém com quem conversar, trocar informações, esperar ajuda, fazer o “balanço” do dia, sendo esse espaço de sociabilidade e familiar.

A reflexão de alguns autores aponta no sentido de que a existência de centros de acolhimento, provavelmente indispensáveis para muitos sujeitos, pelo menos numa determinada fase, constitui um risco de perpetuação de dependências, e verifica-se uma recusa predominante e persistente a este tipo de resposta.

Das pessoas questionadas sobre essa possibilidade, a expressiva maioria não a aceita, e aqueles que o fazem acabam por sair, num curto espaço de tempo.

Os dados, disponíveis de Menezes, apontam para o facto de que “escolher um centro nocturno é percebido negativamente pela persistente imagem de insegurança explicado igualmente pela presença simultânea de toxicodependentes” (Menezes, 2007).

Procedeu-se à organização dos motivos que fundamentam a recusa em dois grupos distintos, por um lado os que pressupõem uma representação negativa das condições do centro e identificaram-se as razões apontadas referentes a má experiência anterior, sejam elas relativas a insegurança, presença de toxicodependentes ou outras. As razões que representam perda incidem sobretudo na falta de privacidade, silêncio, apontando para uma estratégia de indefinição com o argumento, “aqui estou melhor”.

Reconhece-se igualmente nestas condições, a ausência de respostas a nível institucional, adequadas, que permitam um acompanhamento no sentido do bem estar de

peças com doença mental. O abandono e deambular nos limites da sobrevivência e de cuidados básicos foi algo possível de testemunhar nas ruas. A saúde mental acentua algumas das questões que têm sido analisadas, e as pessoas com doença mental são bastante afectadas na sua auto-estima, devida à percepção que têm da desvalorização e da rejeição social que constantemente os atinge.

O modo de funcionamento do centro de abrigo pode configurar uma vocação para o grupo de instituições totais que Goffman denomina de “locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional” (Goffman, 2001:16-17).

Pode discutir-se a pertinência de considerar uma instituição como o centro de abrigo, de instituição total ou não. É verdade que não existe uma ruptura com o mundo exterior, pois todos os que aí pernoitam passam várias horas por dia na rua, mas existem sem dúvida inúmeros traços que configuram o funcionamento de uma qualquer instituição totalizante, seja realizar cada fase da vida diária na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto sendo estas actividades diárias rigorosamente estabelecidas em horários.

Resulta significativa, no final deste percurso de pesquisa, a constatação do que Avramov afirmou, ou seja, que “as medidas políticas têm sido tradicionalmente influenciadas pela forma como as pessoas sem abrigo são percebidas”.

E neste sentido, a análise de alguns estudos realizados e a expressão do cidadão comum revelaram uma identidade de sem abrigo, como fenómeno patológico e criminogéneo o que parece dificultar a reflexão sobre as causas socio-económicas estruturais.

Também a avaliação das medidas implementadas no âmbito das políticas sociais para pessoas sem abrigo, dos serviços e recursos públicos que são disponibilizados tem sido subestimada e terá de constituir um factor importante se se pretender a redução de risco de alguém se tornar sem abrigo.

Foram apenas enunciadas algumas circunstâncias a propósito do conceito de contaminação de Mary Douglas, sendo as contribuições antropológicas, teoricamente mais úteis, para o estudo do desvio as que provêm da antropologia do simbólico. E neste

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

sentido foi também convocado o estudo de Susana Pereira Bastos sobre o modo de produção simbólico das identidades marginais do mendigo vadio. Fica a convicção de que será necessário compreender melhor, no contexto actual, a “ameaça” que o sem abrigo constitui e as representações sociais sobre esta figura.

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa”

Bibliografia Geral

AGIER, Michel, 1996, "Les savoirs urbains de l'anthropologie", *Enquête*, 4, 35-58;

AGIER, Michel, 1999, *L'invention de la ville. Balieues, townships, invasions et favelas*, Amsterdam, Editions des Archives Contemporains (cap. IV, V, VI);

AGIER, Michel, 2001, “Distúrbios identitários em tempos de globalização”, in *Mana Estudos de Antropologia Social*, 7 (2): 7-33;

ANDERSON, Nels, 1993, *Le Hobo, Sociologie du sans-abri*, Paris, Nathan;

ASCHER, François, 1995, *Metapólis. Acerca do futuro da cidade*, Oeiras, Celta Editora;

AUGÉ, Marc, 2005, *Não Lugares-Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Lisboa, 90 Graus Editora;

AVRAMOV, Dragana, e al. 1998, “Youth homelessness in the European Union”, Brussels, FEANTSA;

AVRAMOV, Dragana, 1999, “The State of the-art Research of Homelessness and provision of Services in Europe” in *Coping with homelessness: issues to be tackled and best practices in Europe*, Brussels, FEANTSA:1-25;

BAPTISTA, Isabel, 2004, “Sem abrigo e Imigração” in *Sem Abrigo e Imigração-Olhares sobre a realidade*, Lisboa, Cais Padrões: 111-116;

BAPTISTA, Isabel, 2004, “A problemática em Portugal” in *Sem Abrigo e Imigração-Olhares sobre a realidade*, Lisboa, Cais Padrões: 34-39;

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa”

BAPTISTA, Isabel, 2005, “O fenómeno dos sem abrigo em Portugal” in *Revista Semestral Rediteia*, nº 36, Porto, Rede Europeia Anti Pobreza/ Portugal: 25-26;

BASTOS, Susana Pereira, 1997, *O Estado Novo e os Seus Vadios, Uma Contribuição para o estudo das Identidades marginais e da sua repressão*, Lisboa, Dom Quixote;

BEAUD, Stéphane, Florence Weber, 2002, *Guide de l'enquête de terrain*, Paris, Éditions La Découverte;

BECKER, Howard S., 1985, *Outsiders, Études de sociologie de la déviance*, Paris, Éditions A. - M. Métaille;

BENTO, António e Elias Barreto, 2002, *Sem amor - Sem abrigo*, Lisboa, 1ªedição Climepsi Editores;

BERGALLI, Roberto, 1980, “El origen de las teorías de la reacción social” in *Papers, Revista de Sociologia*, nº 13, Barcelona, Ediciones Península;

BLUMER, Herbert, 1986, *Symbolic Interactionism. Perspective and method*, Berkeley University of California Press;

CAPUCHA, Luís, 2005, *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora;

CASTEL, Robert, 2005, *A insegurança Social – o que é ser protegido?*, Petrópolis, Editora Vozes;

CASTEL, Robert, 2007, “Présentation” in Goffman, Erving, *Asiles. Études sur la condition sociale des malades mentaux*, Paris, Les Éditions de Minuit : 7-35 ;

CLAVEL, Gilbert, 2004, *A Sociedade de exclusão, Compreendê-la para dela sair*, Porto, Porto Editora, Lda.;

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa”

CORDEIRO, Graça I.; Baptista, Luís V.; Costa, António, F.; (org.), 2003, *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta Editora ;

CORDEIRO, Graça I., 2003, “A Antropologia urbana entre a tradição e a prática” in *Etnografias Urbanas*, Cordeiro, Graça I.; Baptista, LuísV.; Costa, António, F.; (org.), Oeiras, Celta Editora: 3-32;

COSTA, Alfredo Bruto, 2005, *Exclusões Sociais*, Lisboa, 5ª edição Gradiva Publicações Lda.;

DOHERTY, Joe, 2007, “The role of housing status in the informal support networks and implications for pathways into and out of substance misuse”, in *Research Conference of FEANTSA: Rethinking Homelessness Policies*, Lisboa, Feantsa;

DOUGLAS, Mary, 1976, *Pureza e Perigo. Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu*. col. Perspectivas do Homem, n.º 39, Lisboa, Edições 70;

ELIAS, Norbert, 2004, *A Sociedade dos Indivíduos – A questão cardeal da sociologia*, 2ª edição, Lisboa, Publicações D. Quixote;

EAMES, Edwin e Goode, Judith, 1997, *Anthropology of the city. An introduction to Urban Anthropology*, Englewood Cliffs, New Jersey : Prentice Hall

FERNANDES, Luís, 1998, *O Sítio das Drogas-Etnografia das Drogas numa periferia Urbana*, Lisboa, Editorial Notícias;

FERNANDES, Luís, 2003, “A imagem Predatória da cidade” in Cordeiro, Graça I.; Baptista, Luís V.; Costa, António, F.; (org.), *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta Editora:53-62;

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa”

FOUCAULT, Michel, 2005, *Vigiar e Punir, Nascimento da Prisão*, Petrópolis, 30^a edição, Editora Vozes;

FORTUNA, Carlos, (org.), 2001, *Cidade, Cultura e Organização*, Oeiras, Celta Editora;

GARCIA, J. 2000, *Estranhos, Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*, Oeiras, Celta Editora;

GIDDENS, Anthony, 1997, *Para Além da Esquerda e da Direita*, Oeiras, Celta Editora;

GOFFMAN, Erving, 1975, *Stigmaté. Les usages sociaux des handicaps*, Paris, Les Éditions de Minuit;

GOFFMAN, Erving, 1968, *Asiles. Études sur la condition sociale des malades mentaux*, Paris, Les Éditions de Minuit;

GOFFMAN, Erving, 2007, *Manicômios, Prisões e Conventos*, São Paulo, Editora Perspectiva;

GULICK, John, 1989, *The Humanity of the cities. An introduction to urban societies*, Massachusetts, Bergin & Garvey Publishers, Lda;

HANNERZ, Ulf, 1980, *Exploring the city: Inquiries Toward an Urban Anthropology*, New York, Columbia University Press;

HANNERZ, Ulf, 1980, “Chicago Ethnographers” in *Exploring the city: inquires toward an Urban Anthropology*, New York, Columbia University Press;

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa”

JORGE-MONTEIRO, Fátima, 2006, “Prevenção do Estigma Social da Doença Mental”, in *Folhetos do SNR n° 56*, Lisboa, Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência: 16-24;

MAGNANI, José, Guilherme Cantor, 1993, “A Rua e a evolução da sociabilidade”, *Cadernos de História de S. Paulo*, 2, Jan/ Dez., São Paulo, Museu Paulista, USP;

MAGNANI, José, Guilherme Cantor, 2005, *Revista Digital de Antropologia Urbana*, [www.aguaforte.com/antropologia/osurbanitas/revista / RUA](http://www.aguaforte.com/antropologia/osurbanitas/revista/RUA) em 7 do 11 de 2005;

PAUGAM, Serge, 2003, *A Desqualificação Social, Ensaio sobre a nova Pobreza*, Porto, Porto Editora;

PAUGAM, Serge, 1999, “Weakening and Breaking of Social Ties: Analysis of Explanatory Factors” in «*Coping with homelessness : issues to be tackled and best practices in Europe*», Brussels, FEANTSA:29-44;

PUJADAS, Joan, 1996, "Antropologia Urbana" in *Ensayos de Antropología Cultural*, Barcelona, Editorial Ariel, S. A. :241-251;

RÉMY Jean, 1998, *Sociologie urbaine et rurale. L'espace et l'agir*, Entretiens et textes présentés par Étienne Leclercq, Paris, L'Harmattan;

RÉMY, Jean e Liliane Voyé, 1994, *A cidade: Rumo a uma nova definição?*, Porto Edições Afrontamento;

RIG, Stuart, 2007, “Social Exclusion through home ownership”, Advance UK, in 2º *Encontro Nacional da Federação Nacional de Entidades de Reabilitação de Doentes Mentais-FNERDM*, Caparide, FNERDM;

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa”

ROMANÍ, Oriol, 1996, “Antropología de la marginación, Una cierta incertidumbre” in *Ensayos de la antropología cultural*, Barcelona ,1ª edição 1996, Editorial Ariel, S.A.:303-314;

ROMANÍ, Oriol, Eusebio, Megías e al., 2000, “Las representaciones sociales sobre las drogas” in Románi, Oriol, Eusebio, Megías e al., *La percepción social de los problemas de drogas en España*, Madrid, Fundación de Ayuda contra la Drogadicción/Caja Madrid Obra Social: 13-35;

RONCAYOLO, Marcel, 2003, "La ville est toujours la ville de quelqu'un" in Roncayolo, Marcel, Jacques Lévy et al. , *De la ville et du citoyen* , Marseille, Éditions Parenthèses: 53-73;

SAN ROMÁN, Teresa, 1996, “Interdisciplinarietà, interprofesionalidade e intervençã social” in *Ensayos de Antropología Cultural*, Barcelona, Editorial Ariel S.A.; 407-416;

SAN ROMÁN, Teresa, 1998, “La marginación como domínio conceptual - comentarios sobre un proyecto en curso” in Prat, Joan; Ubaldo Martínez, Jesús Contreras e Isidoro Moreno, (Eds.) *Antropología de los pueblos de España*, Barcelona, Taurus Universitaria: 151-158;

SCHWARTZ, Olivier, 1993, “L’empirisme irréductible” in Anderson, Nels, *Le Hobo, Sociologie du sans-abri*, Paris, Nathan:265-305;

SIGNORELLI, Amalia, 1999, *Antropología Urbana*, Barcelona, Anthropos Editorial;

SPINNEWIJN, Freek, 2005, “Sem abrigo: apelo à acção europeia”. *Revista Semestral Rediteia, nº 36*, Porto, Rede Europeia Anti Pobreza/ Portugal: 22-24;

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa”

VELHO, Gilberto, e al. 2003, *Pesquisas Urbanas. Desafios do Trabalho Antropológico*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor;

VELHO, Gilberto, 1994, “Unidade e fragmentação em sociedades complexas” in *Projecto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor: 31-48;

WEB PAGE, last up date 26/04/2007, *ETHOS – European Typology on Homelessness and housing exclusion*;

WHYTE, William Foote, 2005, *Sociedade de Esquina*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, Ltda.;

XIBERRAS, M. 1993, *Les théories de l'exclusion – Pour une construction de l'imaginaire de la deviance*, Paris, Sociologies du Quotidien;

Estudos sobre pessoas sem abrigo da cidade de Lisboa, comentados na pesquisa.

ALVES, Sandra, 1996, “Os Sem-abrigo: (sobre)vivências de rua”, in Carmo, Hermano e outros, (coord.) *Exclusão Social-Rotas de Intervenção, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas:25-106*;

BORGES, Genoveva, 1995, *Estudo da Caracterização da população sem abrigo-utilizadores dos serviços da SCML entre Setembro de 1993 e Outubro de 1994*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;

NÚCLEO DE INTERVENÇÃO EM DEPENDÊNCIAS - Câmara Municipal de Lisboa, 2004, *Estudo Sobre a População de rua da cidade de Lisboa*, Relatório Preliminar de análise de dados, Lisboa, CML;

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa”

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 2002-2005, *Plano LX, Plano Municipal de Prevenção e Inclusão de Toxicodependentes e Sem Abrigo*, Lisboa, CML;

FIGUEIRA, A.; Santos, A. e al. 1995, *Caracterização dos Sem Abrigo de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Acção Social;

GENTIL, R. Portugal, 1993, *Avaliação do Estado de Saúde dos Sem Abrigo do Refeitório dos Anjos da SCML*, Trabalho de Investigação em Saúde Pública, Lisboa, Centro de Saúde da Alameda;

GIL, Ana; Alvarenga, Filipa, Castro, Alexandra e al., 2005, *Estudo dos Sem-Abrigo*, Lisboa, Instituto da Segurança Social, I. P.;

GOMES, Luís, 2002, *Feminização dos Sem Abrigo*, dissertação de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, Lisboa, FCSH –UNL;

GES-Grupo de Ecologia Social, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1997, (coord. Pereira, Álvaro Pires e Silva; Delta Sousa e al.), *Estudo sobre os Sem-Abrigo da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Relatório Preliminar, LNEC;

GES-Grupo de Ecologia Social, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1998, (coord. Pereira, Álvaro Pires e Silva; Delta Sousa e al.), *Os Sem-Abrigo da Cidade de Lisboa- Riscos de Viver n (a) Cidade*, Relatório Final de Observação, Lisboa, LNEC;

GES-Grupo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2000, (coord. Pereira, Álvaro Pires e Silva; Fernandes, Gisele, e Barreto, Pedro) *Análise Longitudinal dos Sem Abrigo em Lisboa: a Situação em 2000*, Relatório Final, Lisboa LNEC;

MENEZES, Filipa, 2007, “Understanding Risk and Homelessness”, in *Research Conference, Rethinking Homelessness Policies*, Lisboa FEANTSA;

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

PIMENTA, Manuel, 1992, *Os sem abrigo da cidade de Lisboa*, Lisboa, Centro de Estudos para a Intervenção Social-CESIS, Caritas, nº 14;

SOUSA, Fernando e Almeida, Sandra, 2001, “E se perguntássemos aos sem abrigo?! Satisfação e necessidades percebidas face aos serviços, num abrigo de Lisboa” in *Análise Psicológica*, 2 (XIX): 299-312;

Índice de legislação, regulamentos e tipologias citados

ETHOS - Tipologia Europeia de sobre os Sem Abrigo e Exclusão Habitacional
Decreto - Lei nº 365 de 15 de Maio de 1976- Abolida a repressão à mendicidade
The Housing Act, 1985- Lei da Habitação no Reino Unido
Plano LX-Plano Municipal de Prevenção e Inclusão de Toxicodependentes e Sem Abrigo
Lei nº 36/ 98 de 24 de Julho - Lei da Saúde Mental
Lei nº 36/ 98 de 24 de Julho - Internamento Compulsivo
Lei nº 13/2003 de 21 de Maio - Rendimento Social de Inserção
Deliberação Municipal nº 523/CM/2004 - Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos
Decreto Lei nº 183/ 2001 de 21 de Junho - Criação de Centros de abrigo e acolhimento
Decreto Lei nº 269-A/ 2002 - Fusão do IPDT com o SPTT
Regulamento Interno do Centro de Acolhimento do Beato
Despacho Normativo 27/96 - Unidade de Inserção na Vida Activa

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

Anexos

Anexo I – Quadro de equipas de rua, formalmente constituídas

Equipas de intervenção de rua			
Toxicodependência			
Instituição	Equipa de rua	Locais de intervenção	Horários
Associação Crescer na Maior	Equipa de Rua	Intendente	10h00-18h00 (2ª a 6ª feira)
	Equipa de Rua	Casal Ventoso	12h00-14h00 (2ª a 6ª feira)
Associação Vitae	Projecto Vitae	Anjos, Mouraria e Curraleira	17h30-00h00 (2ª Dom.)
Desafio Jovem	Equipa de rua	Intendente	19h00-21h30 (2ª feira) 20h00- 21h00 (3ª feira) 20h00-21h00 (Sábado)
		Casal Ventoso	19h00-21h30 (2ª feira) 20h00- 21h00 (3ª feira) 20h00-21h00 (Sábado)
PROSALIS	Novos Trilhos	Bairro da Cruz Vermelha	14h00-19h00 (2ª a 6ª feira) 13h00-18h00 (Sábado)
Associ. Centro Fonte da Prata	Equipa Pioneira	Casal Ventoso	10h30-12h00; 14h00-16h00 e 19h30- 20h30 (2ª a 6ª feira) 10h30-12h00 (Sáb. e Dom.)
		Bairro 2 de Maio *Casalinho da Ajuda	12h00-13h00; 16h00-17h00* 18h30-19h00 (2ª a 6ª feira) 12h00-12h30 (Sáb. e Dom.)
		Bairro da Boavista	17h00-18h00 (2ª a 6ª feira) 12h30-13h30 (Sáb. e Dom.)
Novos Rostos, Novos Desafios	Cidade Segura	Cidade de Lisboa	18h00-01h00 (2ª a 6ª feira) 12h00-18h00 (Sábado)
IDEQ	Apoiar	S. Francisco Xavier, Stª Maria de Belém e Alcântara (zona da antiga FIL e Hosp. Egas Moniz)	10h00–14h00 ou 14h00–18h00 (2ª e 4ª feira)
Associação Vale de Ácor	Vale de Acór	Mouraria	11h00-15h00 (3ª feira)
Comunidade Vida e Paz	Equipa de Intervenção Directa	Lisboa	

Fonte: Dados de Fevereiro de 2007, Câmara Municipal de Lisboa – Departamento de Acção Social

Anexo I - Quadro de equipas de rua, formalmente constituídas (cont.)

Equipes de intervenção de rua			
Sem Abrigo			
Instituição	Equipa de rua	Locais de intervenção	Horários
CML	ERASA	Cidade de Lisboa	18h00-02h00 (2ª, 4ª e 6ª feira)
Associação Vitae	ETIR	Benfica S. Domingos de Benfica Nª Srª Fátima	10h00-18h00 (2ª a 6ª feira)
Novos Rostos, Novos Desafios	Cidade Segura	Cidade de Lisboa	18h00-01h00 (2ª a 6ª feira) 12h00-18h00 (Sábado)
Fundação AMI	Equipa de Rua	Beato, Graça, Santa Engrácia Sto. Estevão, S. João, S. Vicente, Castelo e Estrela	09h00-18h00 (2ª a 6ª feira)
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Equipa de Rua	Cidade de Lisboa	9h30-12h30 (3ª feira) 21h00-00h00 (4ª feira)
Associação Futuro Autónomo	Motiva	Anjos, Coração de Jesus, Pena S. Jorge de Arroios, S. José Nª Sª de Fátima e Sta. Justa	20h30-02h00 (3ª e 5ª feira)
Movimento ao Serviço da Vida	Projecto Sentidos	Encarnação, Madalena, Mártires Sacramento, Sta. Justa, S.José S. Nicolau, S.Paulo e Sé	09h00-17h00 (2ª, 3ª e 6ª feira)
Sem Abrigo - Imigrantes			
Instituição	Equipa de rua	Locais de intervenção	Horários
Serviço Jesuíta aos Refugiados	PAIRSA	Cidade de Lisboa	10h00-18h00 (2ª a 6ª feira) Casos sinalizados
Centro Padre Alves Correia	Equipa CEPAC	Cidade de Lisboa	14h00-18h00 (4ª feira) 09h30-18h00 (5ª feira)
Sem Abrigo - CUIDADOS DE SAÚDE BÁSICOS E URGENTES			
Instituição	Equipa de rua	Locais de intervenção	Horários
CML	ERASA	Cidade de Lisboa	18h00-02h00 (2ª, 4ª e 6ª feira)
Médicos do Mundo	Equipa de Rua (Noite Saudável)	Cais do Sodré (2ª feira) ----- Pç. da Alegria (4ª feira) ----- Santa Apolónia (5ª feira) ----- Martim Moniz (6ª feira) ----- Arroios (Sábado)	20h00-00h00 18h30-21h00

Fonte: Dados de Fevereiro de 2007, Câmara Municipal de Lisboa – Departamento de Acção Social

Anexo I - Quadro de equipas de rua, formalmente constituídas (cont.)

Equipas de intervenção de rua			
PROSTITUIÇÃO			
Instituição	Equipa de rua	Locais de intervenção	Horários
Associação Ares do Pinhal	Unidade Móvel	Técnico, Av. Defensores de Chaves, Parque Eduardo VII, R. Rodrigo da Fonseca, R. Artilharia 1 e Restelo	21h30-00h30 (2ª a Sábado)
Ministério da Saúde	Unidade Móvel	Pç. Figueira e Restelo	21h00-23h30 (2ª feira)
		Pq. Eduardo VII, Artilharia 1, R. Rodrigo da Fonseca	22h00-00h00 (4ª feira)
		Cais do Sodré	20h00-22h30 (5ª feira)
		Técnico, Defensores de Chaves, Conde Redondo e R. Gomes Freire	22h00-02h00 (6ª feira)
CAOMIO - Irmãs Oblatas	3 Equipas de Rua	Zona 1: Cais do Sodré, Intendente, R. Anjos, Regueirão dos Anjos, S. Jorge de Arroios	18h30-21h30 (3ª feira)
			18h30-21h30 (4ª feira)
		Zona 2: Pç. Figueira, Rossio, Mouraria	18h00-21h00 (2ª feira) 18h00-21h00 (3ª feira) 18h00-21h00 (4ª feira)
		Zona 3: Artilharia 1, Pq. Eduardo VII, R. Rodrigo da Fonseca	22h00-01h00 (2ª feira) 22h00-01h00 (4ª feira) 22h00-01h00 (6ª feira)
Novos Rostos, Novos Desafios	Cidade Segura	Av. Liberdade, Martim Moniz, Restelo, S. Paulo e Conde Redondo	20h00-01h00 (2ª a Sábado)
Irmãs Adoradoras	Equipa de Rua	Intendente; Pç. da Figueira; Poço do Borratem; Mouraria	
Associação “O Ninho”	Equipa de Rua	Sem zona definida	Sem horário definido

Fonte: Dados de Fevereiro de 2007, Câmara Municipal de Lisboa – Departamento de Acção Social

Anexo II – Quadro de equipas de rua no Jardim Constantino, segundo informação de pessoas sem abrigo, no local

Carrinhas que fazem distribuição de alimentos e agasalhos - Jardim Constantino							
Horas/dias da semana	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado	Domingo
19,30 H	Exército de Salvação		Igreja de Algés	Exército de Salvação			
20,00 H							
20,30 H		Particular	Associação Espírita Bатуíra	Carro Particular			
21,00 H	Particular		Particular	Igreja Filadélfia	Particular	Particular	Particular
21,30 H			Igreja Adventista	Particular			
22,00 H	Particular	Comunidade Vida e Paz	Comunidade Vida e Paz	Comunidade Vida e Paz	Comunidade Vida e Paz	Comunidade Vida e Paz	Particular (Montijo)
22,30 H							
23,00 H							
Número de carrinhas	3 carrinhas	2 carrinhas	5 carrinhas	5 carrinhas	2 carrinhas	2 carrinhas	2 carrinhas

Fonte: Pesquisa da autora

Anexo III – Quadro de equipas de rua no Terreiro do Paço – segundo informação de pessoas sem abrigo, no local

Carrinhas que fazem distribuição de alimentos e agasalhos - Terreiro do Paço							
Horas\dias da semana	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado	Domingo
19,30 H							
20,00 H		Exército da Salvação		Exército da Salvação			
20,30 H							
21,00 H	Comunidade de Stº Egídio (massa com carne)		Igreja Adventista (sopa e lanche; leite)	Comunidade de Stº Egídio (massa com carne)	Igreja Evangelista (Cova da Piedade)	Particular (D. Fernanda, senhoras da Malveira, trazem sopa, lanche com sandes impecáveis, e fruta) Às vezes também trazem roupa e cobertores	Igreja Evangelista (Cova da Piedade)
21,30 H		Carro particular de quatro pessoas da Amadora (sandes com omeleta, 4 ou 5 pacotes de bolachas)					
22,00 H	Legião da Boa Vontade (sopa)		Movimento ao Serviço da Vida	Associação Filadélfia (Igreja das Galinheiras)	Legião da Boa Vontade (sopa)		
22,30 H							
23,00 H	Comunidade Vida e Paz (iogurtes, pães e bolos)	Comunidade Vida e Paz (iogurtes, pães e bolos)	Comunidade Vida e Paz (iogurtes, pães e bolos)	Comunidade Vida e Paz (iogurtes, pães e bolos)	Comunidade Vida e Paz (iogurtes, pães e bolos)	Comunidade Vida e Paz (iogurtes, pães e bolos)	Comunidade Vida e Paz (iogurtes, pães e bolos)
23,30 H						cada 15 dias, carro particular com alguns jovens	
24,00 H							
Número de carrinhas	3 carrinhas	3 carrinhas	3 carrinhas	4 carrinhas	3 carrinhas	3 carrinhas	2 carrinhas

Fonte: Pesquisa da autora

Anexo IV – Poemas de Helena Maria Anacleto

Habito

Habito onde habito,
Porque me haviam de perguntar tantas vezes onde habito
Percorro as ruas à procura de silêncio,
E num hábito novo a deslizar o rosto,
Habito as distâncias e os terraços mouros,
Onde fecundas histórias adormecem meu âmbito

Cidade

Talvez a inocência se tenha perdido pelas ruas desta cidade
Pode ser que um ser viva em mim pedindo fraternidade
Pode ser que um homem se abaixe pedindo esmola
Ou se erga, pronunciando idade
Pode ser que a morte culmine o ciclo de uma existência
Pode ser que uma bomba expluda de novo em Hiroshima
Pode ser que um jornal clame clandestinidade
E o vizinho nos bata à porta pedindo amizade,
Pode ser que uma criança se eleve à eternidade,
Talvez a inocência se tenha perdido pelas ruas desta cidade ...

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

Anexo V – Sistematização de tendências demográficas

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa”

Estudo/ autor / ano	Grupo etário	Prevalência de género	Nacionalidade	Escolaridade
Pimenta, 1992	"adultos entre os 25 e 44 anos"	"maioritariamente masculino, sendo a presença das mulheres reduzida, e não muito jovem"	"são lisboetas, alguns migrantes internos e poucos oriundos das ex-colónias".	"Mais de 1/3 das pessoas não possui qualquer habilitação escolar. Alguns, frequência do ensino primário e preparatório, e poucos concluíram o secundário"
Gentil, 1993	"a média das idades situa-se entre os 26 e os 45 anos de idade"	"quase totalidade de sexo masculino"	"30%, são naturais de Lisboa, 22,5 % de África"	"quanto ao grau de instrução, 52,5% tem instrução primária e contra 10% de analfabetos e 15% dos entrevistados frequentou o ensino secundário".
Relatório do Companheiro, 1994	"faixa etária dominante é dos 18 aos 30 anos"	"número de homens bastante maior que as mulheres"	"naturalidade também predominantemente portuguesa, 108 portugueses, sendo 35 de Lisboa, 15 das ex colónias, 3 doutros países e 2 da EU"	"40%, ensino de 4º ano, 18% sem escolaridade, 24% sem informação e baixa qualificação profissional".
Genoveva, 1995	"mais indivíduos entre os 20 e os 39 anos"	"a maioria dos utilizadores são homens, mas no estudo em questão a população feminina está mais representada"	"predomínio de naturais de Lisboa, 22% vieram dos PALOP e outra parte seja migrante interno".	"32,4 % frequentou o ensino primário e cerca de 41,2% o secundário. Contudo o abandono escolar é frequente"
Bento e al, 1996	"maior número de indivíduos entre os 50 e 54 anos, seguido de 40 a 44 anos"	"maioria do sexo masculino, apenas 17% de mulheres"	"são maioritariamente naturais de Lisboa, em 153 casos 128 são naturais de Portugal, 15 dos PALOP".	"das 89 pessoas que prestam informação há 20 analfabetos, e 36 com escolaridade básica".

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa”

Estudo/ autor / ano	Grupo etário	Prevalência de género	Nacionalidade	Escolaridade
Alexandra Figueira e al. , 1992 a 1995	"55% com uma idade entre os 36 e os 45 anos, ou seja uma média de idade de 48 anos. Mulheres têm uma média de idade superior"	a maioria são homens, as mulheres são em menor número e chegando mais tarde à rua e por períodos de tempo menores.	108 portugueses, 35 de Lisboa, 15 das ex colónias, 3 doutros países e 2 da EU	"40%com ensino de 4º ano, 18% sem escolaridade, 24% sem informação"
Grupo de Ecologia Social,1998	"a maioria situa-se entre os 20 e os 40 anos, a grande distância o grupo com mais de 40 e um número reduzido de menos de 40 anos"	" O fenómeno é esmagadoramente masculino"		
Grupo de Ecologia Social, 2000	"64,5% tem idades entre os 20 e os 40; 30,4% têm mais de 40 anos e os restantes 5,1% têm menos de 20 anos"	"a generalidade pertence ao sexo masculino, dos observados"	"são maioritariamente portugueses, surgindo ainda algumas pessoas com origem nos países dos PALOP e países do Leste".	
Sandra Almeida e Fernando Sousa, 2001	"idade média 36"	"continuam a ser maioritariamente masculino, contudo assiste-se ao aparecimento de novos sem abrigo, nomeadamente mulheres"	"56, 3% são naturais de Lisboa, 12, 5 % não são portugueses encontrando-se a residir em Portugal há menos de um ano"	"nível de escolaridade é heterogéneo. O grupo mais representado é o 1º ciclo do ensino básico"
Gomes Luís, 2002	"população envelhecida, com maior incidência nos grupos entre os e 49 anos e 50-54 anos, mais de 62% das mulheres tem mais de 40 anos, 18% com menos de 30 anos"	caso específico de estudo, universo de mulheres	"maioritariamente portuguesas, 16 % nascidas nos PALOP, apenas 4% não tem nacionalidade portuguesa".	"nível de escolaridade baixo.. reflecte a realidade do total da população portuguesa.".
ISS, I.P.2005,	"Mais de metade da população (51%) está em idade activa, entre os 30 a 49 anos, a média de idade situa-se nos 40 anos".	"ISS as tendências demográficas, ou a análise da sociografia dos sem tecto, leva a concluir que são sobretudo homens"	"A nacionalidade é maioritariamente Portuguesa, (75%), 25% são imigrantes provenientes dos PALOP e dos outros países europeus, países do Leste, cerca de 10%. Os dois distritos principais de proveniência são Lisboa e Porto".	"Um terço possui a escolaridade básica do 1º ciclo do ensino básico, 20% tem o 2º ciclo, e um outro grupo revela um nível importante de qualificação, 12% ensino secundário e 4% curso médio ou superior com uma escolaridade básica "

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa”

Estudo/ autor / ano	Situação perante o trabalho / dependência institucional	Redes Sociais/ amigos familiares	Saúde
Pimenta, 1992	"O denominador comum é o desemprego, sendo de considerar a situação de pensionista e um número residual de pessoas a trabalhar".	"a totalidade da população vive só"	"Forte incidência de causas de alcoolismo"
Gentil, 1993	"Quanto à situação de ocupação actual refere que a maior parte tem o apoio da SCML há mais de um ano".	"Praticamente a população vive só, 65% são solteiros e 25% casados ou juntos"	
Relatório do Companheiro, 1994	"situação de ocupação das pessoas entrevistadas é de arrumador de carros, situação de desemprego é marcante, 80 % encontrava-se desempregado, e 12% eram reformados".	"maioria vive só, 60 % são solteiros. que anteriormente mais de metade vivia numa casa, a maioria deixou de viver com os pais entre os 11 e ao 24 anos e a razão mais frequente é o abandono, seguida de falecimento"	"O acesso à saúde deixa revelar queixas relativas a problemas de saúde, incidência de situações de doença mental é de 28%".
Genoveva, 1995	"25% dos entrevistados eram arrumadores, 21,4% trabalhavam nas cargas e descargas e 1/3 refere ser apoiado por instituições".	"um grupo de pessoas maioritariamente isoladas, cerca de 37 % dos inquiridos constituiu família mas apenas 8% são casados. Solidariedades, "ruptura familiar e abandono da família"	
Bento e al, 1996	"é dada relevância à relação institucional com a SCML, 76 pessoas num universo de 105 tem processo na instituição"	"Do grupo de 156, 64 solteiros contra 43 sem informação. Em 116 casos há 66 sem filhos e 50 com filhos e 78% dos 98 com informação não tiveram contacto recente com familiares".	"65 casos graves de alcoolismo, num universo de 85 e 26 casos de toxicod dependência em 76".

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa”

Estudo/ autor / ano	Situação perante o trabalho / dependência institucional	Redes Sociais/ amigos familiares	Saúde
Alexandra Figueira e al. , 1992 a 1995	"74,6 % encontrava-se desempregado, e 12% eram reformados "	"metade refere ter filhos, quase ninguém se dá com ninguém"	"queixas relativas a problemas de saúde, 28% de indícios de doença mental"
Grupo de Ecologia Social,1998			"A situação de saúde identifica 53 indivíduos com doença mental"
Grupo de Ecologia Social, 2000			
Sandra Almeida e Fernando Sousa, 2001	"na sua maioria encontram-se empregados, 75%, trabalhando predominantemente em empresas de cargas e descargas, em trabalhos de jardinagem e construção civil".	"solteiros, sem filhos"	
Gomes Luís, 2002	"46 % estão desempregadas, 20 % reformadas e 16 % empregadas, 18% noutra situação , Indicador de vulnerabilidade é o facto de 84 % destas mulheres estarem desempregadas, reformadas ou noutra situação".	"40 % solteiras, maioritariamente não constituiu família... 72% tem filhos apesar de “a maior parte destas mães não costuma ver os filhos e algumas não os conhecem”	"relacionada com a toxicodependência".
ISS, I.P.2005,	"...percentagem maioritária de indivíduos que exerceram no passado uma actividade profissional e que se encontram actualmente nas malhas do desemprego" .	"é maioritariamente solteira, ou divorciada. A percentagem de viúvos e em união de facto é minoritária".	O estudo aponta para o facto de ser um fenómeno marcadamente urbano, com maior representatividade nas grandes cidades

“Do outro lado da rua” - etnografia sobre pessoas sem abrigo na cidade de Lisboa

Anexo VI – Mapas apresentados ao longo da pesquisa, em suporte digital